Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 – Série VII – N.º 806
8 de Junho de 1989
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

CDU começou em força!

Campo Pequeno cheio no comício de abertura

Maria Santos

Blasco Hugo Fernandes

Jorge Zacarias

Carlos Carvalhas

Comissão Nacional de Eleições dá razão à CDU

Na sequência da queixa apresentada pela CDU à Comissão Nacional de Eleições a propósito da remoção de propaganda eleitoral daquela coligação pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, a CNE, reunida na passada terça-feira, enviou ao Presidente da CML o *telex* que a seguir se transcreve:

A Coligação Democrática Unitária solicitou à Comissão Nacional de Eleições uma interpretação do artigo 3 n.º 2 da Lei n.º 97/88 de 17 de Agosto.

Para o efeito juntou uma exposição das diligências efectuadas junto da Câmara Municipal de Lisboa chamando a atenção para a interpretação que aquela Câmara dá ao citado artigo.

Aquela Coligação refere ainda na exposição que «em vários locais de Lisboa os serviços da Câmara Municipal de Lisboa têm procedido, sem qualquer aviso prévio, à remoção de propaganda da CDU» e que aqueles serviços camarários «tinham arrancado os cartazes afixados num prédio que é propriedade do Partido Comunista Português».

Está em causa a interpretação a dar ao artigo 3 n.º 2 da Lei n.º 97/88.

Nestes termos, a Comissão Nacional de Eleições reunida hoje em sessão plenária aprovou um parecer e a respectiva deliberação, que se transcreve:

As autoridades administrativas não podem proibir a afixação de propaganda em propriedade particular, nem proceder à destruição de propaganda eleitoral nela afixada, incorrendo na pena prevista no artigo 139 n.º 1 da Lei n.º 14/79 os que causarem dano em material de propaganda eleitoral afixado.

Esta deliberação irá ser levada ao imediato conhecimento das forças políticas concorrentes, bem como a todas as Câmaras Municipais.

Com os melhores cumprimentos
O Presidente, Melo Franco, Juiz Conselheiro
Lisboa, 6 de Junho de 1989.

Governo PSD: fúria destruidora e demagogia

1. As decisões e medidas anunciadas pelo Conselho de Ministros no passado sábado revestem-se da maior gravidade e adquirem no momento actual um profundo significado político.

2. Com efeito, ao anunciar novos e mais brutais avanços para a completa liquidação do Sector Empresarial do Estado e da Reforma Agrária, para a destruição do Serviço Nacional de Saúde e para a perversão do sistema eleitoral, o Governo PSD/Cavaco Silva, confirmando as justas advertências do PCP, explora a fundo a margem de manobra que lhe acaba de ser oferecida pelo PS na revisão da Constituição.

3. Está agora ainda mais claramente ao alcance da compreensão de todos os democratas a comprovação de que, com o PSD no Governo, as alterações introduzidas na Constituição seriam, não factores de progresso, justiça e modernização, mais instrumentos para a aceleração de uma política de retrocesso económico e social.

4. O PCP chama a atenção para que as vagas medidas, anunciadas pelo Governo em relação ao salário mínimo, à função pública, ao acesso ao crédito para habitação própria e ao combate à pobreza não passam de promessas eleitoralistas por parte de um Governo que não cumpriu promessas anteriores e sistematicamente tem vindo a desprezar as justas reclamações dos mais variados sectores da população e a acentuar as injustiças e desigualdades sociais.

5. O PCP salienta que tanto a fúria de destruição de que o Governo está animado em relação a importantes conquistas, transformações e reformas realizadas com o 25 de Abril, como a sua desavergonhada demagogia reclamam imperativamente uma pronta condenação popular através do prosseguimento da luta e através do voto na CDU em 18 de Junho.

5 de Junho de 1989
O Gabinete de Imprensa do PCP

COMÍCIOS COM ÁLVARO CUNHAL

Marinha Grande
Sexta-feira, às 19.30, jantar na colectividade da Ordem. Às 22.00, também na Ordem, comício.

Porto
Sábado, às 16 horas, comício-festa na Praça da Liberdade.

Guimarães
Sábado, às 21.30, comício na Praça do Toural.

Viana do Castelo
Domingo, às 10.30 passagem em Chafé; 11.30 — Meadela; 12.30 — Ribeira, Santa Maria Maior; 13.15 — Piquenique no Monte de Santo António, em Afife; 15.30 — Comício-festa no jardim público de Viana, marginal ao rio Lima.

Cacém
Segunda-feira, às 21.30, comício-festa no Jardim dos Bons Amigos, de Agualva-Cacém. Participam também Carlos Carvalhas e Lino Paulo.

São Domingos de Rana
Terça-feira, às 19 horas, jantar na colectividade da Abóboda.

Odivelas
Terça-feira, às 21.45, comício no Parque Maria Lamas. Participam também Paulo Piteira, Blasco Hugo Fernandes e Severiano Falcão.

Damaia
Quarta-feira, às 19 horas, comício no jardim da Damaia. Participam Helena Nogueira e Orlando de Almeida.

Olivais
Quarta-feira, às 21.30, comício no cinema da Encarnação. Participam também Rui Godinho e António Gonçalves.

Editorial • Em Foco

LUTAS DE TRABALHADORES EM TODO O PAÍS

Págs. 1, 2 e 3/**Semana**

Editorial

Avante!
Ano 59 – Série VII
N.º 806
8 de Junho de 1989
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Por uma campanha CDU de massas

Uma das grandes batalhas políticas de 1989 — a das eleições de deputados para o Parlamento Europeu em 18 de Junho — destinada a importantes repercussões na nossa vida nacional a curto e a mais dilatado prazo, acaba de entrar na recta final.

A abertura oficial da campanha eleitoral efectuou-se praticamente na noite do dia 4 e está agora em pleno desenvolvimento.

Cada uma das forças políticas concorrentes (11 partidos e uma coligação — a CDU), formalizadas que foram as candidaturas, apresentaram já os seus programas eleitorais ou simples bases mais ou menos programáticas. Definiram objectivos estratégicos. Alguns estão até e apenas «objectivando» no discurso político as suas indefinições e incoerências. Estão agora fazendo cada um na sua óptica política e de classe o balanço e a leitura dos resultados, dos condicionalismos e consequências para Portugal destes dois anos de integração na CEE e sobretudo do que, a partir de 1992, pode vir a pesar decisivamente na vida, no trabalho e nos destinos dos portugueses se estes não se unirem num esforço autenticamente patriótico para neutralizar e inverter os factores negativos da integração num sentido favorável que não se enquadra na óptica dos interesses de classe dominantes na CEE ao desenvolvimento económico, social e cultural de Portugal, ao seu progresso científico e tecnológico, à elevação dos padrões de vida do seu povo, à defesa da identidade, da soberania e da independência nacional do seu País.

Dentro de dez dias os resultados da ida às urnas serão conhecidos. Neste curto espaço de tempo e para que os interesses nacionais sejam minimamente acautelados é de decisiva importância que a maioria dos portugueses eleitores em 18 de Junho, tome consciência desta nova e complexa realidade em que estamos inseridos, se capacitem das sérias responsabilidades da sua opção de voto, da gravidade das questões em jogo e da necessidade de elegér para a representação portuguesa ao Parlamento Europeu cidadãos e patriotas de comprovada competência e fidelidade aos interesses basilares e nacionais do seu Povo e do seu País.

Com o extraordinário Comício de domingo à tarde a CDU abriu com chave de ouro a sua campanha eleitoral.

O Comício de domingo no Campo Pequeno, depois do estrondoso fiasco do PSD e de Cavaco poucos dias antes naquele mesmo local, foi uma potente afirmação política das forças democráticas mais consequentes, constituiu uma impressionante demonstração do enraizamento popular da CDU, da validade das suas propostas, da sua excepcional capacidade mobilizadora de massas, do seu profundo conhecimento dos problemas nacionais emergentes na batalha eleitoral.

O facto é tanto mais de salientar quanto no mesmo dia e às mesmas horas, disseminadas por todo o território nacional, outras participadas iniciativas da CDU se desenrolavam com as mesmas características e objectivos.

Como salientou Álvaro Cunhal no seu discurso, este contraste com o comício cavaquista não permite só por si arriscar previsões definitivas para o dia 18. Não é, só por si, um indicativo seguro das tendências de voto dos cidadãos. Mas constitui sem dúvida desde já um dado útil para uma prévia avaliação das forças em presença na disputa eleitoral.

Contudo, o que a entusiástica abertura da campanha eleitoral da CDU veio demonstrar desde já com nitidez é a sua diferença de análises e de coerência política relativamente às outras forças concorrentes, a diferença dos seus métodos de acção e também os desfavores e desigualdades de acesso aos órgãos de comunicação social de maior impacto e audiência de massas manipulados pela direita, a falta de lisura dos processos e do comportamento cívico do partido cavaquista governante num terreno onde o povo português que se dispõe a ir às urnas pode e deve colher vasta matéria de reflexão e de opção de voto.

Na abertura da campanha eleitoral se estão revelando a verdade política, a verdade social e a verdade patriótica das forças concorrentes no confronto europeu.

O partido cavaquista governante está mostrando desde a pré-campanha e agora na campanha oficial o seu carácter demagógico, o seu comportamento inqualificável, o seu iníquo carácter de classe.

Cavaco Silva mobiliza o Governo, o aparelho de Estado e os recursos materiais de todos nós ao serviço dos seus objectivos eleitoralistas. É evidente que teme os efeitos políticos de uma queda substancial dos resultados eleitorais do PSD relativamente às eleições de 19 de Julho de 1987 para levar avante o seu projecto de restauração do capitalismo monopolista de Estado para que recebeu o fôlego indispensável e cúmplice da colaboração do PS na revisão constitucional.

As medidas da reunião extraordinária do Conselho de Ministros no último sábado são reveladoras dos temores cavaquistas de redução substancial da sua base eleitoral e política em 18 de Junho e ao mesmo tempo da sua febre restauracionista dos monopólios e dos latifúndios a que o PS deu a necessária luz verde na revisão da Constituição.

Cavaco Silva que levou à expressão mais acabada a precarização do emprego e a supressão correlativa de direitos e garantias sociais dos trabalhadores; que ainda recentemente criou graves limitações à obtenção do crédito para habitação própria; que tem na AR um projecto de lei para reduzir para 80% as pensões dos trabalhadores reformados da Função Pública até agora pagas a 100%; que encareceu os cuidados da saúde com a privatização de serviços essenciais; que reduziu a uma percentagem jamais atingida depois do 25 de Abril o peso dos salários na distribuição dos rendimentos — decreta apressadamente no Conselho de Ministros de sábado um demagógico «programa de combate à pobreza» que ninguém sabe em que assenta; o alargamento do acesso ao crédito para habitação própria; a melhoria dos «tarefeiros» da Função Pública, forma de prestação do trabalho que alastra desmedidamente nos serviços do Estado; promete a «correcção» do Salário Mínimo Nacional, tudo para um mês depois das eleições e silenciando o que tem sido objecto de sentidas reivindicações e de árduas lutas de sectores sociais muito vastos da nossa população.

Cavaco Silva que na última reunião da NATO se mostrou um acérrimo defensor da presença «dissuasora» dos mísseis nucleares americanos na Europa e deixou mesmo entrever a aceitação da instalação de armas nucleares em Portugal pós agora os seus Capucho, Pimenta & C.ª a defenderem na campanha eleitoral a protecção do meio ambiente e do saneamento ecológico do território nacional que a sua política compromete.

Ao mesmo tempo, seguro da colaboração do PS, avança com a televisão privada; com uma nova lei-quadro das privatizações para a rápida passagem dos 49 para os 100% das empresas do Sector Público e Empresarial do Estado; com a Lei de Bases da Estrutura Fundiária e de Desenvolvimento Agrícola ao abrigo da qual projecta desfechar uma nova ofensiva liquidadora da Reforma Agrária; com uma nova lei do Serviço Nacional de Saúde «consagrando o papel do sector privado nos cuidados da saúde», na materialização da velha máxima da direita governante: «Quem quer saúde paga-a!», com a revisão da legislação eleitoral.

Esta é a verdade política e do projecto social e económico do Governo cavaquista e do PSD.

O PS procura nesta campanha eleitoral fazer sob uma fraseologia de esquerda a complicada «acrobacia» da impossível simbiose da sua colaboração com o PSD e a directa; na desfiguração de características essenciais da Constituição, dos seus compromissos eleitorais com o PSD contra as autarquias CDU com uma oposição necessariamente de fachada à política do Governo.

A legenda dos cartazes espalhados aos milhares por esse país fora pela empresa a quem paga o serviço do «Já não nos atiram areia aos olhos» faz sorrir depois dos «pedregulhos» com que a direita governante turvou os olhos e a sensibilidade de esquerda do PS.

A prática diluição do PRD na lista europeia do PS e os compromissos que assumiu com os socialistas de não se coligar com quaisquer outras forças para as autárquicas de Dezembro sem autorização do PS; a proliferação de listas dos partidos de esquerda sem representação parlamentar e sem qualquer hipótese de fazer eleger os seus candidatos, enfraquecem a frente da democracia no embate com a direita governante e socióloga numa eleição em que a abstenção nas áreas políticas da esquerda poderia lesar gravemente o regime democrático e a posição independente de Portugal no Parlamento Europeu.

A necessidade de uma forte votação na CDU é uma questão de transcendente importância para a defesa dos interesses portugueses no quadro da Comissão Europeia e principalmente na perspectiva do estabelecimento do Mercado Interno da Comunidade em 1 de Janeiro de 1993.

Cavaco apela demagogicamente à resposta ao «desafio de 1992» mas nenhuma medida prática tomou ao longo da governação do PSD para corrigir os nossos atrasos, os nossos desequilíbrios estruturais, as nossas assimetrias sociais e regionais.

No programa e na acção da CDU a perspectiva do estabelecimento do Mercado Único Europeu implica e exige uma determinação verdadeiramente popular e patriótica para combater o nosso desnível produtivo, tecnológico e social relativamente aos países mais desenvolvidos da Europa comunitária.

Não se pode «responder ao desafio de 92» com uma estrutura agrária em que num dos pólos está o latifúndio com o seu cortejo de desertificação e de incultos, dispondo de uma área ocupacional imoral e no outro pólo o minifúndio com centenas de milhares de pequenos e médios agricultores sem terra, empobrecidos, sem créditos nem capitais, sem máquinas, adubos e meios de melhoramento fundiários.

Não se pode «responder ao desafio» destruindo o Sector Público e Empresarial do Estado, privatizando e tornando inoperantes as empresas e sectores mais produtivos da economia nacional.

Não se pode elevar o bem estar social dos trabalhadores portugueses mercadejando a nossa mão-de-obra barata, agravando as suas condições sociais, remetendo os jovens para o sub-emprego e o desemprego, para a impreparação profissional e técnica.

É tudo isso que dinamiza e deve dinamizar a campanha da CDU, a sua credibilidade no seio das mais amplas camadas do povo, o valor das suas propostas e da sua acção neste combate pela cidadania de Portugal na Europa.

A CDU apresenta-se ao sufrágio popular com um activo de três anos de trabalho ímpar dos seus deputados ao Parlamento Europeu. É preciso ampliar a sua base e dar-lhe continuidade.

Elevar a votação na CDU é uma condição para a necessária resposta aos desafios do presente e do futuro.

Resumo

31
Quarta-feira

A maior greve de sempre na Função Pública, com a adesão de mais de 70% dos trabalhadores, paralisa a administração pública em todo o país. Em plenários realizados em Lisboa e no Porto, são aprovados mais dois dias de greve, a 14 e 15 de Junho ■ A CDU admite a instauração de um «processo por roubo» contra a Câmara Municipal de Lisboa, por desvio de materiais utilizados na propaganda eleitoral da Coligação ■ Joaquim Miranda deputado

do PCP no PE, acusa o ministro Álvaro Barreto de proceder ao atrofiamento da agricultura portuguesa ■ O presidente dos Estados Unidos declara em Bona que a guerra fria vai continuar até que a Europa esteja «unida» ■ Em Pequim cerca de 10 mil manifestantes expressam nas ruas apoio à política do primeiro-ministro Li Peng.

1
Quinta-feira

Os votos do PSD, PS, PRD, e CDS fazem aprovar na Assembleia da República a lei de revisão da Constituição. O líder parlamentar do PCP, ao explicar o voto contrário à lei de revisão, caracterizou-a como «globalmente negativa e atentatória de algumas das características fundamentais do regime democrático português» ■ Em todo o país é comemorado com manifestações culturais, desportivas e recreativas o Dia Mundial da Criança ■ O ex-presidente do Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu confirma perante a comissão parlamentar de inquérito ter detectado casos de fraude, pouco antes da se demitir ■ Nos Açores continua o Presidente da República, no âmbito de mais uma «Presidência aberta»■ Demonstrando divergências de interpretação sobre os resultados da cimeira da NATO, Helmut Khol declara em Bona que continua aberta a porta para a eliminação das armas nucleares tácticas na Europa.

2
Sexta-feira

A Coligação Democrática Unitária anuncia no Porto o lançamento de um movimento de opinião reclamando a instituição da Região administrativa ■ O ministro Mira Amaral, começa a ser ouvido pela comissão parlamentar de inquérito às fraudes com o Fundo Social Europeu, e confirma que durante cerca de ano e meio não controlou a aplicação das verbas ■ No Rossio, no «Forum da Tropa» são debatidas as condições de prestação do Serviço Militar Obrigatório, e a segurança na instrução dos recrutas ■ O quinto dia da «Presidência aberta» nos Açores inicia-se com uma sessão solene na Assembleia Regional, na cidade da Horta ■ Em Pequim milhares de manifestantes continuam a impedir a entrada de soldados no centro da cidade.

3
Sábado

Em vésperas de início da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros efectua uma reunião extraordinária e alargada aos secretários de Estado, onde são anunciadas medidas como o início do processo de abertura da televisão à iniciativa privada, combate aos fenómenos da pobreza e droga e maior acesso ao crédito à habitação ■ Álvaro Cunhal participa num comício/festa da CDU em Coimbra enquanto Carlos Cavalhas desloca-se à Feira Nacional da Agricultura ■ O Conselho Nacional da CGTP reconduziu Manuel Carvalho da Silva

no cargo de coordenador da Central e elegeu a nova Comissão Executiva ■ O coordenador da Pró-Associação Sindical da PSP inicia o primeiro dos trinta dias de suspensão que lhe foram impostos pelo Comando-Geral da PSP, por ter participado no 1.º Encontro Nacional daqueles profissionais ■ Uma intervenção militar do exército chinês na Praça de Tian An Men para desalojar manifestantes, degenera em confronto entre civis e exército provocando milhares de mortos e feridos.

4
Domingo

CDU abre a sua campanha eleitoral para o Parlamento Europeu com um comício que esgotou completamente a lotação do Campo Pequeno ■ Mais de um milhar de pessoas desfila em Mirandela contra a plantação indiscriminada de eucaliptos, e exigindo a elaboração e concretização de planos de ordenamento agro-florestal ■ Realiza-se a primeira volta das eleições na Polónia, para preenchimento dos 460 lugares do Parlamento e dos 100 lugares do Senado ■ Com 89 anos de idade morre em Teerão o ayatollah Khomeiny, chefe espiritual da Revolução Islâmica do Irão, e é nomeado seu sucessor o chefe de Estado Ali Khamenei.

5
Segunda-feira

A CGTP-IN solicita ao Provedor de Justiça que requeira ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade da lei de autorização legislativa e da lei dos despedimentos, parte integrante do pacote laboral ■ Em Lisboa, o Partido «Os Verdes» comemora o Dia Mundial do Ambiente organizando a demolição simbólica do «mamarracho» situado na Avenida da Liberdade, frente ao cinema S. Jorge ■ No final do oitavo dia da «Presidência aberta», nos Açores Mário Soares homenageia em Angra do Heroísmo os presos políticos que estiveram na Fortaleza de São João Batista ■ Os Estados Unidos suspendem as vendas de armas à República Popular da China a pretexto da intervenção das forças armadas no centro de Pequim ■ Um porta-voz do Comité Central do POUP declara à televisão polaca que o Solidariedade obteve a maioria nas eleições de domingo.

6
Terça-feira

«As autoridades administrativas não podem proibir a afixação de propaganda em propriedade particular, nem proceder à destruição de propaganda eleitoral nela afixada» — o recado é da CNE (Comissão Nacional de Eleições) e vai directo à Câmara Municipal de Lisboa, contra quem foi apresentada queixa pela CDU. ■ Prossegue a «Presidência Aberta» na Região Autónoma dos Açores. Soares visita a base das Lajes. ■ A Associação Nacional de Sargentos (cuja comissão instaladora será eleita em assembleias previstas para Lisboa e Évora) conta já com 4 mil inscritos — revela uma conferência de Imprensa, na capital. ■ No Seixal e na Maia, paralisam os trabalhadores da Siderurgia Nacional/EP, em greve de duas horas por turno. ■ No centro de Pequim dezenas de tanques reforçam posições. Em Xangai, cidade de 13 milhões de habitantes, não circulam os transportes e continuam as barricadas nos principais cruzamentos. ■ «Impedir a *perestroika* num momento de alta responsabilidade, em que se realiza o Congresso dos Deputados do Povo e se começam a solucionar muitos problemas importantes do País» é o objectivo das «forças desestabilizadoras» que estão na origem dos graves acontecimentos ocorridos no passado fim-de-semana no Uzbequistão — considera, em entrevista à televisão, o ministro do Interior, Vadim Bataline. Os conflitos étnicos que eclodiram na cidade de Fergana provocaram a morte de 38 pessoas.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22
ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 32 19 16
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
ALTERAÇÕES DE ULTIMA HORA Tel. 90 00 44
Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394
PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88
Tiragem média de Maio: 24 125 exemplares

Semana

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 806
8 de Junho de 1989
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Novas paralisações na Função Pública

Adesões superiores a 70 por cento durante a greve de 31 de Maio

Participação surpreendente nas Finanças, Segurança Social, Educação, Direcção-Geral de Viação, Saúde, Presidência do Conselho e Câmaras Municipais por todo o País

Coincidentes com eleições sindicais e com forte movimentação no sentido do diálogo e da negociação com o Governo, as paralisações dos trabalhadores da função pública revelaram-se em 31 de Maio como acções de massas de alcance surpreendente.

Grande número de locais de trabalho pararam a 100 por cento. A média nacional de adesão fixou-se acima dos 70 por cento e as sequelas da greve têm-se feito sentir esta semana, continuando inclusivamente as paralisações nas tesourarias e bairros fiscais.

Destaque inevitável merecem os trabalhadores e os sindicatos das autarquias locais, que aderiram em massa a uma greve para a qual o Governo não deixou alternativas. E essa posição das autoridades obriga os TFP a marcarem novas greves para 14 e 15 do corrente, com a adesão de todos os sindicatos, independentemente das correntes sindicais e filiações de cada um.

De notar é, por exemplo, a adesão do Sitese, Sintap e outras organizações, que representam trabalhadores da função pública, mas não têm aderido a formas de luta como as agora adoptadas pelos trabalhadores do Estado.

De notar também a cuidadosa e participada preparação das próximas paralisações, efectuando-se plenários nos locais de trabalho e esclarecendo-se o pessoal sobre os fundamentos e a impossibilidade de evitar a greve.

Cabe ao Governo uma responsabilidade incalculável neste conflito que envolve para cima de 300 mil trabalhadores, incluindo tudo o que respeita à administração pública, praticamente sem excepção.

Anteontem, os sindicatos mantinham a convocatória de greve por 48 horas, sem que o Governo, designadamente através da Secretaria de Estado da Modernização Administrativa desse provas visíveis de actuar no sentido de evitar novas greves.

Registe-se, por outro lado, que precisamente durante o decorrer da greve do dia 31 a administração do Hospital Distrital de Castelo Branco enviava cartas de despedimento a 90 trabalhadores, que recentemente recorreram à greve pela aplicação das 36 horas semanais.

O sindicato condenou veementemente essa atitude, que considera injustificável, pois a própria administração hospitalar se tem referido a falta de pessoal.

***A greve nacional de 31.5** foi assinalada por concorridos plenários. Na foto, em Lisboa, Cinema Alvalade, na tarde da greve*

CGTP – *Eleitos dirigentes*

Foram reeleitos 16 dos 20 elementos da Comissão Executiva do Conselho Nacional

Depois da tomada de posse do novo Conselho Nacional da CGTP, na sua primeira reunião depois do VI Congresso (17 a 20 de Maio, em Lisboa), foi eleita no passado fim-de-semana a Comissão Executiva da Central, e bem assim o coordenador, Manuel Carvalho da Silva. Numa nota entretanto divulgada, os dirigentes da União dos Sindicatos de Setúbal destacam o facto de no novo CN da central participarem sete dirigentes sindicais com actividade no distrito.

O CN tem 99 elementos e a CE vinte dirigentes. Foram reeleitos dezasseis. Os outros quatro são Amável Alves, da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (Festru); Adão Mendes, da União dos Sindicatos de Braga; Jerónimo Rodrigues, do Sindicato da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas; e Carlos Trindade, do Sindicato de Portaria, Vigilância e Limpeza. Saíram Armando Teixeira da Silva, que deixou de ser membro do CN, Álvaro Rana, Kalidás Barreto e Joaquim Calhau.

Consoante veio a público, 12 dos elementos da CE da CGTP são comunistas, 3 socialistas, 2 da Base-FUT e três independentes.

Falta eleger o novo órgão criado no VI Congresso: a Mesa do Plenário de Sindicatos. A primeira reunião pós-Congresso do referido Plenário, ainda sem data marcada, terá esse ponto na ordem de trabalhos.

A reunião do Conselho Nacional da CGTP foi presidida por Joaquim Calhau, Álvaro Rana e Kalidás Barreto. Supõe-se que estes dirigentes venham a fazer parte da Mesa do Plenário de Sindicatos.

Prestígio e influência

Ao comentar alguns resultados do 6.º Congresso da CGTP, a União dos Sindicatos de Setúbal, depois de considerá-lo uma «grande realização unitária de massas», afirma que o mesmo demonstrou, «inequivocamente, o prestígio, a influência e o apoio de que goza a CGTP-IN».

Ao lembrar a intensa e numerosa participação, a USS realça, no «quadro das profundas e aceleradas mutações que se vão processando a nível da sociedade», as propostas aprovadas pela CGTP-IN para a consolidação e avanço de «um Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano».

No que respeita ao distrito de Setúbal, a Comissão Executiva do Conselho Distrital da USS sublinha que o Congresso da Inter destacou a importância do «desenvolvimento económico e social integrado e participado» do distrito de Setúbal, como perspectiva que «corresponde às aspirações e anseios da quase generalidade da população» distrital.

A USS, através da sua direcção, aproveita para saudar «calorosamente todos os trabalhadores» e para manifestar a sua «simpatia e reconhecimento a todos aqueles que, em nome individual, ou em nome das organizações em que participam e instituições onde intervêm, honraram a CGTP-IN com a sua presença» no Congresso de Maio do ano corrente.

Prevendo acções para os exames
Professores preparam greve total

Milhares de reuniões nas escolas por todo o País eram anunciadas pela Fenprof anteontem.

Como os trabalhadores da Função Pública e coincidentes em muitos pontos com eles, pois se trata afinal da mesma grelha rejeitada por uns e outros, os sindicatos dos professores mantêm as greves anunciadas para 14 e 15 do corrente, ao mesmo tempo que anunciam **«acções perturbadoras do final deste ano lectivo e da abertura do próximo»**.

Para os sindicatos, que se unem cada vez mais no protesto e na acção, **«a atitude do Governo não consente outras alternativas»**.

Além da «afrontosa proposta de grelhas salariais», apresentada em 5 do mês passado, o Ministério da Educação não responde sequer às tentativas de diálogo dos sindicatos.

A Fenprof revela que uma carta dirigida ao ministro Roberto Carneiro, «com carácter de urgência», ficou sem resposta.

Afirma-se nomeadamente nesse documento que desde 27 de Abril que os sindicatos esperam a marcação de uma reunião com o Ministério, «tendo apenas o silêncio como resposta».

Além da dignificação do ofício docente, é também o papel do ensino português que está em causa para a Fenprof.

É nesse sentido que o Secretariado Nacional da Fenprof recorda que tudo isto se passa no «contexto do mercado único europeu» e do «cumprimento da progressiva aproximação das condições de exercício da docência nos vários países da CEE».

O ministro é acusado pelos sindicatos e designadamente pela Fenprof de «não respeitar os compromissos que assume».

Assim, professores e sindicatos falam de **«greve total»** para 14 e 15 do corrente.

DIALÉCTICA DA REVOLUÇÃO E DA CONTRA-REVOLUÇÃO
PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO
À VENDA
edições Avante!

a Talhe de FOICE

De plástico?

É sabido que Cavaco Silva, dirigente do PSD, transformou o partido numa sucursal do Governo, numa filial, num anexo, num sentido figurado.
Não faltará quem ainda se lembre das sedes encerradas logo a seguir à chegada ao poder, ou das declarações mais ou menos de circunstância sobre a fraca vocação para militâncias e coisas que tais.
É caso para dizer, encurtando razões, que no Governo é um descanso.
Ora acontece que não há bela sem senão.
Que é como quem diz que até mesmo o poder tem os seus ossos duros de roer.
Sobretudo quando se chega a vias de facto de ter que fazer o balanço dos ganhos e perdas.
Sobretudo quando tais balanços pendem mais para as perdas do que para os ganhos.
Sobretudo quando se chega a esse senão que são as eleições, onde por muito desiguais que sejam as armas com que se vai à luta sempre sobra algum espaço para um outro óbice que dá pelo nome de oposição.
Com as coisas neste pé até mesmo um partido do Governo tem de vir a público dizer de sua justiça.
E é aqui — passe a expressão — que a porca torce o rabo.
Ou seja, há que abandonar o aconchego dos gabinetes, o bem bom das declarações unilaterais — eu digo e vocês ouvem — a comodidade do cego surdo e mudo às contestações e descer à rua como o comum dos mortais.
É um facto que as primeiras provas de fogo do ressuscitado PSD não foram famosas.
Se se quiser dar um princípio à coisa poderá dizer-se que tudo começou com o clamoroso fracasso do Campo Pequeno, súbita e dramaticamente feito enorme na óptica das alaranjadas criaturas.
Diz o povo, na sua imensa sabedoria, que as mais das vezes é pior a emenda do que o soneto.
Bem faria António Capucho, o cabeça de lista escolhido por Cavaco Silva para o Parlamento Europeu, em lhe dar o merecido crédito. Teria assim evitado andar por aí a cobrir-se de ridículo com afirmações do género das que fez recentemente ao «Diabo».
Disse Capucho que a iniciativa de fazer um comício-festa no Campo Pequeno tinha sido infeliz, que não se integrava na sua campanha e que é sua convicção de que os outros partidos não encheriam a praça nem com metade das pessoas que o PSD lá levou.
Faça-se a justiça de acreditar que as declarações de Capucho foram feitas antes de domingo último.
Mas faça-se igualmente a justiça de reconhecer que perdeu uma boa oportunidade de estar calado.
É que as referidas declarações foram publicadas anteontem.
Ou seja, quando a CDU já tinha realizado o seu comício-festa de abertura da campanha no mesmíssimo Campo Pequeno, desta vez sim efectivamente Pequeno para a imensa multidão que ali acorreu enchendo-o completamente.
Enquanto isso, Capucho iniciava o seu calvário pelas localidades do País, explicando as ausências de «banhos de multidão» pelas características próprias destas eleições, distribuindo sacos e aventais (!!!) de plástico e tentando mobilizar as massas para comícios do «partido do professor Cavaco».
É sabido que nem sempre as campanhas traduzem as opções de voto.
Mas também é sabido que a paciência tem limites. O que é uma maneira de dizer que não há demagogia que sempre dure e males que não acabem.
Por mais europeus que sejam os aventais de plástico do PSD torna-se elementar reconhecer que as preocupações nacionais estão mais viradas para o que se pode cozinhar do que para os atavios de cozinha.
E dos partidos espera-se algo de mais substancial. Quem é que não sabe que plástico é sempre uma pobre imitação dos produtos genuínos?
Partidos de plástico? Pfff.

■ **AF**

Trabalhadores

Sumário sindical

Criança. Na passada quinta-feira, associando-se às comemorações ou iniciativas do Dia Mundial da Criança, a CGTP-IN recordou que no nosso país «muito está ainda por fazer no campo da observância e do respeito pelos direitos fundamentais da criança». Protestando contra «o escândalo que é o trabalho infantil», a CGTP pergunta que futuro está reservado a um país onde não se assegura o presente das suas crianças, onde «não se acautela o seu salutar crescimento físico e psicológico». A política que tem sido seguida «não pode lavar as mãos de tudo isto», acrescenta a Central que conclui: «O Dia Mundial da Criança é uma oportunidade, não para falar, com hipocrisia e má consciência, das crianças, mas para reflectirmos colectivamente sobre a violação dos direitos da criança no nosso país». No mesmo sentido se pronunciaram outras organizações sindicais, incluindo a União dos Sindicatos de Lisboa.

Atletismo. A representação da CGTP na prova internacional de atletismo na Checoslováquia alcançou o primeiro lugar na classificação por equipas. Em individuais, Arlindo Teles de Macedo venceu nos cinco mil metros e António Coutinho ficou em terceiro lugar na mesma prova. Na prova feminina dos dois mil metros, Felismina Gomes Silva classificou-se em 6.º lugar.

Higiene Os problemas da higiene e segurança nos locais de trabalho continuam a preocupar os sindicatos, designadamente os do comércio, escritórios e serviços. O CES-Sul, com sede em Setúbal, afirma que só em seis concelhos do distrito foram detectadas 620 irregularidades em 233 empresas no sector. Afirmando desconhecer os resultados obtidos pelas delegações da IGT (Inspecção-Geral do Trabalho), o CES reclama «urgente coordenação e actuação uniforme em todas as delegações da IGT.

Nós. Assim intitulado, o jornal do CESL-Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, refere-se, no seu número de Maio, sobretudo às eleições para os corpos gerentes, e publica o programa da lista A. Inclui um suplemento de «Tempos Livres».

Governadora. Instada pelos sindicatos e pela respectiva União do distrito de Setúbal, a governadora civil e representantes do Ministério do Emprego e Segurança Social reuniram-se recentemente com os sindicalistas do comércio e elementos da Associação dos Comerciantes para tratarem de assuntos como a situação social no distrito, emprego/desemprego e o despacho que permite a «comerciantes oportunistas» sonegar direitos contratuais dos trabalhadores, principalmente no que respeita ao descanso complementar aos sábados de tarde. Ficou marcada nova reunião para hoje.

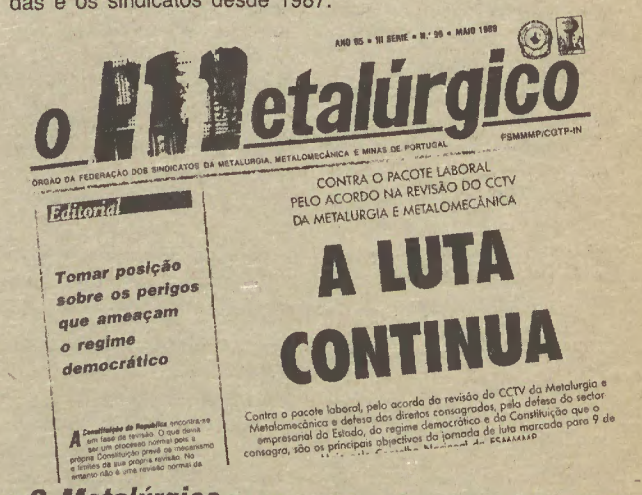
Seminário. As Federações dos Sindicatos da Função Pública, dos Ferroviários e dos Rodoviários continuam a anunciar para o próximo dia 13, no Hotel Roma, em Lisboa, um seminário acerca do impacto do Mercado Único (CEE) naqueles sectores de actividade. Na iniciativa participam também os sindicatos de Marinha Mercante, Aeronavegação, Pescas e Aduaneiros. Sobre **Segurança Rodoviária**, a FESTRU organizava entretanto, também em Lisboa, um seminário em 2 e 3 do corrente.

Eleições. Dos 36 dirigentes sindicais recentemente eleitos no CESL – Sindicato do Comércio, escritórios e Serviços de Lisboa – dezasseis são mulheres. A nova direcção do CESL afirma que «fazer sindicalismo na actualidade implica conhecer as novas realidades, alargar os horizontes de intervenção e abandonar velhas receitas». Três dos dirigentes eleitos fazem parte do Conselho Nacional da CGTP.

As eleições para os corpos gerentes do CESL nos dias 30 e 31 de Maio merecem neste NÓS um desenvolvimento especial e alargado com a apresentação da única lista

Continua na pág. 2

Guardas. Consoante afirmações da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, os guardas florestais alcançaram uma vitória sobre o Governo com a elaboração do projecto de diploma do regime jurídico, por que se batem os guardas e os sindicatos desde 1987.



«O Metalúrgico». Com úteis e importantes informações sobre o sector da metalurgia, metalomecânica e minas, acaba de ser distribuído, com data de Maio, um número de «O Metalúrgico», órgão da Federação dos Sindicatos, FSMMMP/CGTP.

Carris. A Comissão de Trabalhadores da Carris comenta criticamente a «reestruturação a conta gotas» que está a processar-se na empresa. Entre outras perguntas pertinentes, a que a Comissão Administrativa da Carris deveria responder, inclui-se esta: «Num iniverso de 6700 trabalhadores não se justificará a existência de assistentes sociais?» E ainda esta: «Por que razão continua a não ser feita qualquer referência à ex-Direcção de Organização e Informática, à Divisão de Aprovisionamento, ao Contencioso, à Divisão de Actividades Sociais e aos Alugueres? Onde serão enquadrados os trabalhadores das áreas extintas?». A CT da Carris acusa a administração de apostar no autoritarismo como forma de gerir, e gerir mal. Numa outra tomada de posição, a CT critica a revisão contitucional e a dado passo de um seu comunicado refere que o processo de revisão da Lei Fundamental do País deveria constituir «um acto de aperfeiçoamento» e não de «mutilação ou descaracterização das suas componentes inseparáveis e da sua génese».

«Laboral». Com distribuição gratuita, como acontece com a generalidade da imprensa sindical, está em circulação o número de Maio do boletim «Laboral», órgão da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos. Destaque para o CCT da panificação, onde «a luta foi decisiva». Com a restante imprensa sindical, o jornal da Federação dá relevo ao VI Congresso da CGTP.

Durante o VI Congresso da CGTP

Trabalhadores

Quimigal, Petroquímica, Siderurgia, CP

Uma semana de greves

Negociações salariais e liberdades sindicais são os principais motivos que levam durante esta semana os trabalhadores de grandes empresas industriais a paralisar o trabalho. Para hoje está convocada uma greve de 24 horas na Companhia Nacional de Petroquímica, amanhã pára também por 24 horas horas a Quimigal, ontem e anteontem paralisaram os trabalhadores da Siderurgia Nacional.

Enquanto os trabalhadores da via fluvial da CP decidiram terça-feira suspender a greve de ontem «em face dos compromissos assumidos pela hierarquia da CP», aguardando os resultados de uma reunião de negociação a realizar dia 12, na Siderurgia Nacional foi marcada uma semana de luta entre 12 e 16 de Junho, decisão tomada durante a greve de duas horas por turno que paralisou totalmente a produção na Maia e no Seixal logo no seu primeiro dia, anteontem.

Os trabalhadores da SN lutam, como noutras empresas, contra a repressão e discriminação, pela defesa dos seus direitos e dignidade profissional — refere uma nota da Federação dos Metalúrgicos (FSMMMP), depois de recordar que estão em causa naquela empresa os postos de trabalho e «a crescente ruína e destruição da única siderurgia portuguesa».

CNP parou por completo

A fábrica de etileno da Companhia Nacional de Petroquímica em Sines parou totalmente em consequência da greve ali efectuada entre as 8 horas de dia 4 e as 8 horas de dia 5, paralisando também a fábrica de polímeros da EPSI e obrigando ao encerramento do terminal petroquímico de Sines (dois barcos tiveram mesmo que sair do porto) — informou a federação sindical da química e farmacêutica (FSTIQFP).

Os trabalhadores lutam contra a instauração de processos disciplinares a participantes nas greves de 21 e 28 De Fevereiro (pela revisão salarial), contra o despedimento ilegal de um trabalhador (atitude considerada como retaliação por a empresa ter sido por ele derrotada numa acção judicial) e contra a «proibição» do exercício da actividade sindical na CNP.

Caso o CG insistisse em recusar o diálogo e a satisfação das exigências dos trabalhadores da CNP, iniciar-se-ia **hoje** às oito horas uma greve de um dia.

«É de salientar que o recrudescimento da repressão e das medidas anti-sindicais está a verificar-se de uma forma verdadeiramente espantosa em empresas que estão neste momento a ser alvo de processos de privatização» — denuncia a Federação dos químicos, em nota da sua comissão executiva e citando os casos da CNP, da PGP, da Quimigal, da Petrogal e da Portucel.

Ainda de acordo com a FSTIQFP, poderá estar iminente também na **Petroquímica e Gás de Portugal**, onde a comissão negociadora sindical ainda não tinha obtido qualquer resposta da administração à proposta da revisão salarial entregue a 10 de Abril.

Quimigal pára amanhã

Ao cabo de um mês de negociações do acordo de empresa, o conselho de administração da Quimigal apresentou «uma magra alteração de 0,5%, Criando assim uma situação que a FSTIQFP considera grave, «ao tornar as negociações do AE sem qualquer credibilidade e nada dignificantes».

Isto levou os trabalhadores a marcarem uma greve para todo o dia de amanhã, sexta-feira.

Quanto ao clausulado geral do AE — e ainda de acordo com o comunicado da FSTIQFP — a administração da Quimigal «tem mantido uma posição ainda mais recuada, pois rejeita negociar a respectiva matéria, alegando que só negociaria na base da sua contraproposta, salários e pouco mais, demonstrando um total desrespeito pelas propostas dos trabalhadores».

Clínica Oliveira Martinho

Na clínica Oliveira Martinho os salários estão 4 meses atrasados e a administração demonstra falta de empenhamento na procura de soluções que viabilizem o estabelecimento e garantam os postos de trabalho — denuncia a direcção do Sindicato da Hotelaria do Sul numa nota de imprensa divulgada segunda-feira.

Enquanto os patrões «exercem pressão sobre os trabalhadores para encerrarem a clínica, indiciando eventuais negociatas obscuras», o pessoal procura levar o problema ao Governo. Mas a ministra da Saúde tem — «sintomaticamente», refere-se na nota do sindicato — recusado reuniões.

Polícia e sindicalismo

No salão nobre da Ordem dos Advogados em Lisboa, António Cluni, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, disse sábado passado que um profissional da polícia é «antes do mais um cidadão, pelo que é inadmissível negar-lhe o direito» a sindicalizar-se.

Aquele magistrado, que intervinha num colóquio sobre «Direitos fundamentais do cidadão — sindicalismo e polícia», acrescentou que os responsáveis, ao impedirem a sindicalização, estão a «subverter princípios fundamentais do regime democrático».

O colóquio, em que participaram numerosos juristas, foi precedido de uma outra iniciativa de apoio e solidariedade à sindicalização na Polícia, que contou com a presença de sindicalistas espanhóis da mesma actividade a nível internacional.

O direito à greve a exercer pelos agentes policiais foi defendido pelo dr. António Cluni, pois esse direito e o seu exercício não encerram qualquer perigo, visto que «o conceito da prestação de serviços mínimos é garantia de que o poder não cairá na rua», em caso de greve na PSP.

O professor Jorge Leite, que também participou no colóquio, afirmou, entre outras declarações relevantes, que, consoante a ordem jurídica portuguesa, a ASP/PSP tem «existência legal» e que «a livre expressão das reivindicações dos profissionais da PSP não implica, necessariamente, o decréscimo da consciência cívica dos seus deveres profissionais».

O conhecido jurista de Coimbra disse ainda que o Ministério competente (do Emprego e Segurança Social) deve limitar-se «a registar o sindicato e a publicar os respectivos estatutos». Uma possível extinção do sindicato só poderá ser proposta pelo Ministério Público.

Esteve também no colóquio o ex-secretário de Estado do Trabalho no 9.º Governo constitucional. Vítor Ramalho concordou com o direito à sindicalização, ao contrário da opinião que manteve enquanto foi membro do Governo. Explicou: «O meu entendimento em relação a essa questão é obviamente diferente, porque só a partir da criação da Escola Superior de Polícia é que esta reforçou o seu cunho civilista. Antes, a PSP era, efectivamente, uma força militarizada e como tal não podia aspirar à constituição de um sindicato, porque a lei não o permite».

A iniciativa da Comissão de Apoio ao Sindicalismo Policial foi presidida pelo vice-presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, Levy Baptista. Participaram, além dos já referidos juristas, Eugénio Ascêncio, presidente da União Internacional de Sindicatos de Polícia, Miguel Pedraz, vice-presidente da mesma organização, e Francisco de la Vega, sociólogo e ex-presidente da União Sindical dos Polícias Municipais da Espanha.

Entretanto, iniciava o cumprimento de 30 dias de suspensão José Carreira, coordenador da Pró-Associação Sindical da PSP (ASP/PSP), sujeito a pena imposta pelo Comando Geral.

Ijovip

Propostas da Interjovem

A organização sindical autónoma representativa dos jovens no âmbito da CGTP – **Interjovem** – que participou há dias numa reunião convocada pelo ministro adjunto e da juventude, Couto dos Santos, para, entre outros temas, analisar o programa de inserção dos jovens na vida profissional (Ijovip), discorda desse mesmo programa por conter «ambiguidades e aspectos negativos, que importa esclarecer e alterar».

Naquela reunião de 30 de Maio, convocada no âmbito do Conselho Consultivo da Juventude e na qual participaram o secretário de Estado da Habitação e o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, além do ministro Couto dos Santos, a **Interjovem** apresentou as seguintes propostas:

1. Aos jovens que frequentam estágios no âmbito da Ijovip aplicam-se todos os direitos dos formandos, previstos no art.º 50 do Decreto-Lei 242/88 de 7 de Julho, entre os quais se incluem a obtenção gratuita de um certificado comprovativo da frequência e do aproveitamento obtido, bem como a resusa da prestação de trabalho subordinado no decurso da acção de formação.

2. Os jovens estagiários no âmbito do Ijovip são abrangidos pelo regime geral da segurança social.

3. O estatuto do trabalhador-estudante (Lei 26/81) aplica-se igualmente aos jovens estagiários no âmbito do Ijovip.

4. A celebração de contratos de trabalho após o estágio faz-se sempre por duração indeterminada.

5. Os jovens que não obtenham emprego, na sequência dos estágios respectivos, beneficiam do regime geral que se aplica aos trabalhadores desempregados.

6. Cabe ao Iefp (Instituto do Emprego e Formação Profissional) fiscalizar, efectivamente, o cumprimento dos compromissos contratuais de colocação, que as empresas assumirem no quadro do Ijovip, devendo as empresas faltosas ser penalizadas e podendo a sanção implicar a restituição total dos financiamentos concedidos.

Colecção «Resistência»
GILBERTO DE OLIVEIRA
MEMÓRIA VIVA DO TARRAFAL
«Nesta contribuição de denúncia dos crimes do fascismo português, procurei levantar alguns aspectos que me parece merecerem um aprofundamento maior do que aquele com que os deixo aqui tratados. E não apenas no que se refere ao Tarrafal e às outras prisões fascistas, mas muito particularmente no que se reporta à história da resistência antifascista.»
edições Avante!

Terra

Manifestação em Mirandela

«Se necessário, repetiremos Valpaços»

«Sempre que necessário, repetiremos Valpaços!». Esta afirmação termina a moção aprovada no domingo à tarde em Mirandela, durante a concentração que ali juntou gente de Trás-os-Montes e Alto Douro contra a plantação indiscriminada de eucaliptos e à qual se seguiu um desfile desde a Câmara Municipal à Direcção Regional da Agricultura.

Os manifestantes decidiram constituir-se em «movimento de defesa da agricultura e da terra de Trás-os-Montes e Alto Douro», aberto à participação de «todos que livremente e de boa fé se disponham a defender a nossa terra e o nosso futuro».

É precisamente o futuro do povo transmontano e duriense que está em causa neste momento – realça-se na moção, endereçada ao Presidente da República, aos deputados da AR, ao Primeiro-Ministro, aos ministros da Agricultura e do Plano e Ordenamento do Território, aos governadores civis de Vila Real e de Bragança e ao Director Regional da Agricultura: **«são culturas destruídas, é a adulteração da rica e diversificada flora regional pondo em risco a apicultura, são pastores sem pasto para os rebanhos, em risco ficam actividades prometedoras como a caça e o turismo, é a vulnerabilidade a que fica sujeita a economia regional com uma especialização produtiva na floresta industrial, altamente sensível e dependente das orientações e dos lucros de meia dúzia de grandes empresas multinacionais».**

Os participantes na concentração de Mirandela – convocada por uma comissão de associações de agricultores, pastores e vitivinicultores, a Quercus, o secretariado dos baldios e organizações sindicais da região – protestam na moção contra o apoio que o Governo «deu e dá» às celuloses, a contrastar com a falta de apoio à produção agropecuária nacional. Reclamam «a urgente saída de leis que ponham cobre à anarquia da plantação de eucaliptos e outras espécies de crescimento rápido e à ocupação de solos agrícolas» e planos de ordenamento agroflorestal.

Sublinhando que **«a promoção de uma agricultura rentável é o cerne da questão»**, exige-se ainda na moção uma verdadeira política de apoio aos agricultores e a concessão de subsídios para a florestação com espécies nobres (castanheiro, sobreiro, carvalho, nogueira e cerejeira brava).

Na acção de protesto de Mirandela participou o deputado comunista à Assembleia da República Rogério de Brito, bem como Manuela Cunha, do Partido Ecologista «Os Verdes», e Armando Vara, do PS.

Reforma agrária

Ontem foi dia de luta

Os trabalhadores da reforma agrária realizaram ontem um dia de luta em toda a zona de intervenção, com concentrações, de manhã, em nove localidades, distribuição de documentos à população e, à tarde, uma concentração-vigília na Praça do Giraldo, seguida de desfile pelas ruas de Évora.

A Fenca (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção), os sindicatos dos trabalhadores agrícolas e os secretariados das UCPs/cooperativas, numa nota à imprensa, salientam a importância desta jornada, afirmando que **«a destruição da reforma agrária e das potencialidades da agricultura portuguesa exactamente quando se aproxima a segunda fase do período de transição no processo de integração comunitária, malbaratando-se os fundos da CEE e nacionais, é um crime que todos pagaremos».**

As organizações que promoveram esta jornada reafirmam a sua disposição de prosseguir a luta que os trabalhadores vêm travando há treze anos, afirmando que se seguirão «novas iniciativas, caso a ofensiva contra a reforma agrária não seja sustida».

Assembleia da República

Em hora de balanço

Acção dos deputados jovens do PCP sem paralelo nas outras bancadas

Preparado pelos deputados da juventude do Grupo Parlamentar do PCP, entrará na Mesa da Assembleia da República ainda no decorrer do presente mês de Junho um projecto de lei que consagra o direito de participação das organizações juvenis na elaboração da legislação que respeita à política de Juventude.

Trata-se de ampliar mecanismos de participação à disposição das organizações juvenis, conforme salientaram em conferência de imprensa na última semana os jovens deputados comunistas, Paula Coelho e António Filipe, generalizando deste modo ao conjunto do associativismo juvenil princípios de participação que se encontrem consagrados para as associações de estudantes e organizações de trabalhadores.

Também na forja está já uma outra iniciativa legislativa, esta sobre a problemática da droga, a apresentar dentro do mais breve prazo possível. Face ao «esquecimento» que este problema vem conhecendo na Assembleia, na sequência do relatório aprovado há já seis meses pela Comissão Parlamentar da Juventude, trata-se, pois, de dar uma resposta legislativa que permita, na perspectiva do Grupo Parlamentar comunista, adoptar soluções de tratamento – em substituição das actuais soluções repressivas – para o grande número de jovens afectados pelo consumo crónico de drogas e de intensificar as medidas de prevenção que se revelem eficazes para o combate a este flagelo social.

Mas não foi apenas para falarem das iniciativas legislativas que têm em adiantada fase de preparação que os jovens deputados do PCP convocaram a Conferência de Imprensa. António Filipe e Paulo Coelho, que estavam acompanhados por Armanda Fonseca, do Gabinete Jurídico do Grupo Parlamentar comunista, aproveitaram o ensejo para proceder simultaneamente a um circunstanciado balanço da actividade por si desenvolvida nos últimos meses.

Um balanço que se afigura sem dúvida extremamente positivo, a avaliar pelo elevado número de iniciativas entretanto levadas a cabo na área juvenil, pese embora o afunilamento que os trabalhos parlamentares conheceram até à recente conclusão do processo de revisão constitucional.

Estreitamento que, no entanto, só em parte poderá explicar o facto de a Comissão de Juventude estar há mais de um mês sem reunir e de nela estarem a aguardar por parecer seis projectos de lei da autoria dos jovens deputados do PCP, aliás os únicos (a par de um outro dos «Verdes») ali entrados nos últimos meses.

Abarcando diversos domínios da temática juventil, os projectos de lei à espera de parecer antes de subirem a Plenário dizem respeito ao apoio social aos estudantes do ensino superior, ao ensino artístico e aos jovens artistas, às associações de estudantes, aos trabalhadores-estudantes, à formação profissional, ao associativismo juvenil e ainda ao serviço militar.

Nota de realce na actividade dos jovens deputados do PCP merece ainda a sua participação responsável e criadora em questões de grande actualidade e importância que vão da revisão constitucional ao acesso ao Ensino Superior, passando pelas escolas secundárias e agrícolas, pelo trabalho infantil ou pelos problemas relativos aos jovens trabalhadores e aos jovens médicos.

• Na forja, projectos de lei sobre a droga e organizações juvenis

PCP defende actualização do salário mínimo e pensões

O Grupo Parlamentar do PCP entregou recentemente na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei no qual se prevê a actualização do salário mínimo nacional e bem assim do valor das pensões.

Os valores da remuneração mínima mensal garantida aos trabalhadores por conta de outrém na indústria e serviços, na agricultura e nos serviços domésticos, de acordo com o estipulado no projecto, passam a ser de 32 600$00, 30 600$00 e 24 400$00, respectivamente.

Entre as razões que levaram o Grupo Parlamentar comunista a apresentar esta iniciativa legislativa pesou decisivamente a falência das metas governamentais para a inflação cuja taxa está neste momento clara e irreversivelmente ultrapassada, como se comprova pelo valor para este ano, previsivelmente situado quatro a cinco pontos acima das metas proclamadas.

Para lá de atingir a generalidade dos trabalhadores portugueses, esta situação, conforme salienta a nota preambular do projecto, vem agravar particularmente o nível de vida das camadas sociais de menores recursos com destaque para os trabalhadores que auferem apenas os salários mínimos, os pensionistas e os reformados.

Do que se trata, pois, na perspectiva dos parlamentares comunistas, é de minorar os efeitos negativos do malogro da política governamental que pesam sobre a vida de centenas de milhares de portugueses e que resultam da acrescida e drástica diminuição real dos seus parcos rendimentos.

De acordo com o articulado do projecto, as pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral iniciadas anteriormente a 1 de Julho do corrente ano são actualizadas para o valor resultante de um aumento de 10 por cento ao respectivo quantitativo mensal.

«Turquia sofre de regime policial»

• João Amaral impedido de visitar comunistas presos

Foram infrutíferas todas as diligências desenvolvidas pelo deputado comunista João Amaral durante a sua estadia na Turquia para se avistar na prisão com os dirigentes comunistas Hayder Kutlu, secretário-geral do Partido Comunista da Turquia e Nihat Sargin, secretário-geral do Partido Operário da Turquia.

Regressado daquele país na passada semana, onde se deslocou integrado na delegação parlamentar que participou numa reunião da Assembleia do Atlântico Norte, João Amaral viu com efeito recusado o seu pedido de autorização para visitar os dois dirigentes comunistas presos, pedido que efectuara antes de partir junto da Embaixada da Turquia em Lisboa.

Para esta recusa foi invocado pelo governo turco, de acordo com as declarações de João Amaral à chegada a Lisboa, a circunstância de aquele país, segundo as palavras dos seus responsáveis, estar a «caminhar para a democratização do regime».

Só que, como salientou o deputado comunista, não só não «o provam» como ainda se afigura impossível falar de processo de democratização quando continua por legalizar o Partido Comunista e se mantêm nas prisões os presos políticos.

Sem que tenha recebido qualquer resposta oficial ao seu pedido, João Amaral, ainda em Lisboa, convém recordar, foi no entanto informado pela Embaixada turca de que muito provavelmente este lhe seria negado, uma vez que o processo dos dois dirigentes turcos estaria novamente em instrução na sequência de uma queixa apresentada por ambos ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

«A ser assim o governo turco está a punir quem se queixa àquele tribunal e esse sistema é próprio das ditaduras», sublinhou a propósito o deputado comunista.

Em face da ausência de qualquer resposta ao pedido que voltou a formular à sua chegada à Turquia em carta dirigida ao presidente da Assembleia Nacional, João Amaral considerou que a «negação desta visita é um facto político grave» na medida em que revela o fosso existente entre a realidade e a declaração de intenções das autoridades turcas.

Para o parlamentar do PCP, a Turquia «sofre visivelmente de um regime policial», tendo lembrado a este respeito uma reunião sobre direitos humanos em que participou na Assembleia Nacional turca no decorrer da qual o próprio ministro do Interior admitiu a existência de casos de tortura no seu país.

Nessa reunião, realçou, o vice-presidente do grupo parlamentar do Partido Social-Democrata Turco, partido legal de oposição ao regime, defendeu a legalização do Partido Comunista, opinião que, foi dito na ocasião, é partilhada por todas as outras forças políticas.

Quanto à Assembleia do Atlântico, João Amaral referiu aos jornalistas que ela decorreu envolvida por um «autêntico cordão sanitário» imposto pelas autoridades turcas que assim procuraram dar do país a imagem de uma estância de turismo.

«Dessa forma aquilo transformou-se numa reunião de propaganda das autoridades turcas — observou ainda João Amaral — com o objectivo de esconder casos como os dos dois dirigentes comunistas presos.»

Solidariedade activa

Ao deslocar-se à Turquia integrado na delegação parlamentar que participou numa reunião da Assembleia do Atlântico Norte, João Amaral foi portador de uma carta do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, endereçada aos dirigentes comunistas, Hayder Kutlu e Nihat Sargin, actualmente presos.

É o seguinte o texto da missiva que João Amaral, deputado e membro do Comité Central do PCP, não foi autorizado pelo governo turco a entregar àqueles presos políticos:

«Prezados camaradas:

Ao deslocar-se à Turquia o camarada João Amaral, membro suplente do Comité Central, integrado numa delegação da Assembleia da República Portuguesa, aproveito a oportunidade para vos saudar fraternal e calorosamente e vos assegurar a solidariedade activa dos comunistas portugueses.

Desde o primeiro momento o PCP condenou vivamente a vossa prisão e reclamou a vossa libertação.

Por experiência própria, conhecemos a ferocidade da repressão fascista. Avaliamos os sacrifícios que acarreta a luta que os comunistas e outros democratas turcos travam contra a ditadura, pela liberdade e a democracia. Mas também sabemos, por experiência própria, que os sacrifícios não são em vão. Estamos absolutamente certos de que a vossa corajosa luta será coroada com a conquista da liberdade e da democracia.

Podeis estar certos, prezados camaradas, que os comunistas portugueses continuarão a exigir a vossa libertação e a de todos os presos políticos da Turquia e continuarão solidários com todos aqueles que lutam pela liberdade e a democracia na vossa pátria.

Aceitem, prezados camaradas, as nossas fraternais saudações.»

Juventude

Autonomia, Algarve, aumento das propinas

JCP comenta situação no Superior

A Direcção Central do Ensino Superior da JCP exige que o Ministério da Educação recuse todas as propostas de estatutos de universidades que não respeitem os preceitos legais.

Esta uma das decisões tomadas na última reunião da DCES da Juventude Comunista portuguesa, no final de Maio, e onde foram condenados «os graves atropelos que se verificaram à Lei da Autonomia Universitária, quer pela discriminação de que os estudantes foram alvo na fase da elaboração dos estatutos de diversas universidades, quer pela violação da lei no que se refere à representação dos vários corpos nos diferentes órgãos da Universidade» — segundo uma nota enviada à comunicação social.

A DCES decidiu «manifestar toda a sua solidariedade» aos estudantes da Universidade do Algarve, afirmando que a solução para a situação criada pelo Decreto-Lei 373/88 (que articula aquela universidade com o Instituto Politécnico de Faro) «passa certamente pela audição por parte do Ministério da Educação das várias partes interessadas na questão, nomeadamente os estudantes».

Para a JCP é «imprescindível a aplicação do processo da autonomia da Universidade do Algarve, à semelhança do que sucedeu às restantes universidades portuguesas, garantindo também a gestão democrática da escola com a participação dos estudantes».

Face a situações deste tipo, a DCES da JCP repudia o «constante atropelo»ú à Lei das Associações de Estudantes (33/87).

O organismo de direcção da organização dos jovens comunistas do ensino superior congratula-se pelo êxito das várias **festas académicas** recentemente realizadas, «sobretudo no que se refere à forte participação estudantil»; manifesta, contudo, «o nosso repúdio pelo boicote das entidades governamentais, da Câmara Municipal de Lisboa e de alguns órgãos da comunicação social, nomeadamente a RTP, em relação à realização da Semana Académica de Lisboa.

A DCES apela ainda «à unidade e mobilização de todos os estudantes na luta contra um eventual aumento das propinas, uma vez que o mesmo seria imoral, injusto, e provocaria certamente um incremento da elitização no acesso ao Ensino Superior».

Revisão da Constituição é globalmente negativa e atentatória das características fundamentais do regime democrático

—afirmou Carlos Brito

Com a votação final global e respectivas declarações de voto, cumpriu-se faz hoje oito dias no Plenário da Assembleia da República a derradeira etapa do processo de revisão constitucional.
Submetida ao exame da Câmara, a Lei de revisão da Constituição acolheu os votos favoráveis do PSD, PRD, CDS e do deputado independente Carlos Macedo.
Pronunciaram-se contra o PCP, «Verdes», os deputados da Intervenção Democrática, Raul de Casto e Corregedor da Fonseca, os deputados do PS, Manuel Alegre e Sottomayor Cardia, a deputada independente eleita pelo PRD, Natália Correia, e os quatro deputados do PSD/Madeira. Abstiveram-se a deputada eleita pelo PS, Helena Roseta e o deputado do PRD, Marques Júnior.

«Globalmente negativa e atentatória de algumas características fundamentais do regime democrático português», assim caracterizou o líder parlamentar comunista a presente revisão na declaração de voto que proferiu em nome do PCP. Citando a apreciação final a que chegara dois dias antes o Comité Central, Carlos Brito sublinhou que **«o sentido essencial da revisão não deve ser avaliado pelas partes da Constituição que não foram alteradas nem pelas pontuais modificações de carácter positivo, mas sim pelo conjunto das alterações que inequivocamente vão ao encontro dos objectivos reaccionários e das exigências das forças da direita e do grande capital, do PSD e do Governo Cavaco Silva, nos planos político, económico e social.»**

Graves mutilações

As alterações produzidas (ver nesta página) constituem assim, na perspectiva do PCP, **«graves mutilações, amputações e desfigurações de traços característicos essenciais e distintivos do regime democrático instaurado e institucionalizado com a Revolução de Abril».**

Alterações que, entretanto, só foram possíveis na medida em que obtiveram o concurso do PS no quadro do acordo global de revisão que firmou com o PSD. Detendo-se neste aspecto, Carlos Brito pôs em evidência os valores e conquistas históricas **«caras aos socialistas e a toda a família da esquerda»** que o PS sacrificou (a própria referência ao socialismo), chamando ainda a atenção, pela sua gravidade, para as consequências imediatas e futuras que decorrem do acordo PS/PSD, nomeadamente **«os novos poderes e os novos instrumentos de poder»** adquiridos pelo Governo e pela maioria parlamentar.

A postura de conformismo e cedência do PS aos desígnios da direita em todo este processo de revisão seria aliás, uma questão que mereceria uma aturada análise por parte do dirigente comunista. Depois de sumariar uma por uma as matérias em que o PS decaiu das suas posições, Carlos Brito ocupou-se com a chamada **«querela constitucional»** insistentemente invocada pelos dois subscritores do acordo.

«Se o PS acreditou alguma vez que com estas cedências e sacrifícios, que se traduzem em graves mutilações do texto constitucional apaziguaria a direita, acabaria com os chamados alibis e poria termo às actuações governamentais violadoras da Constituição – observou Carlos Brito – **aí tem algumas respostas de destacadas figuras da direita onde, a par do regozijo pelas presentes aquisições em termos constitucionais, já proclamam a necessidade de se proceder ulteriormente a uma nova revisão».**

Alerta para as interpretações abusivas

Daí que importe desde já, na perspectiva do PCP, desmascarar e combater aquilo que Carlos Brito definiu como **a «exploração pelo PSD e a direita dos resultados da revisão da Constituição»**, prática que tudo indica, alertou, incidirá em três direcções fundamentais, a saber: **«exigir o cumprimento implacável das disposições que lhe sejam favoráveis, recorrendo para isso, se for necessário, a interpretações ilegítimas e abusivas; tresler os comandos constitucionais que suscitem dúvidas interpretativas; fazer o mais possível letra morta das disposições que continuam a favorecer os trabalhadores e a dar expressão às conquistas de Abril».**

Mas se é verdade que a direita conseguiu com esta revisão, como frisou o líder da bancada comunista, que conquistas democráticas consagradas na Constituição de 1976 deixem da fazer parte irreversível do regime instalado com a Revolução de Abril, ferindo gravemente essas conquistas e reduzindo as suas garantias, não é menos verdade que o texto da Constituição revista não as exclui do quadro constitucional, facto que se fica a dever em larga medida **«à persistente, firme e corajosa luta dos trabalhadores e dos democratas contra as ofensivas da direita».**

Depois de enaltecer o importante papel desenvolvido pelo PCP em todo o processo de revisão da Lei Fundamental e de enumerar as inúmeras soluções positivas e aperfeiçoamentos nela introduzidos pelo contributo dos deputados comunistas, Carlos Brito sublinhou por fim que apesar de mutilada e desfigurada e de abrir novas possibilidades de ofensiva do Governo, a Constituição **«não impede, nem no plano político, nem no plano jurídico (e por isso deverá ser invocada), tanto a continuação da luta em defesa das conquistas de Abril, como a luta por uma alternativa democrática e um Governo democrático que as inclua no seu programa».**

Estado de sítio parlamentar

Grande destaque na declaração de voto que o líder parlamentar comunista proferiu da tribuna foram ainda **«as condições de absoluta anormalidade parlamentar»** – as palavras são suas – em que decorreram os debates e as votações do seu articulado.

Debruçando-se sobre este aspecto logo no início da sua intervenção, Carlos Brito protestou nomeadamente para o que classificou de **«verdadeiro estado de sítio parlamentar»**, com os direitos dos deputados, os tempos de intervenção e as condições de debate a **«sofreram limitações e entorses antidemocráticos sem precedentes».**

O dirigente comunista responsabilizou ainda o PS por ter sido cúmplice pela **«imposição do regime de excepção»** em que decorreu a revisão da Constituição tendo simultaneamente acusado aquele partido de ter contribuído **«indisfarçavelmente para bloquear a intervenção da Assembleia da República no processo político nacional, dificultando designadmente a sua acção fiscalizadora sobre os aspectos mais desastrosos e escandalosos da política do Governo Cavaco Silva que neste período se avolumaram consideravelmente».**

Governação em águas turvas leva Marinha Mercante a pique

Os problemas da Marinha Mercante, resultantes em larga escala da acção destruidora de que o sector tem sido alvo nos últimos anos, estiveram em foco na Assembleia da República, numa das suas sessões plenárias da passada semana.
Tratou-se sobretudo de trazer para primeiro plano — incumbência protagonizada pelo deputado comunista Luís Roque — a criminosa política de «terra queimada» que de há anos a esta parte vem norteando neste domínio as autoridades e de denunciar, simultaneamente, a ausência de uma política global capaz de defender os interesses nacionais e de responder aos desafios colocados pelo embate do Mercado Único de 1992.

Um desafio que, seguramente, exigiria um outro caminho que não propriamente aquele que vem sendo trilhado pelo actual Governo e que só a incapacidade e incompetência deste poderão explicar.

É que, como frisou Luís Roque, incapaz de tomar medidas indiciadoras de uma política globalizante para o sector, o Governo fica-se por iniciativas (como a recente autorização do Registo Madeira) de carácter avulso que estão longe de resolver os problemas de fundo.

Esta incapacidade e incompetência do Executivo, quando este se auto-intitula como detentor da máxima competência e rigor, torna-se ainda mais gritante, como frisou o deputado comunista, quando se sabe que durante algum tempo o País assistiu ao confronto entre duas empresas de capital público — caso da Transisular e da Portline — que desbarataram inutilmente energias e capitais públicos perante a indiferença do Poder Central.

E só os prejuízos sentidos pelo capital privado envolvido (caso de Ilídio Pinto com fortes interesses na Transisular), ao que parece, é que levaram há algumas semanas atrás aquelas empresas a chegarem a acordo.

Mas o mais curioso, conforme Luís Roque, é que a destruição da CTM e da CNM decorreu sob a divisa da abertura à livre concorrência, concorrência esta que, todavia, mal se iniciou, com a entrada em jogo do capital privado, foi logo objecto de severas críticas por parte dos vários interesses em presença que se acusaram mutuamente de prática de «dumping».

Importa entretanto assinalar que esta política mais não é no fim de contas do que o corolário de uma acção destruidora iniciada por outros governos de direita. Com efeito, de acordo com o quadro descrito pelo deputado comunista, a verdade é que dos 140 navios que a nossa Marinha de Comércio dispunha em 1975 só restavam em Janeiro deste ano 53.

Acresce ainda que, para além da sua reduzida dimensão, a frota actual apresenta aspectos estruturais negativos que Luís Roque pôs em relevo, referindo nomeadamente a sua idade média avançada e o desequilíbrio na sua composição por tipo de navios.

Com idades iguais ou inferiores a dez anos, disse, dispomos apenas de 13 navios com um porte de 495 842 toneladas, o que representa cerca de 35 por cento da tonelagem da frota, situando-se assim a idade média da frota em 16 anos.

Considerados em todo o Mundo como uma fonte importante para a balança de pagamentos e como um precioso «instrumento de estratégia económica», os transportes marítimos não têm merecido assim no nosso País a atenção que lhes seria devida.

Luís Roque qualificou mesmo o exemplo do nosso País como «bastante negativo», citando a propósito a «sangria» de mais de 80 milhões de contos em divisas verificadas em 1985 com afretamento de navios estrangeiros, tudo em resultado do desmantelamento de que tem sido objecto a marinha do comércio.

Socorrendo-se do exemplo de outros países no quadro da CEE como a França, Espanha e Itália, Luís Roque recordou que todos eles, com tradições marítimas e independentemente da maior ou menor liberalização, defendem os transportes marítimos e tomam medidas de apoio ao desenvolvimento ds suas frotas enquanto em Portugal sucede «exactamente o contrário».

«Os sucessivos governos que tivemos — sublinhou — deixaram à deriva a Marinha de Comércio carecida após a descolonização de uma total redefinição de objectivos e funções, para acabarem por destruir as duas maiores estruturas do sector, a CNN e a CTM».

Alterações desfiguradoras

Situam-se fundamentalmente em quatro grandes áreas as alterações introduzidas na Lei Fundamental em resultado do processo de revisão agora concluído. De acordo com as palavras de Carlos Brito, elas constituem «graves mutilações, amputações e desfigurações de traços característicos essenciais e distintivos do regime democrático português instaurado e institucionalizado com a Revolução de Abril».

Para além da supressão de objectivos programáticos, essas alterações são fundamentalmente as seguintes:

1.º — As alterações que favorecem a aceleração dos processos de reconstituição dos monopólios e dos latifúndios e a restauração do capitalismo monopolista de Estado, nomeadamente, a eliminação do princípio da irreversibilidade das nacionalizações e a concessão ao Governo de vastos poderes para reprivatizar sem regras nem princípios — o que abre as portas a um maior domínio da economia portuguesa pelo capital estrangeiro — a eliminação da referência constitucional à Reforma Agrária e o debilitamento do quadro de garantias de que disfrutava — o que não deixará de ser invocado, embora ilegítima e abusivamente, para retirar o valor à manutenção, no texto constitucional, do princípio da eliminação dos latifúndios como incumbência prioritária do Estado, e em vez disso procurar cobertura para a política governamental que procede à sua reconstituição através do esbulho das terras aos trabalhadores e agricultores, visando a destruição da Reforma Agrária;

2.º — As alterações que visam favorecer a bipolarização e governamentalização do sistema político, nomeadamente, a redução do número de deputados, a modificação da legislação eleitoral com a consequente adulteração do sistema de representação proporcional, a redução de poderes de fiscalização da Assembleia da República em relação ao Governo, e a manutenção de dispositivos que tem servido de pretexto para o bloqueamento da regionalização;

3.º — As alterações ao estatuto da comunicação social, que facilitam a sua instrumentalização pelo grande capital e pelas forças da direita, através, nomeadamente, da abertura da televisão ao capital privado, sem quaisquer regras ou garantias e na exclusiva dependência do Governo e da sua maioria parlamentar, da consolidação da escandalosa atribuição das frequências de rádio, da redução dos tempos de antena, da admissão da eliminação total do sector público da imprensa escrita, do leilão das empresas públicas de comunicação social, da substituição do Consleho de Comunicação Social por uma Alta Autoridade para a Comunicação Social com tal composição que permite o controlo do Governo sobre as suas decisões.

4.º — As alterações ao estatuto constitucional do direito à saúde que afectam especialmente o princípio da gratuitidade do Serviço Nacional de Saúde, facilitam o campo de manobra a ofensiva que o Governo contra ele desenvolve e se traduzirão em novas dificuldades no acesso dos portugueses à saúde.

Poder Local

Município de Coimbra

Cruzar os braços e dizer «sim» ao Governo — *uma pesada factura imposta à população e ao concelho*

«Em Coimbra não há uma Câmara Municipal virada para o munícipe e para a sua participação na vida do concelho» — declarou **Santos Cardoso**, candidato da CDU à presidência daquela CM no decorrer de uma conversa com o Avante! realizada recentemente na capital do Mondego. Para além de Santos Cardoso (um dos intervenientes no comício realizado na noite da passada sexta-feira com Álvaro Cunhal), participaram no encontro com o Avante! **Beatriz Rosa**, vereadora, e **Jorge Monteiro**, eleito na AM. Tal como nos outros concelhos do País, a CDU de Coimbra, firmemente empenhada nas eleições de 18 de Janeiro para o Parlamento Europeu, prepara também com redobrada energia a batalha eleitoral de Dezembro.

Quanto custa baixar a cabeça...

Com presidência e vice-presidência do PSD, dois vereadores do CDS, quatro do PS, dois da CDU (ambos a meio tempo) e um do PRD, a Câmara Municipal de Coimbra é mais um exemplo, aliás bem significativo, das consequências a que se pode chegar quando, servilmente, se baixa a cabeça... Neste caso a voz do dono vem de Lisboa e chama-se Governo PSD.

A CM de Coimbra não é reivindicativa, prossegue uma incrível subserviência ao Executivo de Cavaco — sublinha Santos Cardoso — e ainda por cima sem resultados à vista. O Governo PSD — é caso para dizer — **acha mole e carrega**, sucedendo-se os exemplos de abandono e marginalização, como nos transportes municipais (as verbas do fundo especial contemnplado na lei do Orçamento do Estado de 1987 nunca chegaram a Coimbra nem às outras quatro CM na mesma situação).

***Da esquerda para a direita**: Beatriz Rosa, vereadora, Jorge Monteiro, eleito na AM, e Santos Cardoso, candidato CDU à presidência da Câmara Municipal de Coimbra. Eles falaram ao «Avante!» sobre temas de actualidade na vida do Município*

Outro exemplo é o das duas escolas C+S (ensino preparatório e secundário) prometidas para Coimbra. Comparando com situações registadas noutras regiões do País, o protocolo é extremamente desfavorável à CM de Coimbra. Com terrenos cedidos pela Câmara, o custo das unidades escolares seria suportado em 30 por cento pelo Ministério da tutela (preços fixados à partida) e em 70 por cento pelo Município...

À partida, 145 mil prejudicados...

Entretanto, nem só de subserviência ao Governo vive a deficiente gestão municipal em Coimbra, prejudicando directamente os 145 mil residentes no concelho, espalhados por 31 freguesias e toda uma população flutuante que, oriunda da região centro, acorre quotidianamente a Coimbra.

Os vereadores e os membros da CDU chamam a atenção para o mau funcionamento dos serviços, a burocracia, a falta de planeamento, a continuação da «lei» da especulação na área urbanística, com escândalos atrás de escândalos (consulte-se a imprensa local...) a falta de diálogo entre vereadores e trabalhadores (incluindo técnicos) da Câmara, a incapacidade geral em fazer mexer as coisas, em dinamizar e melhorar a intervenção municipal, em aproveitar o património existente.

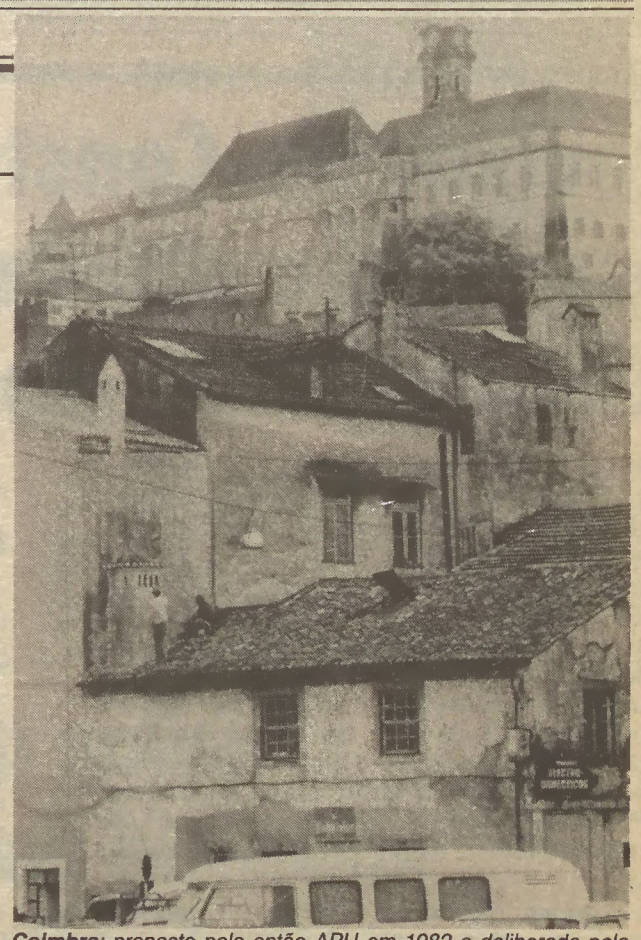
É exemplificativo o que se passa com o sector do lixo, pelouro da responsabilidade dum vereador CDS desde 1980: à desorganização dos serviços, acrescente-se o péssimo relacionamento com os trabalhadores e a descoordenação no aproveitamento dos milhares de contos de investimentos feitos. E que dizer dA «história» do aterro sanitário? O lixo não foi enterrado e agora, perto de Condeixa, ergue-se uma monumental lixeira. A recuperação será assim muito mais difícil...

Atentados urbanísticos: soma e segue

Se a questão dos transportes municipais ou dos lixos ou ainda da forma como os munícipes são tratados quando precisam dos serviços camarários são pontas visíveis dum volumoso «iceberg» de incapacidades, não menos significativo é o problema do urbanismo. Aqui, como outros sectores (ainda recentemente o Avante! abordou o caso da Rua Machado de Castro), a CDU evidencia uma atenção e uma sensibilidade especiais, acompanhadas das propostas e das alternativas só possíveis devido ao estudo rigoroso das matérias, à íntima ligação e colaboração de técnicos e munícipes.

Santos Cardoso, Beatriz Rosa e Jorge Monteiro são peremptório: não há plano de urbanização a sério para a cidade de Coimbra. O que existe é bem diferente: **um vazio de regulamentação, especulação imobiliária, a torto e a direito, atropelos urbanísticos.**

É com mágoa que os representantes da CDU nesta conversa com o «Avante!» falam da acentuada camianhada dos monstros de cimento armado, desfigurando a bela cidade de Coimbra.



***Coimbra**: proposto pela então APU em 1982 e deliberado pela AM, continua numa fase atrasada o **Plano Director Municipal (PDM)** de Coimbra. Quem ganha com este atraso?*

«Não há vereador para a administração urbanística», salienta a eng.ª Beatriz Rosa, que interroga: **Uma vez que as responsabilidades nessa matéria estão diluídas no quadro das competências municipais, quem responde pelos atentados urbanísticos que se cometem na cidade?**

Neste contexto da política urbanística da CMC, uma palavra também para o facto de muitos candidatos aos cargos autárquicos estarem ligados ao sector imobiliário (construtores, projectistas, etc), o que coloca, obviamente, contradições flagrantes entre os interesses municipais e os interesses pessoais, profissionais e de grupo.

Como remate, a CDU lembra o escândalo da deficiente regulamentação e, mesmo dentro da pouca existente, da longa lista de espera para as demolições a executar....

■ ***José Paulo Oliveira***

Marinha Grande

Feira das Actividades Económicas: um êxito apontado ao futuro

Largos milhares de visitantes, centena e meia de expositores, 8050 metros quadrados de área coberta, 16 patrocinadores, um novo impulso para a valorização do concelho em termos económicos e sociais — esta a síntese de um balanço possível da **3.ª Feira das Actividades Económicas** (FAE) da Marinha Grande, iniciativa do Município local que decorreu entre 23 e 28 de Maio no parque de exposições, à Boavista.

***O espaço de exposição** da 3.ª FAE, embora muito superior ao das edições anteriores, não chegou para todas as empresas interessadas. Entretanto, já se trabalha na preparação da 4.ª Feira*

Sempre a crescer

Uma significativa amostra das potencialidades económicas da região, com destaque para as empresas do vidro, do plástico, dos moldes, do mobiliário, dos equipamentos, máquinas e ferramentas, etc. deu corpo a uma Feira que se tem vindo a afirmar no panorama dos grandes certames da indústria nacional, suscitando vivo interesse entre os responsáveis das empresas e o público em geral.

Realizada em Maio de 1987, a 1.ª FAE contou com 62 expositores e 3 patrocinadores ocupando uma área coberta de 1900 metros quadrados, ainda nas instalações do Sport Operário Marinhense. Em Maio de 88, a 3.ª FAE estendia-se já por uma área de 6000 m², com 135 expositores e 9 patrocinadores.

Comparem-se estes números com os da 3.ª FAE, acrescente-se a informação que a 4.ª edição já está a ser preparada, e de imediato se concluirá que se trata de um firme projecto de trabalho com futuro. **Armando Constâncio**, vereador da CM directamente ligado à realização da Feira, sublinhou à reportagem do «Avante!» que a FAE **contribui para a necessária diversificação do tecido económico da região e do concelho da Marinha, e para a destruição do argumento, frequentemente utilizado por certos sectores, que uma autarquia CDU é incompatível com o desenvolvimento e com o incentivo aos empresários.**

Nos pavilhões da Boavista a CM de Marinha Grande tem realizado fortes investimentos, aumentando assim as capacidades e o património do Município.

Setúbal

As batalhas eleitorais deste ano estão em foco numa nota recentemente divulgada aos órgãos de Comunicação Social pela Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP. A propósito das autárquicas de Dezembro, a DORS refere a dado passo:

«Pensamos ser importante realçar o comportamento do Partido Socialista que, após ter rejeitado qualquer acordo com o PCP e ter afirmado e reafirmado publicamente pela boca dos seus responsáveis máximos que não faria alianças com o PSD, admitindo apenas como excepção, no distrito de Setúbal, os concelhos de Setúbal e Montijo, desenvolve agora várias negociações em outros concelhos do distrito com vista a coligações com o PSD, que tem considerado como inimigo principal e incapaz de resolver os problemas dos portugueses. Pensamos que tal comportamento do PS deve merecer uma séria reflexão não só por parte do eleitorado, que defende o Poder Local ao serviço das populações, mas também por parte dos socialistas que acreditam que o interesse das populações do distrito e a defesa do Poder Local não pode passar por cedências à direita, nem pelo reforço do poder PSD nas autarquias».

Internacional

América Latina

Da Argentina à Venezuela a revolta contra a fome

As acções de revolta popular que têm vindo a ocorrer na América Latina, contra a miséria e a fome – Argentina e Venezuela são os exemplos recentes –, para além do carácter específico de cada realidade nacional, naturalmente diferentes – reflectem uma situação comum ao continente. A desenfreada exploração de que são vítimas os povos do terceiro mundo por parte do grande capital internacional, por parte das multinacionais.

Numa primeira apreciação dos acontecimentos na Argentina, a Esquerda Unida, coligação do Partido Comunista (PCA) com o Movimento para o Socialismo, apontou como «a verdadeira razão das lutas: a fome e a miséria do povo provocadas pela sua política económica» (do governo). O secretário-geral do PCA, Patrício Echegaray, disse que a imposição do estado de sítio «vem agravar a violência económica contra o povo e também a repressão» pelo que «é legítimo que o nosso povo se defenda, e por isso somos solidários com as lutas».

Recorde-se que o presidente argentino proclamou, no passado dia 29 de Maio o estado de sítio no país, depois de uma noite de assaltos a estabelecimentos comerciais, em várias cidades do país. Assaltos em que participaram milhares de pessoas, face a uma situação desesperante, com a inflação a subir a 70% num só mês e o anúncio de novas medidas de austeridade, feito por Alfonsin, para os últimos seis meses do seu mandato (as eleições de sete de Maio deram a vitória ao candidato peronista Carlos Menem, do Partido Justicialista).

Algumas das medidas tomadas pelo governo testemunham no fundo que há a convicção de que é a fome a verdadeira razão das acções desencadeadas pelo país. De par da declaração do estado de sítio, de acções repressivas que provocaram 18 mortos e centenas de feridos, das acusações à esquerda de que estaria na origem das acções de pilhagem dos estabelecimentos comerciais – outro tipo de medidas foi avançado, resultante de um acordo entre Alfonsin e o seu sucessor Menem.

As autoridades argentinas estão a distribuir gratuitamente alimentos. Foram iniciados programas alimentares de emergência e instaladas na capital «cozinhas para pobres». Tal a situação de degradação generalizada do poder de compra a que se chegou.

Venezuela, outro exemplo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) impôs ao governo da Venezuela, não conceder mais aumentos salariais no ano em curso. Uma oposição que consta do texto de uma carta de intenções, há dias conhecido em Caracas.

A Venezuela tem sido palco de grandes lutas populares contra políticas económicas que atingem de forma dramática os mais elementares direitos dos trabalhadores.

A 16 de Fevereiro, o governo venezuelano decreta uma série de aumentos de preços – dos transportes, de produtos alimentares de base e de combustíveis. A 27 de Fevereiro, desencadeia-se uma vaga de protestos populares – na capital e noutras cidades do pais – que se prolonga até 5 de Março, num verdadeiro levantamento popular. A repressão provocou centenas de mortos e milhares de feridos e presos.

São acontecimentos que se podem repetir, praticamente por toda a América Latina, onde o FMI, instrumento do grande capital internacional, vai impondo as suas leis: a aposta numa política socioeconómica que representa desemprego, redução dos salários, dos serviços sociais e de saúde, da segurança social, e a alienação do património nacional, representado pelas empresas do Estado, ao sector privado, em particular ao capital estrangeiro.

A dívida

Subjacente a estas políticas, à degradação das condições de vida das populações, e às acções de luta que lhes estão ligadas, está a questão central da divida do terceiro mundo, consequência e instrumento da sua exploração pelas multinacionais.

Numa conferência sobre a dívida externa realizada recentemente em Brasília, Carlos Rafael Rodríguez, vice-presidente dos Conselhos de Estados e de Ministros de Cuba, afirmou: «mantemos a ideia de que tentar pagar a dívida é um erro político, porque coloca os governos que o tentaram numa situação de contradição cada vez mais violenta com os seus povos, que são os que, ao pagarem, sofrem as consequências de um endividamento que outros contraíram».

Nessa mesma intervenção, sublinha Rafael Rodríguez, que «a América Latina tem de dedicar hoje, segundo os anos, de 30 a 35% das suas exportações totais de bens e serviços ao pagamento dos seus juros, ao mesmo tempo que começámos a ter transferências líquidas negativas, ou seja, a descapitalizar-nos a partir de 1982».

No início do ano de 1989, o Banco Mundial aumentou ainda as taxas de juro para os países subdesenvolvidos.

A medida aumenta automaticamente a dívida externa do terceiro mundo e, simultaneamente, ao aumentar o custo do crédito, torna ainda mais difícil qualquer crescimento económico nestes países. Um círculo vicioso, de que são os povos a pagar os dramáticos custos sociais.

O prolongamento da presença das forças repressivas sul-africanas na Namíbia, e concretamente da unidade antiguerrilha «Koevoet», tem constituído obstáculo maior na concretização do processo de independência da Namíbia. As autoridades de Pretória apostam no que lhes resta de capacidade de manobra, nomeadamente militar, para tentar condicionar o processo eleitoral, e impor um futuro governo fantoche, de que o movimento de libertação do povo namibiano, a Swapo, se veria arredado.

Ainda há dias, a administração sul-africana decidiu o envio para o Norte da Namíbia de uma força suplementar de 700 polícias, para «proteger a vida e a propriedade» de onze chefes tradicionais.

No país Ovambo, prossegue o boicote às aulas de milhares de estudantes, contra a integração nas forças da polícia do território, de antigos membros do «Koevoet».

Em Luanda, Afonso Van-Dunem, falando na abertura da quinta conferência geral das agências noticiosas do «pool» dos Não-Alinhados, declarou que todos os esforços convergem no sentido da implementação da resolução 435/78 sobre a independência da Namíbia e se abrem perspectivas de paz para o sudoeste de África.

Contudo, referiu Van-Dunem, «impõem-se a vigilância e o acompanhamento sistemático da fase de transição da Namíbia até à proclamação da independência tendo em conta as possíveis manobras da potência colonial» tendentes a impedir «a genuína liberdade e autodeterminação desse país».

Delegação do MPLA-PT

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal, de 26 de Maio a 2 de Junho, uma delegação de estudo do MPLA-Partido do Trabalho dirigida pelo Reitor da Escola Superior do Partido Dr. Agostinho Neto, e membro do Comité Central, Zeferino Estêvão Juliana e que integrava ainda Maria Gabriela Simas, José Gabriel Barros e Agostinho António dos Santos.

A delegação trocou informações sobre a experiência de cada partido no domínio da preparação de quadros com uma delegação do PCP composta por Blanqui Teixeira do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros do CC, Maria da Piedade Morgadinho do CC e Rogério de Carvalho, colaborador do Comité Central.

A delegação teve um encontro com Aurélio Santos do Comité Central, responsável do Departamento de Propaganda. Visitou o Porto, Santarém, Alpiarça e Almeirim onde contactou com o trabalho da Direcção da Organização Regional do Porto e da Direcção da Organização Regional de Santarém, respectivamente.

A delegação visitou ainda, a convite das suas administrações, as editoras «Avante!» e «Caminho» e as instalações de «o diário».

A visita realizada no quadro das fraternais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o MPLA-Partido do Trabalho, permitiu um melhor conhecimento mútuo do trabalho dos dois partidos, sendo assinado um Protocolo de Cooperação no domínio da formação de quadros.

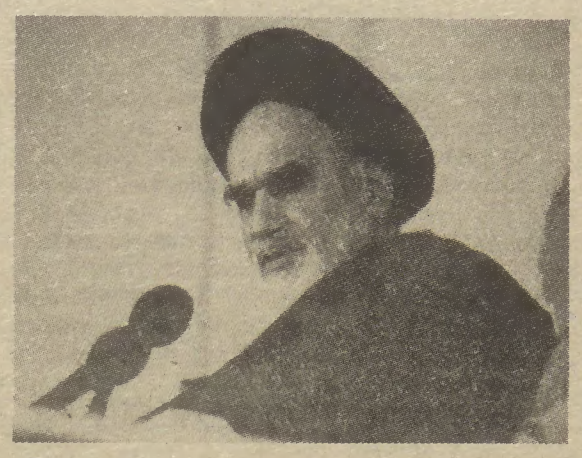
Comunistas portugueses exprimem «pesar e fraternal solidariedade» ao PCUS e povo soviético

«Queridos camaradas,

«Com profunda consternação tomámos conhecimento do desastre de trágicas proporções ocorrido com o trans-siberiano. Neste momento de dor e luto exprimimo-vos, e por vosso intermédio a todo o povo soviético, os sentimentos do mais profundo pesar e fraternal solidariedade dos comunistas portugueses.»

Este o texto do telegrama enviado pelo secretariado do CC do PCP ao CC do Partido Comunista da União Soviética, por ocasião do grave acidente que atingiu dois comboios, provocando a morte de mais de 400 pessoas.

O acidente deu-se na noite de 3 para 4 de Junho, e foi originado por uma violenta explosão do gasoduto, que atingiu dois comboios de passageiros nos Urais soviéticos. Cerca de 600 pessoas foram internadas. Para a zona sinistrada está a afluir ajuda de todo o país e do estrangeiro. Foi declarado um dia de luto em todo o país.



Khomeiny morreu

O *ayatollah* Khomeiny morreu sábado passado, com 89 anos, vítima de um enfarte do miocárdio.

Ali Khamenei foi nomeado seu sucessor, pelo Conselho de Peritos. Khamenei exerceu destacados cargos na República Islâmica, sendo seu presidente desde 2 de Outubro de 1981.

Congresso do PC Chileno reafirma participação nas eleições

O XV Congresso do Partido Comunista do Chile (PCC), realizado em meados de Maio, reafirmou a intenção dos comunistas chilenos de participar nas próximas eleições gerais, condenando os planos acalentados por Pinochet no intuito de manter nas suas mãos o poder estatal, afirma-se em comunicado dos comunistas chilenos.

O Congresso aprovou a política de revolta popular decidida pelo PCC para alcançar a democracia, política que prevê combinar todos os tipos de luta, em função da situação concreta.

O PCC condenou as pretensões de Pinochet de se tornar comandante-chefe do Exército chileno em Março de 1990, após expirar o seu mandato de chefe de Estado.

Os comunistas chilenos devem participar activamente na campanha eleitoral, a fim de conquistar o maior número possível de mandatos no Parlamento, diz-se no comunicado.

O PCC exorta a oposição a apresentar um único candidato à presidência, uma plataforma e lista comuns de candidatos ao parlamento.

O partido deve ainda estar preparado para manter a campanha eleitoral nas condições impostas por Pinochet, alertou-se no Congresso, pois as autoridades chilenas tudo farão para impedir a vitória da oposição, em particular dos comunistas.

O Congresso impulsionou a renovação das fileiras partidárias, generalizando a experiência dos comunistas, enriquecida com os acontecimentos que ocorrem na URSS, a perestroika e a glasnost, afirma-se no comunicado.

Conselho de Segurança debate situação nos territórios árabes ocupados

O Conselho de Segurança reúne-se a pedido de um grupo de países árabes. A principal questão debatida é a situação nos territórios ocupados por Israel.

A Comissão da ONU para os direitos do povo palestiniano exortou o Conselho de Segurança a «tomar medidas para garantir a protecção internacional» ao povo palestiniano, diante de uma nova escalada de repressão por parte de Israel.

A presidente da Comissão, Absa Klod Diallo (Senegal), assinalou, em mensagem ao secretário-geral da ONU e à comunidade internacional, que o número de mortos desde o início da insurreição palestiniana atingiu 611 pessoas, incluindo 118 crianças de idade inferior a 15 anos.

Internacional

China

Dramáticos acontecimentos e situação incerta

Graves e dramáticos acontecimentos ocorreram estes dias na China. As notícias que vêm são múltiplas e contraditórias, tornando particularmente difícil o ajuizar da situação.
Certo é, entretanto, que muitas mortes resultaram do avanço de unidades do Exército sobre os grupos de jovens que ainda se encontravam na praça de Tien An Men, e dos confrontos registados na sequência da intervenção militar.

A praça Tien An Men está agora ocupada por militares. Mas os confrontos prosseguem. Tudo indica ter havido participação popular, contra a intervenção, ao lado dos estudantes. É referida mesmo a eventualidade de confrontos entre diferentes unidades do Exército.

Os trágicos acontecimentos de Pequim suscitaram múltiplas reacções a nível mundial. E naturalmente há também quem apareça como campeão de liberdades, assumindo oportunisticamente reivindicações que na verdade lhe são alheias, como é o caso, nomeadamente, do presidente dos Estados Unidos.

A madrugada de sábado

Foi na madrugada de sábado, hora de Pequim, que os soldados entraram no centro da capital chinesa. A partir daí, geram-se situações de confronto. Manifestantes erguem barricadas. Registam-se ataques a camiões do Exército. A polícia carrega com matracas e gases lacrimogéneos. Confrontos que numa primeira fase teriam alternado com tentativas de diálogo da população com soldados.

Na madrugada de domingo, os soldados invadem a praça, seguidos depois de tanques de assalto e um longo comboio de veículos blindados. Há tiroteio.

Os balanços de mortos são profundamente díspares, mas fala-se insistentemente em milhares de vítimas. Até agora não se pode propriamente falar de qualquer balanço oficial.

Antecedentes próximos

O movimento estudantil que ao longo de semanas veio arvorando palavras de ordem contra a corrupção e pela democracia, e que contou também com apoios de diferentes sectores da população, extensivos a outras cidades — tinha registado um sensível declíneo numérico nos últimos dias.

Registam-se, simultaneamente, sintomas de cansaço entre as tropas mobilizadas na sequência da declaração da lei marcial, acantonadas numa situação difícil, pelo calor e pela falta de alimentos, e naturalmente pela própria situação vivida de confronto potencial com outros jovens e elementos da população.

Poucos dias antes dos dramáticos acontecimentos de Pequim, Li Xiannian, presidente da Conferência consultiva política do povo chinês (CCPPC), assembleia consultiva que reúne personalidades comunistas e não comunistas, afirmara que «algumas pessoas no organismo dirigente do Partido comunista são a causa fundamental da complexa situação de hoje».

Que diferenças de opinião em relação às manifestações passam por dentro do Partido, é um facto confirmado pela própria declaração pública do Partido, convidando os seus 46 milhões de membros a aplicar as directivas do primeiro-ministro, e a não participar nem apoiar as manifestações.

Ao longo de todo este complexo período, anterior à não intervenção, foi sempre sublinhado que as reivindicações estudantis, contra a corrupção, e pela democracia e o progresso são razoáveis «e conformes aos objectivos do Partido e do Estado» (nas palavras do antigo chefe de Estado Li Xiannian).

Simultaneamente referia-se, a nível oficial, «um punhado de gente» que «utilizam as greves criando voluntariamente distúrbios» (uma afirmação de Wan Li, presidente do Comité permanente da Assembleia nacional).

Nos últimos dias de Maio, numa intervenção na televisão, o primeiro-ministro Li Peng afirmou: «A lei marcial não significa o poder dos militares. Contrariamente ao que se passa noutros países em que se faz apelo ao Exército quando o governo já não pode exercer as suas funções».

Que aconteceu entretanto na China Popular?

Declaração do Congresso soviético

O Congresso de Deputados do Povo da URSS adoptou uma resolução sobre os acontecimentos dramáticos que se têm estado a desenrolar na China, nos últimos dias, onde se diz que, quaisquer que sejam as paixões, «importa procurar soluções adequadas que sejam determinadas pelos objectivos da consolidação da sociedade» e se considera «deslocada» a «pressão exterior».

Registando o agravamento dos acontecimentos nos últimos dias, na sequência dos confrontos entre «os participantes das manifestações de massa dos estudantes e as tropas», em que foram usadas armas de fogo e houve vítimas, o documento, que considera não ser o momento de «tirar conclusões e fazer declarações apressadas», diz que os acontecimentos são «questões internas da China».

«Todas as tentativas de pressão exterior seriam deslocadas e esse género de tentativas só atiça as paixões e não contribui de modo nenhum para estabilizar a situação», afirma-se na declaração.

Os soviéticos esperam que «a sabedoria e o bom senso» dominem e sejam encontradas soluções para a situação que se criou, e o povo chinês vire, «o mais rapidamente possível, a página trágica da sua história», e progrida para a «edificação de uma China forte, pacífica, livre e socialista».

Comentário

Sobre os acontecimentos na China, o gabinete de imprensa do PCP publicou o seguinte comentário:

«Os recentes acontecimentos na República Popular da China não podem deixar de suscitar profunda inquietação dos comunistas portugueses e de todos quantos são solidários com os comunistas e o povo chinês na edificação da sociedade socialista.

«O PCP aguarda uma informação mais completa para poder ajuizar com inteira responsabilidade do seu real conteúdo e significado».

Polónia em tempo de eleições

Os dirigentes polacos «não recuarão na via da democratização e das reformas (...) assumirão as consequências políticas das eleições. A coligação decidiu proceder a eleições livres. Estavamos perfeitamente conscientes do risco que comporta a democracia, e este risco foi calculado. Se o espírito de triunfalismo e o aventureirismo conduzissem este país à anarquia, então a democracia, a calma e a paz social seriam colocadas em rude prova».

- **Solidariedade obtém maioria**
- **POUP aposta na via da democratização**

Este o primeiro comentário oficial, avançado pelo porta-voz do POUP, Jan Bisztyga, na televisão polaca, num momento em que já era claro o sentido do voto, tendo o «Solidariedade» obtido uma clara maioria.

Bisztyga sublinhou que «a primeira coisa a fazer» pela oposição é «assumir a sua co-responsabilidade em manter a ordem no país».

Estas eleições destinaram-se a eleger os deputados para as duas câmaras agora instituídas no esquema parlamentar polaco: a Dieta e o Senado.

No actual processo eleitoral — e como medida de transição — a coligação governamental tem garantidos praticamente 65% dos mandatos, sendo os outros 35% distribuídos em função dos resultados eleitorais.

Para o Senado, a câmara superior, as eleições não estavam sujeitas a estas quotas de percentagens. De referir que o Senado poderá bloquear qualquer projecto de lei.

As eleições agora realizadas são um dos resultados da «mesa redonda», realizada entre representantes do governo e do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), dos sindicatos, da oposição e da Igreja.

A realização da «mesa redonda», tal como este processo eleitoral, inserem-se na linha de decisões do X Plenário do CC do POUP, confirmada pela Conferência Nacional de Maio, em que nomeadamente foi elaborado o programa eleitoral do Partido.

A Conferência de Maio

No início de Maio terminaram os trabalhos da Conferência dos Delegados do POUP, órgão máximo do Partido, entre congressos.

A Conferência valorizou o X Plenário do CC de Dezembro-Janeiro, que considera ter aberto caminho a uma verdadeira viragem na realização dos objectivos da renovação do socialismo, e na obtenção da concórdia nacional.

Na «Declaração do POUP para as eleições», então aprovada, sublinha-se que o objectivo de todas as actividades do Partido deve ser a criação na Polónia de um sistema político socialista democrático, dominado pelo princípio da divisão dos poderes legislativo e executivo e um poder judicial independente.

No quadro deste sistema, o Partido influenciará a política do Estado através dos seus representantes no Parlamento e nos órgãos locais.

O Partido apoiará todas as acções que visem o reforço da autogestão tanto ao nível das regiões como das empresas.

Defendendo a passagem para uma economia socialista de mercado, a Conferência rejeitou decididamente qualquer política de desemprego estrutural, de degradação económica de grupos profissionais ou centros económicos.

Rejeitada igualmente qualquer utilização mercantilista de sectores como a cultura, a educação e a saúde pública.

Dados a assinalar

O facto muito objectivo é que a oposição, de que o papel de centro é desempenhado pelo comité civil do «Solidariedade», saiu vencedora nas eleições. O que naturalmente tem muito a ver, antes do mais, com a prolongada crise que se tem vivido no país, uma grave situação económica ainda não superada.

Nas palavras de Jan Bisztyga, representante do CC do POUP para a imprensa, «Apesar de todos os esforços do POUP, o seu prestígio e popularidade ainda estão a cair».

Há entretanto outros dados a registar.

O programa eleitoral avançado pelo «Solidariedade» inclui muitos elementos comuns com o apresentado pelo POUP. Facto que poderemos ligar à afirmação de Jaruzelski de que «as ideias fundamentais do socialismo estão há muito fortemente enraizadas na consciência das pessoas».

Na complexidade da situação surgem dúvidas também no seio do POUP. Por exemplo, para Rajmund Moric, presidente do sindicato dos mineiros, o Partido renunciou de livre vontade ao poder e deixou cindir-se a unidade operária.

Para Jaruzelski, a realidade é outra. O secretário-geral do POUP afirma que o Partido está a passar um exame histórico, considerando os enormes problemas da situação de hoje e o carácter decisivo da viragem, mas que não seria possível avançar se os comunistas se tivessem deixado dominar pelo medo e pelas dúvidas.

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A convite do governo fascista, que mercadeja abertamente com as riquezas do país, os imperialistas estrangeiros vão ocupando dia após dia novas posições de privilégio na indústria, na agricultura, na vida financeira e comercial.

O governo fascista oferece mão-de-obra a baixo preço

Na sua obra de traição, os governantes fascistas não se limitam a colocar as riquezas nacionais sob o domínio do imperialismo estrangeiro. Acenam-lhes com uma outra realidade: a mão-de-obra barata, os baixos salários dos trabalhadores, e fazem alarde deste facto, publicamente, quer em declarações à imprensa quer em conversações com os representantes dos monopólios internacionais, que visitam o nosso país para se certificarem das garantias que lhes são oferecidas.

Numa tabela de salários elaborada pelo dr. Xavier Pintado, um dos mais activos colaboradores do imperialismo estrangeiro, fixam-se dados particularmente elucidativos. Enquanto o salário médio horário de um operário português das construções navais é de 9$41, um operário belga do mesmo ramo de produção recebe 31$91. Na indústria têxtil o salário é de 4$55 para o trabalhador nacional de 25$49 para o trabalhador alemão.

Um operário português da fábrica alemã Grundig, instalada em Ferreiros, perto de Braga, ganha numa semana o salário diário de um operário da mesma empresa que trabalhe na Alemanha.

Os baixos salários permitem aos imperialistas estrangeiros a conquista de novos mercados

Pela utilização de processos técnicos evoluídos, os monopólios impõem novos ritmos de produção, que para os trabalhadores são factor de fadiga e esgotamento, mas que permitem elevar o rendimento da empresa, fazendo sair desta um maior número de mercadorias. Deste modo os imperialistas estrangeiros encontram-se em condições de conquistar rapidamente o mercado nacional e de produzir em larga escala para a exportação (...). Noventa por cento da produção da fábrica Grundig destina-se à exportação, em condições de concorrência, para países altamente industrializados como os Estados Unidos, Canadá e Japão. Um tal sucesso repousa, antes de tudo, sobre os baixos salários dos trabalhadores portugueses e sobre uma infame exploração, zelosamente defendida pelos governantes fascistas e pelo seu aparelho repressivo.

Em Março passado, a imprensa diária noticiou a criação em Matosinhos de um novo monopólio da indústria de confecções e venda de artigos de vestuário, resultante da fusão das empresas Textima-Têxtil Internacional e Textingo-Têxtil Comercial, com o monopólio Genesco-Interstyle, de capitais americanos e alemães. Este último possui 60 por cento dos investimentos, contra 40 por cento dos investimentos portugueses.

A Genesco, por si só, revela o potencial económico dos capitalistas americanos, na existência de 137 fábricas na indústria de vestuário, nas quais se empregam 60 mil pessoas (...). Podemos avaliar o significado de uma tal colaboração [entre o imperialismo estrangeiro e os capitalistas portugueses] se tivermos em conta que o monopólio germano-americano paga aos operários têxteis portugueses salários de 28$00 e 32$00, enquanto os trabalhadores do mesmo ramo ganham na Alemanha salários diários superiores a 200$00.»

(«Contra a dominação imperialista» — «Avante!», VI Série, n.º 392, Junho de 1968)

Em Foco

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 806
8 de Junho de 1989
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Comício no Campo Pequeno abre campanha da CDU em Lisboa

Foi assim no domingo. O Campo Pequeno esteve cheio, a abarrotar. Um mar humano, milhares de homens, mulheres e jovens, no comício de abertura da campanha eleitoral da CDU em Lisboa.

Um comício em tom de festa, a mostrar que alegria e luta, vontade e confiança, são atributos da intervenção da CDU na vida nacional, a par da honestidade, do trabalho, competência e experiência.

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Comício da CDU no Campo Pequeno abre campanha em Lisboa

Confiança num bom resultado a 18 de Junho

A praça cheia, engalanada pelos muitos panos, bandeiras e balões, trouxe à mente de todos o comício que o PSD de Cavaco Silva aí realizou duas semanas antes. Que diferença! Diferença a mostrar o governo em queda, a perder os seus apoios, e a CDU em ascensão, a crescer no seu apoio popular.

Ainda faltavam três quartos de hora para o início do comício — às 17 em ponto — e nas bancadas já havia mais gente que no comício de Cavaco Silva. Lá fora, de dezenas de autocarros de aluguer saíam pessoas provenientes de todos os pontos do distrito de Lisboa. A Santa Apolónia chegava um comboio CDU vindo de Vila Franca de Xira. Nas imediações da Praça reuniram-se grupos de trabalhadores, de mulheres e de jovens. Saudados com entusiasmo pelos que já então enchiam completamente as bancadas, entraram para a arena, único espaço disponível, com as suas bandeiras, cartazes e panos onde se liam as mesmas mensagens que a Câmara Municipal de Lisboa ilegalmente quer silenciar, arrancando a propaganda da CDU.

Já muito perto das 17 horas, muitos aplausos e palavras de ordem sublinharam a entrada na tribuna de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, de Carlos Carvalhas, cabeça de lista da CDU, de Maria Santos, de Blasco Hugo Fernandes e de Jorge Zacarias, candidatos da CDU ao Parlamento Europeu.

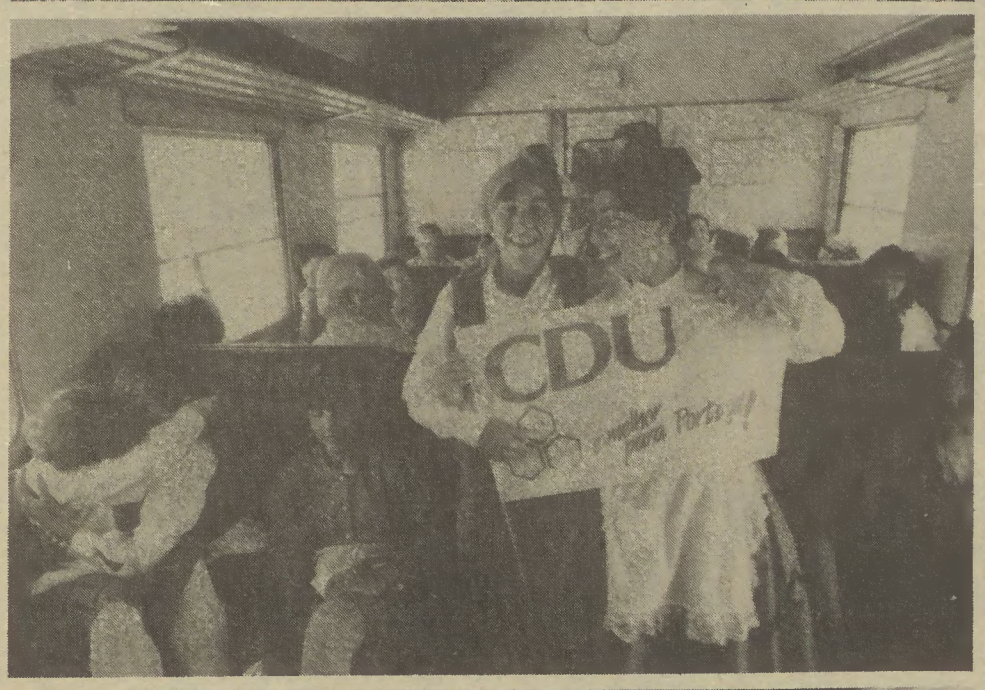
Na tribuna estavam também José Casanova, da Comissão Política do Comité Central do PCP, dirigentes do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Intervenção Democrática, Barros Moura e Aboim Inglez, deputados do PCP ao Parlamento Europeu e também candidatos nas listas da CDU às eleições de 18 de Junho.

E, como que a lembrar-nos que em Estrasburgo e cá dentro a CDU é melhor para Portugal, na tribuna do grande comício do Campo Pequeno estavam também Rui Godinho, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, e os candidatos da CDU às presidências das câmaras de Loures, Amadora, Vila Franca de Xira, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Arruda dos Vinhos.

Depois vieram os discursos, acompanhados de aplausos e palavras de ordem quando os oradores referiram a acção das diferentes forças que integram a CDU, lembravam as provas dadas pelos deputados da CDU no Parlamento Europeu, quando afirmavam a confiança num bom resultado nas próximas eleições. Mas também interrompidos com apupos para o papel desempenhado pelo PS na revisão da Constituição, e para a política levada a cabo pelo governo de Cavaco Silva.

Domingo passado no Campo Pequeno foi o arranque para as eleições de 18 de Junho. Um arranque com a confiança de que vamos não só manter os três deputados que temos actualmente no PE, mas também de que vamos bater-nos pelo reforço da representação da CDU.

O voto na CDU é a melhor forma de os portugueses demonstrarem a sua vontade de um novo rumo para a política nacional. ■



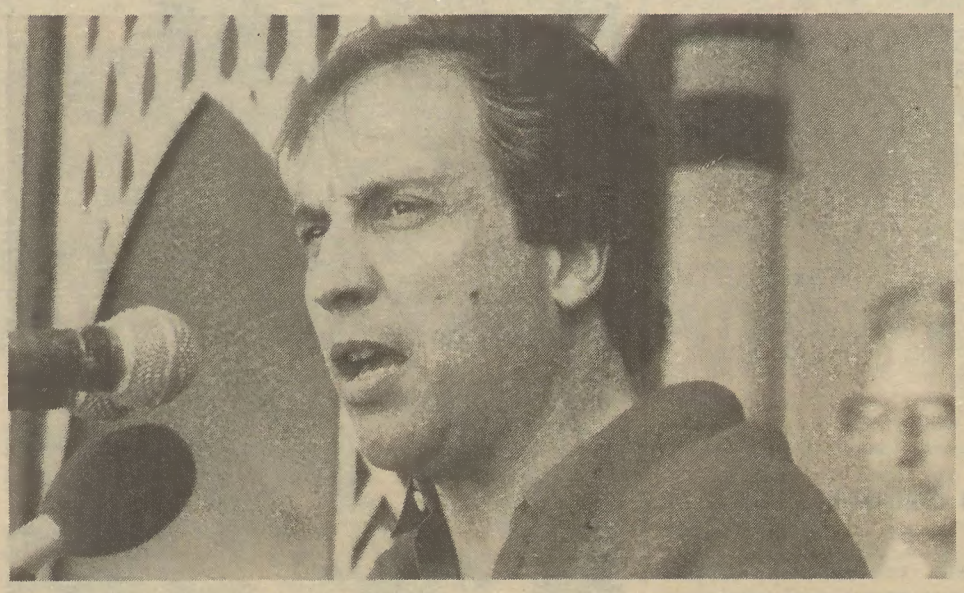
De Vila Franca ao Campo Pequeno, num comboio em Festa a caminho da festa

Comício no Campo Pequeno abre campanha da CDU em Lisboa

CDU é base sólida para alternativa democrática — *afirmou Carlos Carvalhas*

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Carlos Carvalhas, cabeça de lista da CDU às eleições de 18 de Junho, interveio no comício do Campo Pequeno antes de Álvaro Cunhal, abordando os temas a que a CDU está a dar particular atenção nesta campanha eleitoral, e detalhando as propostas da Coligação para atenuar os efeitos negativos e para potenciar os trunfos da economia portuguesa face ao Mercado Único de 1992.



A propósito salientou Carlos Carvalhas que «a CDU, nas suas diversas componentes é indiscutível e reconhecidamente a formação eleitoral que se apresenta a estas eleições com mais e melhores propostas globais, sectoriais e regionais», e aquela que dá garantias reais de empenhamento na defesa dos interesses nacionais e dos interesses e direitos dos trabalhadores, **«e de cumprir aquilo que promete».**

Fundamento desta afirmação são as provas dadas pela acção dos eleitos da CDU, nas autarquias, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, em todos os planos da vida nacional. Tal actividade é — acrescentou Carlos Carvalhas — «o penhor de atributos que justamente podemos reivindicar: trabalho, honestidade, competência e experiência».

É legitimamente que a CDU se assume como a formação eleitoral mais fiel ao património das ideias, ideais e conquistas do 25 de Abril, que «não mete o socialismo na gaveta, que não abandona a regionalização, nem os direitos dos trabalhadores e dos reformados, e que ao mesmo tempo se encontra na primeira linha de luta por grandes reformas democráticas, tais como a reforma do ensino, da saúde, do ordenamento do território, da administração pública — **reformas necessárias ao desenvolvimento e ao progresso social do nosso país».**

A propósito das inúmeras promessas feitas pelas diferentes forças concorrentes nestas eleições, Carlos Carvalhas interrogar-se-ia sobre se estarão em condições de defender os interesses de Portugal na CEE, aqueles que os não defendem dentro do País, aqueles que nos querem impor o pacote laboral, e os que transigem e cedem em pontos fundamentais do nosso regime.

Sublinando que «os vendedores de ilusões e os profissionais de promessas a única coisa que cuidam é dos seus próprios interesses e das suas clientelas e dos grandes negócios dos seus amigos», o cabeça de lista da CDU apelou a todos os que pretendem votar eficazmente contra a direita para que julguem os diversos partidos e forças à luz da sua prática e acção quotidiana.

«A dimensão social do desenvolvimento não é a fina película de açúcar para deixar passar a pílula amarga dos despedimentos, do trabalho precário, da acentuação das desigualdades.» Para a CDU — acrescentou Carlos Carvalhas — «a dimensão social do desenvolvimento é a harmonização no progresso, o nivelamento gradual por cima e não por baixo». Por isso a CDU exige a concretização do princípio da coesão económica e social e diz ao Governo do PSD que «Portugal não pode ter impostos e preços a tenderem para o nível médio da CEE, enquanto o nível de vida do povo tende para os padrões do terceiro mundo».

O compromisso da CDU

Na sua intervenção Carlos Carvalhas destacou alguns problemas que, também no futuro, vão continuar a merecer uma atenção particular por parte da CDU. Desde logo os problemas da juventude, que constitui um terço dos 320 milhões de cidadãos da CEE, e é particularmente afectada pelo desemprego.

Acentuou Carlos Carvalhas que um dos *dossiers* que a CDU vai levar ao Parlamento Europeu «é justamente o da problemática juvenil, das questões do primeiro emprego, da estabilidade do emprego, do acesso à habitação, do intercâmbio entre os jovens, que — acrescentou — não pode ficar confinado ao intercâmbio dos jovens da RFA e da França».

Em Portugal e na CEE a CDU vai levantar os problemas do ensino e da formação profissional, vai recusar a selectividade no ensino, vai defender a efectiva participação dos jovens na elaboração das políticas que lhes dizem particularmente respeito.

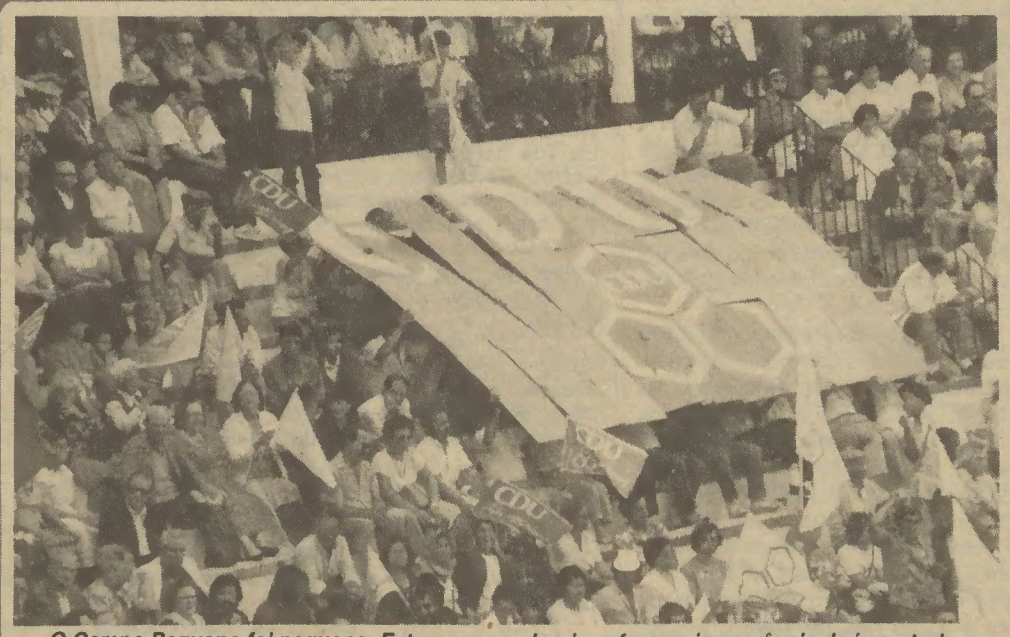
«Particular atenção vai continuar a ser dedicada à problemática das mulheres, numa comunidade onde há mais de 7,5 milhões de desempregadas e mais de 19 milhões com trabalho precário e onde é crescente a feminização da pobreza.»

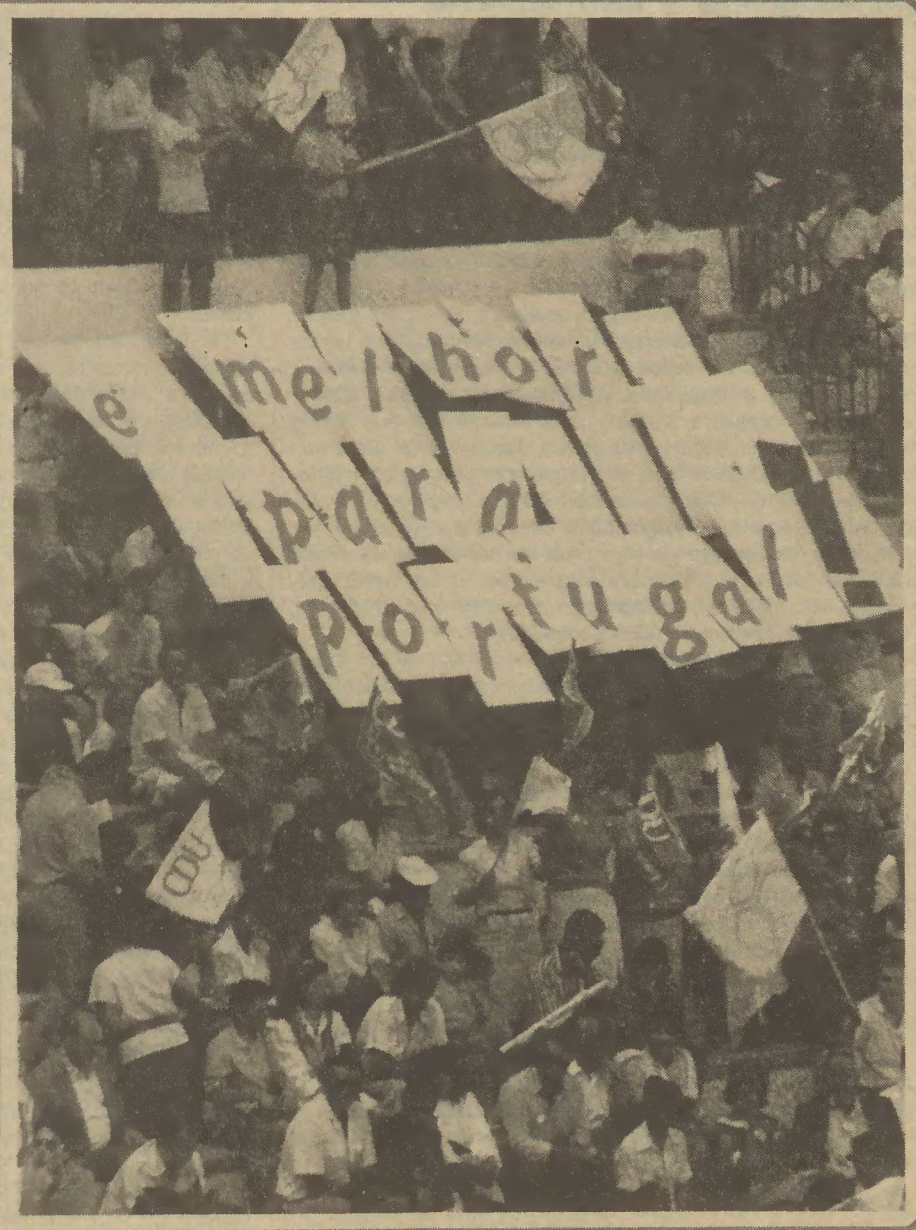
Referindo-se aos fundos comunitários que se estão a transformar «num verdadeiro saco sem fundo de corrupção, compadrio, clientelismo e negocismo», Carlos Carvalhas sublinhou que, em Portugal e na CEE, a CDU vai continuar a exigir a sua aplicação num grande projecto de desenvolvimento nacional, com transparência e democraticidade.

Mas a CDU não se limita a propostas para Portugal. A CDU, afirmou Carlos Carvalhas, é «por uma Europa inteira de progresso social, económico e cultural, por uma Europa assente na diversidade, mas com interesses comuns na paz, na cooperação, no desenvolvimento, na defesa do ambiente».

Porque a CDU coloca como primeiro ponto **a defesa e a luta por um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação,** porque a CDU é a mais sólida base para uma **verdadeira alternativa democrática** — concluiu Carlos Carvalhas — «partimos para esta campanha eleitoral com confiança de que está ao nosso alcance um bom resultado para os portugueses e para o nosso país».

Porque a **CDU é melhor para Portugal.**





O Campo Pequeno foi pequeno. Extravasou a alegria, a força e irreverência da juventude, a criatividade e a imaginação, para dar força à CDU na recta final da campanha, para reforçar a CDU no Parlamento Europeu

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Comício no Campo Pequeno abre campanha da CDU em Lisboa

Intervenção de ÁLVARO CUNHAL

A resposta da CDU

Queriam a resposta da CDU, aqui têm a resposta da CDU. Aqui estamos, com a certeza da nossa força e de um sólido e combativo apoio popular.

Aqui estamos com este grande mar humano de todas as gerações em que as mulheres com a sua participação igual e não discriminada afirmam os seus direitos e a decisão de lutar por eles, em que os mais idosos mostram o seu peso social e o valor da sua acção, em que a participação massiva da juventude dá relevante nota da identificação das jovens gerações com os ideais de liberdade e progresso social, em que alegria, luta, vontade e confiança são componentes indissociáveis da intervenção da CDU na vida nacional.

A CDU (...) constitui, no quadro político português, uma força ímpar pelos seus objectivos, pela sua acção, pela sua resposta aos problemas e por uma característica que a diferencia de todas as outras forças: estar inteiramente ao serviço do povo português e de Portugal.

O comício no Campo Pequeno

Discorrendo na previsão deste nosso comício um jornal dizia que «a CDU jogou pelo seguro, porque difícil seria ter no Campo Pequeno menos assistência do que a do comício social-democrata de 20 de Maio», fiasco do PSD, como é evidente.

Que seria difícil a Cavaco Silva e ao PSD terem menos gente do que tiveram aqui no Campo Pequeno, isso é verdade, apesar de que António Capucho vai ao ridículo de dizer que «o Campo Pequeno não estava a abarrotar» [(«O Jornal», 24.5.89)] quando falaria mais certo se dissesse que não estava totalmente vazio.

Mas, aquilo que aqui todos vemos hoje mostra bem que para fazer melhor que o PSD e Cavaco e o Governo aqui fizeram não precisaríamos que eles tivessem tido o Campo Pequeno às moscas como tiveram.

Destes factos não se podem naturalmente tirar conclusões definitivas. São apenas exemplos. Mas exemplos que constituem interessante indício de que o PSD, o Governo e Cavaco Silva estão a descer e nós, **a CDU, estamos a avançar.**

E estamos a avançar com força, com empenhamento, com objectivos claros, com consciência das nossas responsabilidades para com o povo português e para com Portugal, e com confiança em que, nas próximas eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu, a CDU alcançará resultados conformes com os interesses do povo português e de Portugal.

Impedimentos e discriminações

(...) Na campanha que segundo os prazos legais agora se inicia ganharão ainda novos ímpetos o empenhamento, a energia, a militância, a iniciativa, a vontade, a confiança em nós próprios e no nosso povo que demonstrámos ao longo da pré-campanha.

É sem dúvida necessário de todos nós um grande esforço, uma grande determinação, uma grande capacidade para enfrentar as imensas dificuldades e obstáculos para a nossa acção.

Porque lutamos em condições desiguais. Desiguais em recursos financeiros pois eles têm muito dinheiro, nós temos pouco. Desiguais em meios técnicos de propaganda: eles editam sem olhar a despesas e distribuem propaganda pagando e caro a empresas e a quem cola, afixa e distribui, e nós temos que medir segundo os meios disponíveis e actuamos apenas na base da militância. Desiguais em termos de comunicação social (...) Desigual também no que respeita à liberdade de propaganda, desigualdade que resulta do abuso de funções e desrespeito da legalidade democrática pela direita instalada no Poder, e, no caso concreto de Lisboa, pelas decisões e actuações antidemocráticas, prepotentes e de pendor totalitário, de Abecasis e seus comparsas.

(...) O que se está a passar em Lisboa é um rol de «impedimentos» e «discriminações» expressamente proibidos pela Constituição, tanto antes como depois da revisão.

«Impedimentos» e «discriminações» que atingem o PCP, que atingem a CDU.

(...) «Impedimentos» e «discriminações» que foram ao ponto de arrancar sistematicamente e cada dia faixas anunciando este comício em que nos encontramos, talvez fazendo o cálculo de que, impedindo assim o anúncio, tivéssemos o Campo Pequeno tão vazio como teve Cavaco Silva, mas que como bem hoje aqui vemos, lhes saiu um cálculo furado.

(...) É uma evidência que procuram abafar e se possível silenciar a nossa voz.

Mas, **se 50 anos de fascismo**, com a liquidação das liberdades, as perseguições, o Tarrafal, as prisões, as torturas, as condenações, os assassinatos, **não conseguiram amordaçar-nos e impedir que levássemos ao povo a voz da verdade, não é o Governo, o PSD e quaisquer outras forças reaccionárias que conseguirão fazê-lo no Portugal libertado da ditadura fascista, no Portugal democrático conquistado pela luta do povo.**

(...) Nós, a CDU, objecto de toda a espécie de impedimentos e discriminações, aqui estamos, nesta grandiosa iniciativa,

com alegria e a confiança que só podem ter aqueles que tendo confiança em si próprios e confiando no povo português têm plena confiança no futuro.

As eleições para o Parlamento Europeu

(...) Os interesses de Portugal exigem que o povo português vote no dia 18 de Junho. Não apenas que vote, mas que vote bem. **E votar bem no dia 18 de Junho é votar na CDU. Como diz a nossa propaganda, votar na CDU é melhor para Portugal.**

Mil e uma razões podem ser invocadas para demonstrar que votar bem é votar na CDU.

(...) Mas, de todas as razões devemos destacar **duas razões fundamentais** para o apelo ao voto na CDU nas eleições de 18 de Junho.

A primeira razão é porque **os candidatos da CDU são os que dão mais sólidas garantias de defenderem no Parlamento Europeu os interesses de Portugal e do povo português.**

Mais sólidas garantias porque, enquanto outros partidos e forças políticas e o Governo da direita sacrificam os interesses nacionais aos interesses do grande capital, das multinacionais e dos países mais desenvolvidos da CEE, os candidatos da CDU conhecem com rigor as numerosas consequências negativas da integração na CEE e da política do Governo para um desenvolvimento económico conforme com os interesses nacionais.

E conhecem também o que de positivo pode vir da CEE, designadamente os Fundos, se aplicados com correctos fins e não para encher ainda mais os bolsos e os cofres dos grandes capitalistas e das clientelas da direita. Porque lutam para que a coesão económica e social apregoada pela CEE seja interpretada de forma a diminuir os atrasos e desigualdades nacionais e regionais e não de forma a acentuá-los e a condenar Portugal, na divisão internacional do trabalho, a um mercado de mão-de-obra barata e a uma economia periférica submetida a interesses dos países capitalistas mais desenvolvidos.

Mais sólidas garantias porque a CDU tem um claro e minucioso programa de política e acção nacional relativo à CEE, aponta os caminhos para que a economia portuguesa possa estar em condições de aguentar o embate do Mercado Único em 1992 e defende firmemente que sejam os portugueses e não instâncias supracionais da CEE a decidir das linhas axiais do projecto de desenvolvimento para Portugal.

Mais sólidas garantias porque exigem que o Governo consulte os trabalhadores, os agricultores, os industriais, as autarquias, os partidos políticos, com vistas às negociações relativas aos preços e à mais dura concorrência que se aproxima com o Mercado Único e exigem igualmente que o Governo, em vez de capitular perante interesses estrangeiros, reclame, além de reais apoios da CEE, um regime de compensações para Portugal que assegure a sobrevivência de largos sectores da indústria, da agricultura e das pescas que estão realmente ameaçados.

Mais sólidas garantias porque está à vista o exemplo dos três actuais deputados do PCP no Parlamento Europeu — Joaquim Miranda, Barros Moura e Aboim Inglez — e da sua qualificada e empenhada actividade em defesa dos interesses de Portugal, deputados que daqui saudamos e que são novamente candidatos da CDU, juntamente com Carlos Carvalhas, cabeça de lista, que há pouco ouvimos neste comício, com Maria Santos, do Partido Ecologista «Os Verdes», que também há pouco ouvimos neste comício e cuja eleição enriqueceria sem qualquer dúvida a representação portuguesa no Parlamento Europeu e com muitos outros qualificados e destacados democratas do Partido Comunista, dos «Verdes», da ID e independentes.

A lista da CDU, tal como a CDU, é a melhor para Portugal.

Mais sólidas garantias, finalmente, porque os candidatos da CDU não procuram, sendo eleitos, quaisquer vantagens ou benefícios pessoais. Lembramos que um deputado ao Parlamento Europeu irá ganhar cerca de (...) 2400 contos mensais. Mas, falando dos deputados do PCP, quero informar, para aqueles que ainda não sabem, que pelo facto de serem eleitos não melhoram (embora também não piorem) as suas anteriores condições de vida nas suas profissões. Uma grande parte dos seus vencimentos como deputados ao Parlamento Europeu não a recebem para benefício próprio, antes a entregam ao seu Partido, de tal forma que em 1988 com três actuais deputados no Parlamento Europeu, o PCP recebeu para a sua Caixa Central, para cobrir as suas despesas de organização, de informação, de propaganda, de outros aspectos da sua acção política 43 mil contos, mais precisamente 43 602 contos 265 escudos e 50 centavos.

A CDU apresenta os seus candidatos dando a garantia e a certeza de que uma vez eleitos estarão no Parlamento Europeu inteiramente ao serviço do povo português e de Portugal.

Uma outra razão para o voto na CDU nas eleições de 18 de Junho é que através do voto na CDU os portugueses têm uma ocasião para expressar a sua firme oposição à política da direita e ao Governo Cavaco Silva e a sua determinação de lutar em defesa dos seus interesses vitais, da democracia e da independência nacional.

Pela natureza específica destas eleições, os resultados de 18 de Junho não poderão considerar-se um julgamento definitivo do Governo PSD e de Cavaco Silva. Mas **influenciarão sem dúvida o ulterior desenvolvimento da situação política nacional.**

Em quem votar, pois, com este sentido?

O voto contra a direita, contra o PSD, contra o Governo Cavaco, não pode expressar-se com coerência num voto no PS, num momento em que o PS colabora estreitamente com a direita, com o PSD, com o Governo, na revisão da Constituição e firma já acordos com o PSD para as eleições autárquicas.

Não pode tão-pouco expressar-se com eficácia no voto em vários pequenos partidos democráticos que não têm qualquer hipótese de eleger um deputado para o Parlamento Europeu.

O voto claro, inequívoco e certo da oposição à direita e ao Governo é o voto na CDU. (...)

Um Governo que não serve em contagem decrescente

Para bem do povo português, para bem do futuro democrático e independente de Portugal, **é imperioso para todos os democratas definirem como objectivo central e unificador da sua acção a derrota da direita instalada no Poder, a derrota do Governo PSD de Cavaco Silva e uma verdadeira alternativa democrática.**

Porque **o actual Governo** (...) **não serve ao nosso país.**

O Governo (...) **mostra-se completamente incapaz de resolver os problemas nacionais.** Tem mesmo pleno fundamento a afirmação de que **não só não os resolve como os agrava.**

(...) Em todas as áreas da vida nacional — a económica, a social, a política, a cultural — assiste-se a uma degradação da situação, a uma degradação dos valores, ao predomínio crescente da ilegalidade, do arbítrio, da prepotência, do afrontamento arrogante e cínico dos mais elementares princípios morais.

O Governo da direita procura encobrir e esconder a sua política e actuação antidemocráticas, o abuso que faz do poder, o pendor totalitário da sua actuação, através da invocação, como se fossem objectivos seus e superiores normas da sua conduta, de princípios e ideias que frontalmente desrespeita.

Invoca a noção do **Estado democrático.** Mas nós temos de há muito demonstrado que, com o Governo de direita, em vez de um Estado democrático, defrontamos concepções e práticas de poder político que conduzem à criação de um Estado antidemocrático, um Estado ao serviço de um partido instalado no poder e não ao serviço do bem público, do regime democrático e da independência nacional.

O Governo invoca a noção de **Estado de direito.** Mas nós de há muito temos demonstrado que, com o Governo de direita, assistimos ao desrespeito da legalidade, ao afrontamento das instituições, ao abuso do poder, ou seja, a critérios e actuações do Governo frontalmente contrários à noção mais elementar do Estado de direito.

O Governo invoca a defesa da **ordem pública.** Mas nós de há muito temos demonstrado que é o Governo de direita, são as restrições ilegítimas das liberdades e direitos dos cidadãos, são as medidas de carácter repressivo que constituem, não factores de ordem pública, mas factores de desordem.

O Governo invoca a necessidade da **estabilidade** para bem do País. Mas nós de há muito temos demonstrado que, com o Governo de direita, a estabilidade governativa tornou-se um factor não de estabilidade mas de instabilidade social e política.

O Governo invoca **princípios morais** na sua forma de governar. Mas nós de há muito temos demonstrado que, **quanto a moral na acção governativa, é difícil que o Governo cala mais baixo.**

18 JUNHO

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

(...) Camaradas, os casos individuais de fraude e de corrupção são **um produto natural de uma política que ela mesma, pela sua natureza e a sua prática, é fraudulenta e corrupta.**

A cruzada de espoliações dos capitais e das empresas do Estado para as entregar ao capital privado, de espoliação de terras e outros bens das cooperativas da reforma agrária para as entregar aos grandes agrários, de liquidação de direitos dos trabalhadores para os forçar a condições ainda mais gravosas de exploração, essa cruzada que tem sido um fio condutor determinante da política de direita, é **uma história da qual as fraudes e a corrupção são elementos constitutivos e motores.**

Nada de admirar pois que os casos de fraudes e de corrupção brotem em série no próprio Governo.

Mesmo antes de um juízo minucioso e definitivo que os inquéritos inteiramente revelarão um dia (se o Governo não conseguir abafá-los como pretende) o que já se sabe é suficiente para afirmar que do Governo e dos Ministérios saem não apenas fumos, mas grandes fumaças de corrupção.

Se houvesse o mínimo de decoro os factos não desmentidos relativos, não apenas a tal ou tal afilhado do PSD, mas a uma já numerosa série de ministros (Barreto, Cadilhe, Beleza, Amaral) seriam suficientes só por si para conduzir à demissão dos ministros.

Cavaco não entende assim. E como já temos afirmado, solidarizando-se por inteiro com os ministros sujeitos a inquérito, co-responsabiliza-se e deve ser co-responsabilizado nos actos de corrupção comprovados ou que venham a sê-lo.

São conhecidos casos em que pessoas em vias de se afogarem são salvas porque se agarram ao pescoço de uma outra que sabe nadar. Neste Governo são tantos os náufragos que Cavaco, julgando ter pescoço para tantos e querendo salvá-los todos, corre o risco de ir ao fundo com eles.

No conceito público, o Governo e o seu Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, **entraram em contagem decrescente e defrontam manifestos sinais de decomposição e de crise.**

(...)

A revisão da Constituição instrumento da direita

A revisão da Constituição, que no dia 1 deste mês foi aprovada na Assembleia da República pela aliança PSD/PS reforçada com os votos do CDS, tem de considerar-se não de uma forma intemporal, mas sim no quadro da situação concreta do nosso país.

A revisão tem de ser avaliada tendo em conta que com a revolução de Abril foram liquidados os monopólios, foram nacionalizados os sectores básicos da economia, foi avançada uma reforma agrária com a expropriação dos latifúndios, foi instituído e instaurado um progressista sistema de poder político, foram reconhecidos liberdades e direitos aos trabalhadores e ao povo em geral, — conquistas democráticas essas que foram inscritas na Constituição elaborada e aprovada pela Assembleia Constituinte em 1976 como partes integrantes do regime democrático português.

A revisão tem de ser avaliada tendo em conta que nos últimos 13 anos sucessivos governos, desrespeitando a legalidae constitucional, desenvolveram sucessivas ofensivas contra as conquistas de Abril.

Tem de ser avaliada tendo em conta que actualmente existe um Governo que intensifica essas ofensivas e que procura, através da revisão, não só uma cobertura embora tardia para as suas actuações inconstitucionais passadas e em curso, como um novo instrumento para intensificá-las e procurar justificá-las.

A Constituição não evitou o processo contra-revolucionário conduzido por governos que desrespeitaram frontalmente a lei fundamental do País. Mas constituiu sem dúvida um sério esteio à luta dos trabalhadores e das massas populares em defesa dos seus interesses vitais, das suas liberdades e direitos, das conquistas de Abril e do regime democrático.

É tendo em conta esta situação e estas circunstâncias que tem de ser avaliada a revisão.

Neste contexto qual é o sentido fundamental da revisão aprovada pelo PSD-PS e também pelo CDS?

O sentido fundamental desta revisão é a desfiguração e a mutilação de algumas das características fundamentais e distintivas do regime democrático português criado pela revolução de Abril, desfiguração e mutilações que servem os objectivos das forças da reacção e do Governo PSD Cavaco Silva que obtém com a revisão novos instrumentos e novos pretextos para prosseguir e intensificar a sua política antidemocrática.

Há quem conteste que a revisão tenha operado tal desfiguração e mutilação e o PS, para encobrir o significado da sua colaboração com o PSD, mostra-se particularmente interessado em defender essa apreciação.

(...) Um brevíssimo enunciado das alterações introduzidas pelo PSD e PS com os votos do CDS, mostra o seu alcance, significado e motivação, mostra a profundidade das «mutilações» e «desfigurações» efectuadas.

No que respeita à **organização económica**, a revisão da Constituição aprovada pelo PSD e o PS com os votos significativos do CDS elimina os princípios da apropriação colectiva dos principais meios de produção e a irreversibilidade das nacionalizações, concede ao Governo poderes para proceder a reprivatizações segundo o seu alvedrio, elimina a referência constitucional à reforma agrária e debilita as garantias de que dispunha.

O que significam estas alterações, camaradas, senão sérias mutilações da Constituição que favorecem a aceleração da reconstituição dos monopólios e dos latifúndios e do processo de restauração do capitalismo monopolista de Estado? O que significam senão uma grave desfiguração da organização económica que constava da Constituição como parte integrante do regime democrático?

No que respeita ao **sistema político**, a revisão da Constituição aprovada pelo PSD e o PS com os significativos votos do CDS, reduzindo o número de deputados e admitindo alterações na legislação eleitoral adultera o princípio da representação proporcional, reduzindo ao mesmo tempo os poderes de fiscalização da acção governativa pela Assembleia da República e mantendo disposições que tem facilitado o bloqueamento da regionalização.

(...) No que respeita à **comunicação social**, a revisão da Constituição aprovada pelo PSD e o PS com os votos significativos do CDS, abre a televisão ao capital privado sem quaisquer garantias, consolida o silenciamento de centenas de rádios locais e a facciosa atribuição das frequências, admite a eliminação total do sector público da imprensa, reduz os tempos de antena, admite o leilão das empresas públicas de comunicação social e substitui o Conselho de Comunicação Social (que deu provas de independência) por uma Alta Autoridade com uma composição que a torne um instrumento dócil do Governo.

O que significam estas alterações, camaradas, senão sérias mutilações no estatuto da comunicação social facilitando a sua ainda mais grave instrumentalização pelo grande capital e pelas forças da direita?

No que respeita à **saúde**, a revisão da Constituição atinge o princípio da gratuitidade do Serviço Nacional de Saúde e abre caminho à intensificação de uma política de saúde para quem tem dinheiro e de doença para quem o não tem.

O que significam estas alterações, camaradas, senão sérias mutilações no estatuto constitucional do direito à saúde, um dos direitos fundamentais dos cidadãos instituído no regime democrático português conquistado com a revolução de Abril?

Trata-se de alterações de extrema gravidade, que servem a direita, a reacção, o grande capital, o Governo PSD e de nenhuma forma os trabalhadores, o povo português, o regime democrático.

É certo que nem tudo foi desfigurado e mutilado pela revisão da Constituição. Graças à luta dos trabalhadores e dos democratas ante as ofensivas da direita, graças à luta corajosa travada no concreto em defesa das conquistas de Abril, graças ao movimento de opinião pública em defesa da Constituição, graças à defesa activa e vigorosa da Consituição pelo PCP e ao desmascaramento do acordo PS-PSD na sua constante acção política e na valiosa e incansável actividade dos seus deputados na Assembleia da República, grande parte da Constituição não foi alterada e foram mesmo introduzidas em algumas outras matérias modificações positivas.

Entretanto **as gravíssimas alterações referidas caracterizam a revisão como globalmente negativa e desfiguradora e atentatória de algumas características fundamentais do regime democrático português, como um novo instrumento ao serviço da política antidemocrática da direita.**

Não foi preciso esperar muito após a aprovação da lei da revisão para que os factos confirmassem de forma clamorosa a nossa apreciação acerca dos objectivos, do significado, alcance e consequências práticas desta revisão.

No mesmo momento em que dirigentes do PS e outras vozes em que semelhantes declarações são mais surpreendentes, continuam a afirmar que, depois desta revisão, a Constituição continua a ser «a Constituição de Abril» e que tudo continua como dantes, ontem mesmo, o Governo, sem mesmo esperar que terminassem as públicas justificações de voto, anunciou arrogantemente em Conferência de Imprensa de Cavaco Silva novas brutais ofensivas antidemocráticas, explicando-as ao abrigo das alterações feitas à Constituição. Anuncia que serão aceleradas as privatizações e (como há muito nós previmos) anuncia que será ulteriormente entregue aos capitalistas não apenas 49% mas a **totalidade** do capital de empresas nacionalizadas. Anuncia nova lei contra a reforma agrária de certo para cobrir com pretensa legalidade os crimes que já pratica e intenta continuar a praticar com o objectivo de liquidar essa grande conquista de Abril. Anuncia nova lei eleitoral, certamente com o propósito de manter a maioria de eleitos PSD mesmo com minoria de votos. Anuncia a abertura da televisão à iniciativa privada. Anuncia a alteração da legislação relativa à saúde de forma a reforçar o sector privado e, como é previsível, a liquidar de facto a grande conquista de Abril que foi o Serviço Nacional de Saúde.

É o próprio Primeiro-Ministro que afirma que se trata de «medidas que até agora não eram permitidas». Esta afirmação, camaradas, mostra toda a gravidade da revisão feita e **o vergonhoso serviço que o PS prestou à direita ao aprovar com o PSD e o CDS as referidas alterações.**

(...)

A política da direita no Poder e a responsabilidade do PS

É indubitável que as graves mutilações e desfigurações referidas servem a direita. (...) Mas, servindo a direita, nenhuma delas podia ter sido realizada se o PS, juntamente com a direita, juntamente com o PSD, as não tivesse subscrito, aprovado e votado.

(...) **O PS, com o PSD, com a direita tornou-se co-responsável perante o povo português por essas mutilações e desfigurações da Constituição da República e pelo prosseguimento da intensificação da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, contra as conquistas de Abril, contra o regime democrático que o Governo procurará desenvolver invocando para o efeito como já ontem invocou essas alterações do texto constitucional.**

Colaborando estreitamente e de braço dado com o PSD na revisão da Constituição, **o PS perdeu, no momento actual, toda a credibilidade como partido que se afirma ser firme oposição ao PSD e ao Governo Cavaco Silva e ser a alternativa democrática à política de direita.**

(...) Além do mais colaborando com o PSD nessas alterações no momento que precede a realização das eleições para o Parlamento Europeu, o PS dá novos elementos ao PSD para tentar travar a sua previsível queda eleitoral (...) e dá novos instrumentos, novo alento, um autêntico balão de oxigénio ao Governo PSD e a Cavaco Silva no preciso momento em que a base social e política de apoio ao Governo se reduz com evidência, em que o Governo e Cavaco Silva se estão isolando do povo e do País, em que se desenvolve contra o Governo e contra Cavaco Silva, contra a sua política, uma poderosa vaga de lutas que abrange os mais vastos sectores sociais, o que (como afirmou o CC do PCP na sua reunião de 30 de Maio) «confirma a força e as potencialidades da democracia e prenuncia a possibilidade de uma alternativa à direita».

(...) Nós, os comunistas, que consideramos o PS como um partido democrático, lamentamos ter de dizer que, **neste momento crucial da democracia portuguesa, o PS está actuando com duas caras.**

Com uma cara, na campanha eleitoral que já começou, volta-se para a esquerda para os trabalhadores, para o povo e diz que no fim de contas a Constituição revista pouco se diferencia da Constituição antes da revisão, que as diferenças são mais de palavras do que de sentido e que afinal, bem vistas as coisas, ele, PS, salvou a Constituição e o regime do plano da direita, que afinal ele, PS, combateu a direita, que ele, PS, quer uma alternativa não só democrática mas de esquerda.

Mas, ao mesmo tempo, com outra cara, o PS volta-se para a direita, entende-se com a direita, colabora com a direita, aprovou com a direita gravosas mutilações da Constituição da República, que dão à direita enfraquecida novas armas e novos alentos.

(...) Também, no que se refere às eleições autárquicas que se realizarão em fins do ano, o PS recusou as propostas do nosso partido para examinarmos em conjunto a possibilidade de afastar a direita da presidência e gestão prepotente em numerosos municípios onde comunistas e socialistas em conjunto temos sólida perspectiva de maioria de votos e volta-se igualmente para a direita e colabora com a direita, para retirar ou impedir a eficiente, honesta e competente gestão municipal da CDU.

(...) A propaganda eleitoral do PS proclama que «já não nos atiram areia para os olhos».

Boa frase, camaradas. Boa frase, porque apesar dos grandes esforços de mistificação da opinião pública, cada vez são mais numerosos os portugueses e portuguesas que afirmam que nem a direita, nem o PS, continuando a sua política de

➔

Comício no Campo Pequeno abre campanha da CDU em Lisboa

Intervenção de ÁLVARO CUNHAL

colaboração com a direita, lhes conseguem atirar areia para os olhos.

Nós, as forças da CDU, temos plena responsabilidade das nossas ideias e das nossas acções. Também as outras forças políticas devem ser chamadas pelo povo a tomar plenas responsabilidades das suas.

A luta do povo, factor decisivo

O PSD e Cavaco Silva ganharam a maioria nas eleições de 1987. Mas é absolutamente certo que, passados menos de dois anos, grande parte daqueles que neles votaram em 1987 está hoje em luta aberta contra o Governo e a sua política.

A vastíssima movimentação social que se desenvolve acusa um profundo e quase generalizado descontentamento, um progressivo isolamento social e político do Governo e o veloz descrédito de Cavaco Silva.

Não é apenas a classe operária que desde 1987 tem feito frente corajosamente ao Governo PSD e lutado pelas suas justas reivindicações e direitos, designadamente nas grandiosas lutas ao longo dos primeiros meses do ano corrente contra o pacote laboral. Têm dado exaltantes exemplos de unidade e de combatividade os agricultores, designadamente os compartes dos baldios, os empregados, os intelectuais, os professores, os médicos, os magistrados, os quadros técnicos, os polícias, os jovens, as mulheres e, embora num outro plano, os reformados e deficientes.

E a esta imensa vaga de lutas há que somar o descontentamento e preocupações com a situação e a evolução da economia nacional expressas por muito diversos sectores da indústria, da agricultura, das pescas, do comércio e dos serviços.

Com referência especial às grandes lutas actualmente em curso, daqui saudamos os **trabalhadores da função pública** (...) os **professores** e os seus grandiosos plenários, designadamente aquele que realizaram aqui no Campo Pequeno (...) os **trabalhadores da administração local,** os **trabalhadores dos impostos**, das **alfândegas**, da **Ponte 25 de Abril**, de **Apoio aos Hospitais**, os **agentes da PSP** e a sua luta pelo justo direito à organização sindical, luta que continua apesar das pressões, ameaças, processos e revoltante repressão de que foram vítimas no Terreiro do Paço, luta que, estamos certos, acabará por triunfar.

É absolutamente certo que as lutas em curso e muitas outras vão continuar. A unidade alcançada em todos os sectores sociais, a organização demonstrada pelos promotores, a combatividade e determinação que por toda a parte se verificam, a força poderosa da CGTP-IN comprovada no recente Congresso e a forte dinâmica, influência e acção de outras organizações sociais de massas, permitem estarmos certos de que **a luta não será em vão**, de que **com a luta que continua muitos dos objectivos serão alcançados.**

A este respeito, é oportuno lembrar que, como sempre, certa comunicação social deturpa aquilo que dizemos e procura fazer intriga a partir da deturpação.

(...) Para que fique completamente clara a nossa apreciação e ideia, daqui faço dois apelos aos professores e aos trabalhadores da função pública. O primeiro, o apelo para **que ninguém deixe de participar na greve dos dias 14 e 15 decidida pelas organizações sindicais.** O segundo, o apelo para **que nenhum daqueles que considere que o voto certo é na CDU deixe de ir votar no dia 18.**

(...) A luta continua, camaradas. A luta dos trabalhadores e das massas populares em defesa dos seus interesses e pela satisfação da suas reivindicações, em defesa das conquistas de Abril, contra a política e o Governo da direita, e por uma alternativa democrática.

É de estranhar e lamentar que Jorge Sampaio, repetindo as palavras de alguém do CDS, tenha afirmado ontem que a atitude assumida pelo PCP no processo de revisão da Constituição colocou o PCP «fora do quadro constitucional». Tal afirmação não tem qualquer fundamento, nem político nem jurídico. E não são insinuações perversas que nos afastarão do justo caminho.

Não cedendo a pressões, insinuações, mistificações e ameaças veladas da direita, **a nossa luta continua e irá continuar no quadro da legalidade democrática para cuja conquista demos, com o povo, determinante contribuição.**

Como sublinhou o Comité Central do PCP na sua reunião plenária do dia 30 de Maio, a direita conseguiu com a revisão acordada e votada com o PS, desfigurar traços essenciais do regime criado pela revolução da Abril. Conseguiu que fossem abertas novas possibilidades às ofensivas do Governo contra as conquistas de Abril. (...) Mas o texto da Constituição revista não exclui do quadro constitucional a luta contra um governo que quer liquidá-las e por um governo que as restabeleça e as realize.

Contra a acção do Governo da direita continuamos a luta em defesa das conquistas de Abril e por uma alternativa democrática e um governo democrático que as inscreva no seu programa. Uma democracia avançada no limiar do século XXI continua a ser a proposta e a perspectiva da luta que o PCP apresenta ao povo português.

(...) Neste grave momento da vida nacional, a CDU é esperança e certeza. **Esperança** de uma viragem democrática na política nacional. **Certeza** para o povo português de que existe uma força política democrática vigorosa, coerente, preparada, experiente, dedicada, com profundas raízes populares, empenhada na luta e firmemente decidida a lutar com inabalável confiança em que a direita acabará por ser derrotada e Abril vencerá. ■

Votar CDU é de certeza melhor para Portugal

— afirmou Maria Santos

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Também Maria Santos, do Partido Ecologista «Os Verdes», e candidata ao Parlamento Europeu na lista da CDU, interveio neste comício que assinalou a arrancada para a recta final da campanha eleitoral.

Num discurso cuja tónica dominante foram os temas ecológicos e ambientais, a quarta candidata da CDU falou do país que queremos, dos desafios que se nos colocam, da importância de cada um de nós para lhes dar resposta.

«Não aceitamos que em nome da modernização do País se hipotequem as nossas terras e as nossas gentes à Europa dos negócios».

Afirmou Maria Santos que o desafio que se nos coloca com 1992 «é o desenvolvimento do país, que promova a qualidade de vida,em harmonia com o ambiente e a nossa tradição cultutal». Um desafio que não é certamente o mesmo que se coloca ao governo do PSD, conivente com as intenções do poder político e económico da Comunidade de colonizar o nosso país plantando eucaliptos a ritmo intenso e utilizando as nossas terras para a produção de matéria-prima das indústrias de celulose.

Sublinhando a diferença entre os discursos e os actos a candidata da CDU referir-se-ia ao facto de continuar por publi-

car a regulamentação que permita executar a política de ambiente e ordenamento do território definido na Lei de Bases do Ambiente.

Os deputados que a CDU eleger vão para Estrasburgo defender os interesses das populações, demonstrados nas lutas contra a lixeira nuclear de Aldeia d'Ávila, contra o alargamento do campo de Tiro de Alcochete, contra a instalação da estação de rastreio em Almodôvar, contra os eucaliptos em Valpaços, pela defesa dos baldios.

«Votar CDU não será bom para o Governo do PSD, mas é de certeza melhor para Portugal» – concluiu Maria Santos.

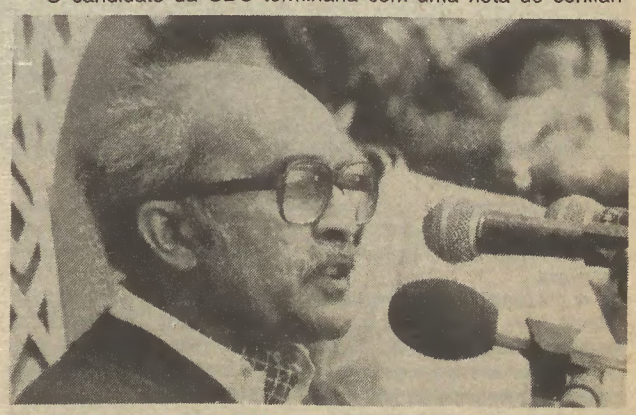
Pelo reforço da CDU no PE

Também a Intervenção Democrática, que integra a CDU ao lado do Partido Comunista Português e de «Os Verdes», teve voz no comício do Campo Pequeno.

O seu dirigente Blasco Hugo Fernandes, também candidato da CDU nestas eleições para o Parlamento Europeu denunciou o acordo PS/PSD para a revisão da Constituição, salientando que as anunciadas privatizações, agora mesmo até aos 100%, «vão levar ao totalitarismo do lucro, com o consequente agravar das tensões sociais».

Considerando que com a concretização do Mercado Único «os interesses nacionais são postos em perigo pelos interesses das multinacionais», Blasco Hugo Fernandes afirmou que «não podemos ficar indiferentes à hegemonização do País pelas potências da CEE».

O candidato da CDU terminaria com uma nota de confian-



ça – a dinâmica da nossa campanha «permite-nos divisar um reforço da CDU no Parlamento Europeu, e uma grande vitória nas eleições autárquicas» de Dezembro próximo.

Votar Jovem – Pensar Futuro

O primeiro orador da tarde foi Jorge Zacarias, candidato da juventude na lista da CDU. Despertando o entusiasmo dos muitos jovens presentes no Campo Pequeno, Jorge Zacarias salientou a alegria, irreverência e força que caracteriza a participação juvenil na campanha da CDU.

Campanha de que tem andado «distraída» a RTP, silenciando as propostas da CDU para uma política de juventude, que defenda verdadeiramente os jovens face ao Mercado Único.

Tal não tem sido a política do PSD. Nem tão pouco a do PS, que não apresenta alternativas para a situação com que se defrontam os jovens portugueses, em que «as potencialidades abertas ameaçam tornar-se buracos negros».

Votar Jovem – Pensar Futuro, votar CDU é a garantia de contribuir para a eleição de deputados que no PE vão defender emprego certo e estável para os jovens, o desenvolvimen-

to do sistema de ensino com recurso a fundos comunitários, a adopção de um plano de formação profissional coerente, a informação séria e útil sobre o acesso aos fundos e programas da Comunidade.

São onze os pontos de honra do compromisso da Juventude CDU, que nesta campanha «vai mostrar como o Governo do PSD é velho nas ideias e nas acções, e se vai empenhar em levar ao PE uma voz ecologista» – concluiu Jorge Zacarias. ■

18 JUNHO

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

O Jardim da Sereia foi o local escolhido pela CDU para abrir em festa a campanha eleitoral no distrito de Coimbra

Coimbra abriu em festa

Em Coimbra a campanha eleitoral da Coligação Democrática Unitária abriu com um prólogo cheio de alegria e entusiasmo, na noite da passada sexta-feira. No Jardim da Sereia realizou-se um comício-festa em que intervieram Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Fernanda Lapa, do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes», e Santos Cardoso, candidato da CDU ao Parlamento Europeu.
A animação musical esteve a cargo da Associação Cultural e Recreativa do Grupo Folclórico de São João do Campo.

O ambiente de festa popular que acompanhou toda a actuação do rancho, e para o qual muito contribuíram os jovens ali presentes, prolongou-se no entusiasmo que sublinhou várias passagens das intervenções políticas.

Caldo verde é importante

Maria Fernanda Lapa lembrou o papel dos *verdes*, integrados na CDU:
«Consideramos fundamental a presença de um deputado *verde* português no Parlamento Europeu. É importante haver uma voz nossa que defenda e represente de uma forma coerente todos os interesses que se prendem directamente com as questões nas quais temos maior empenhamento: ambiente, cultura, qualidade de vida, direito à diferença.»

Depois de abordar algumas das mais importantes questões ambientais de nível nacional, Fernanda Lapa falou dos problemas do distrito de Coimbra nesta área.

Referiu «a presença de duas celuloses na Praia da Leirosa, perto da Figueira da Foz, onde eu estive no domingo», e onde as pessoas sentem no seu quotidiano «as consequências da falta de um tratamento eficaz dos resíduos e dos fumos». Falou da extracção de areias «um tanto desregrada», do perigo dos incêndios florestais, da «morte do Choupal».

Recordou que «podemos encarar as ajudas que poderiam ser prestadas à recuperação e revitalização do centro histórico da cidade, enquanto é tempo».
Os *verdes*, disse Fernanda Lapa, não consideram o distrito nem o país como um caso perdido em termos ambientais.

«Mas o ambiente por si só não é o garante da felicidade do indivíduo e do colectivo» — sublinhou aquela dirigente ecologista. — «A qualidade de vida prende-se também com a nossa forma pessoal de estar no mundo e com o direito a tê-la, com o direito de acesso à cultura e à plena afirmação das nossas tradições próprias.»

E recordou, a propósito, que «como dizia outro dia um amigo meu, as couves de Bruxelas são muito boas, mas não servem para fazer caldo verde. E é sem dúvida importante, o caldo verde».

As autárquicas

«Temos adiante, já em Dezembro, outras eleições, as autárquicas. E creio que para essas já as coisas andam mais depressa. E andam mais depressa porque as pessoas têm contacto directo com as autarquias, e vêem aí qual é o trabalho dos homens, mulheres e jovens da CDU. E vêem aí que, salvo um ou outro caso de deficiências, é gente que trabalha, gente honesta, gente competente, gente que está ali para servir, e que resolve os problemas como não se resolvem noutras autarquias. E é por isso que em numerosas câmaras municipais nós, primeiro a FEPU, a APU, a CDU, começou por ter percentagens de trinta por cento, depois de quarenta por cento, e depois de cinquenta por cento, e juntaram-se todos para nos combater, e nós acabámos por confirmar maiorias, e a presidência, e a gestão, porque o povo confiou em nós, confiou naqueles que estão na CDU.»

(Da intervenção de Álvaro Cunhal na festa-comício da CDU em Coimbra)

Integração e direitos dos trabalhadores

Santos Cardoso, administrador hospitalar e vereador da Câmara Municipal de Coimbra, começou a sua intervenção com uma caracterização da situação no distrito após estes três anos do período transitório de Portugal na CEE:
«Importantes empresas industriais encerraram ou passaram para as mãos do capital estrangeiro; aumentou a insegurança no emprego; o desemprego cresce e os jovens continuam com grandes dificuldades de saídas profissionais» — constatou Santos Cardoso.
Quanto aos agricultores, «sofrem maiores restrições no acesso a apoios para a produção de leite e carne, projectam-se arranques de vinhas e olivais, há matadouros encerrados, a floresta tradicional está ameaçada, faltam agro-indústrias».
A cerâmica, a indústria têxtil, a construção e a reparação naval, o fabrico do vinho, a transformação do leite, as pescas e a piscicultura, são «sectores produtivos de grande importância regional» que continuam sem receber os incentivos necessários.
O porto de mar da Figueira da Foz — lembrou o candidato da CDU — «continua no impasse; a frota pesqueira não se moderniza, e cerca de 40 por cento da frota de arrasto foi vendida a estrangeiros».

Agravam-se os problemas ambientais, degradam-se as estradas de ligação entre concelhos, a construção do nó do norte de Coimbra e de acessos definitivos à ponte-açude ainda não começou.
Os problemas da educação e da saúde e a agudização dos conflitos sociais no distrito traçam um quadro que, como reconheceu Santos Cardoso, «não será muito diferente do resto do país».
Parte importante ocuparam na intervenção do candidato coimbrão os problemas que se colocam aos trabalhadores portugueses na luta por melhores condições de vida e de trabalho e em defesa dos seus direitos e garantias, luta que, como sublinhou, «tem também de ser travada no Parlamento Europeu».
Santos Cardoso afirmou que «a luta dos trabalhadores portugueses terá de exigir a criação na Europa de um sistema de relações profissionais que contribua para a defesa dos seus direitos, que possibilite a sua livre circulação como direito, e não como mera aceitação de movimento de repulsa ou atracção concorrencial com diferenças de preços da "mercadoria" força de trabalho e de desiguais condições de higiene e de segurança social».
Para a CDU, disse Santos Cardoso, «impõe-se defender no quadro do Parlamento Europeu um conjunto de disposições mínimas para um sistema de relações profissionais», incluindo:
— «o direito de todo o trabalhador, seja qual for a natureza do seu estatuto, a estar coberto por uma convenção colectiva e um acordo profissional»;
— «a definição prévia de contratos-tipo»;
— «a possibilidade para todo o trabalhador português de beneficiar em qualquer país da Comunidade de um sistema de segurança social e de estar coberto por um seguro».

As eleições e a greve da função pública

Álvaro Cunhal fez uma breve intervenção, de improviso, sobre a situação política nacional, as propostas da CDU e as razões para votar na coligação formada pelo PCP, «Os Verdes», a Intervenção Democrática e independentes.
A generalidade da comunicação social de expansão nacional ignorou a «Noite CDU» em que o secretário-geral do PCP participou. O «Diário Popular», contudo, concluía, não se sabe bem como, na sua primeira página de sábado, que «Cunhal alerta professores e função pública — Greve de 14 e 15 prejudica eleições».

No comício de domingo em Lisboa, Álvaro Cunhal abordou mais detalhadamente as questões que referiu em Coimbra e corrigiu a deturpação. Remetendo o leitor para uma leitura atenta da intervenção do secretário-geral do PCP no Campo Pequeno (que publicamos nesta edição), deixamos aqui o extracto onde aquele problema foi abordado.

Disse Álvaro Cunhal em Coimbra, ao referir que «através do voto para o Parlamento Europeu os portugueses têm uma oportunidade para expressarem a sua apreciação sobre a situação política nacional» e que «da nossa parte pensamos que o dia 18 de Junho é uma boa oportunidade para expressar a oposição, a firme oposição, à política da direita, é uma oportunidade de expressar a oposição, a resistência e a vontade de alternativa à política de direita do Governo Cavaco Silva»:

«O voto do dia 18 de Junho pode ser, se nós conseguirmos efectivamente explicar, convencer o povo português, convencer grande parte do eleitorado de que esse voto tem um significado, vai ser interpretado, vai ter influência na evolução da situação política nacional, estamos certos de que muitos responderão através do seu voto a este apelo para que manifestem a sua oposição ao Governo Cavaco Silva.
«E é por isso que dizemos que, no dia 18 de Junho, aqueles que quiserem manifestar essa oposição, essa resistência e a vontade de uma alternativa, votem na CDU.
«Sabemos que isto pode ser difícil, até por razão de grandes lutas que estão em curso. Eu lembro, por exemplo, que no dia 14 e 15 de Junho estão previstas grandes lutas. E nós daqui saudamos os professores, os trabalhadores da função pública, por essa magnífica luta que está em desenvolvimento.
«Mas creio que em termos de eleições é justo lembrar que estes dias 14 e 15 antecedem pouco o dia das eleições, mete-se uma sexta-feira, mete-se um sábado, são dias tentadores para as pessoas fazerem uma semana de repouso, um fim-de-semana mais longo, isto pode — como já tem sucedido noutros anos e noutras eleições — afastar muita gente de no domingo das eleições aparecerem e votarem.
«Eu permito-me fazer aqui um apelo a todos os que nesses dias, por razões familiares aliás muito legítimas, estejam um pouco afastados do meio onde devem votar, que façam um esforço e não faltem no dia 18 com o seu voto na CDU.»

Antes do comício-festa em Coimbra, Álvaro Cunhal participou num jantar com apoiantes e activistas da CDU em Condeixa-a-Nova

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

■ *Henrique Custódio*

Encontro CDU no Porto
Cultura e Identidade Nacional no Quadro da Integração Europeia
A batalha da produção

Da «nostalgia do pirolito» ao esbanjar dos «fundos de fora», do «desafio de Prometeu» que foram os Descobrimentos portugueses ao «plasticicismo» que caracteriza a nossa permanente mimetização com os interesses alheios — do «fait divers», culto e bem disposto, ao argumento circunstanciado e esclarecedor — assim se construiu, na tarde do passado sábado e nos aprazíveis jardins da Faculdade de Arquitectura do Porto, à beira-Douro, o encontro da CDU sobre **«Cultura e Identidade Nacional no Quadro da Integração Europeia»**. Foram oradores o escritor **José Saramago**, o historiador **Borges Coelho** (ambos integrando as listas da CDU ao PE), os professores **Armando de Castro** e **Óscar Lopes** e o economista **Viriato Pina Moura** (também candidato da CDU ao PE), que moderou a sessão. A assistência, notoriamente hegemonizada por intelectuais e atenta às quase três horas de debate, enriqueceu significativamente a sessão com diversas intervenções.

No final foi servido um jantar volante que prolongou a discussão em amena cavaqueira e acentuou o carácter informal da iniciativa que, sublinhe-se já, produziu uma interessantíssima reflexão sobre as implicações da integração na CEE na cultura e identidade nacionais, como de resto era de esperar, dada a qualidade dos seus dinamizadores. Talvez fosse por isso que a televisão, mais uma vez, não pôs os pés nesta iniciativa da CDU: como se sabe, a cultura e a identidade nacionais não entram nas preocupações informativas e formativas da RTP.

A não ser que se brinque com o hino ou a rainha santa — aí a televisão estatal é tão séria que vai ao ponto de assumir frontalmente o que todos os dias procura dissimular: a sua missão censória ao serviço do Poder.

Borges Coelho: Não aos neocolonialismos

O historiador **António Borges Coelho** abriu as intervenções iniciais com uma breve reflexão sobre a capacidade dos portugueses em se espalharem pelo mundo, «transportando a Europa para todos os continentes mas negando-a», dado o carácter peculiar da sua expansão que, ao invés de impor a sua cultura, mostrou uma extraordinária aptidão para assimilar novas culturas. «Portugal não pode esquecer — sublinhou — esta qualidade dos últimos 500 anos de derramar-se um pouco por todos os continentes», o que constitui a característica fundamental do nosso passado.

Desenvolvendo o seu raciocínio em direcção «à grande unidade económica que a Europa está a construir» e advertindo que «devemos bater-nos para que a Europa não volte a ser uma potência neocolonizadora e exploradora de outros povos», o orador recordou que «o mundo é cada vez mais a casa de todos nós» (bem ilustrado, por exemplo, pela rapidez com que se transmite a informação). Citando uma frase de Garcia da Orta — «a Europa é um silo do nosso conhecimento» — Borges Coelho acentuou a ideia de que não se deve, à sombra da integração económica da CEE, abrir caminho a neocolonialismos encapotados, exemplificando com a Língua Portuguesa, um «silo» que «já nem é só nosso, pois partilhamos a nossa língua com outros povos», pelo que urge uma revolução na Educação e a defesa do Português. Só que, entretanto, temos um Governo que trata os professores como cidadãos de 2.ª...

José Saramago: A língua, instrumento de batalha

«Não sendo um profissional do pessimismo, também o não sou do optimismo», começou **José Saramago** na primeira «ronda» de intervenções e na sequência das palavras iniciais de Borges Coelho, avançando para o que definiu como «uma ideia talvez pessoal demais» da construção da Europa (e que lhe desperta a sua afirmada tendência para o cepticismo): tal construção «será um processo nas costas do trabalhador», gizada através de um plano onde «os Doze não são mais que um conselho de administração com os grandes e os pequenos accionistas», com a inevitável dificuldade destes últimos em fazer valer os seus interesses e pontos de vista. «Numa Europa economicamente integrada, qual é o futuro da democracia política?», perguntou, acrescentando:

«Será possível, numa Europa economicamente integrada segundo as regras capitalistas, que, por exemplo, se levante um país a escolher o sistema socialista? Bruxelas aceitará?»

Apontando a tendência para «o senhor do mundo ser a informação» e declarando que «informação não é conhecimento», atulhada que está de inutilidades, e manipulações, José Saramago advertiu depois para «o perigo de nos transformarmos em consumidores da informação e da cultura dos outros», especificando: «Se a CEE, que destina praticamente nada do seu orçamento para a Cultura, resolver um dia investir nela, temo que se confunda cultura com indústria da cultura», o que fará Portugal, na sua qualidade de «accionista pobre», alvo de bombardeamentos maciços da cultura dos outros.

Esclareceu entretanto que «não há aqui qualquer desejo de isolacionismo — Portugal sempre foi um lugar de troca e de cultura e chegámos a ir a muitos milhares de quilómetros para o fazer». Neste quadro «as grandes guerras na CEE vão ser linguísticas e culturais», onde a língua se jogará «como grande instrumento de batalha», contando, a propósito, um episódio por si vivido recentemente na universidade parisiense da Sorbonne, quando ali se deslocaram 20 escritores portugueses que impressionaram os seus anfitriões com a facilidade com que se exprimiram, todos, na língua de Molière, o que levou um francês a comentar para José Saramago: «a cultura europeia estará realmente bem quando os franceses, ao irem a Lisboa, falarem também Português».

Óscar Lopes: Do Atlântico aos Urais

Ainda se estava no período das intervenções introdutórias do encontro e chegou a vez do professor **Óscar Lopes**, «encarregado», na combinação improvisada pouco antes entre os oradores, de abordar questões sobre a Língua Portuguesa. «Não a divinizo», esclareceu logo, «mas tenho bem em conta que é o meio por que se exprime uma cultura».

Recordou que hoje há muito mais estrangeiros a falar o Português — consequência directa do 25 de Abril, que o prestigiou extraordinariamente —, recordando que a nossa língua possibilitou a construção de Estados, com respeito pelas línguas nacionais.

A este propósito, Óscar Lopes comparou o referido papel da nossa língua como elemento de unificação nacional nos jovens países africanos de expressão portuguesa, com o que aconteceu, por exemplo, em França, «que se construiu esmagando quatro ou cinco línguas de cultura», em Espanha ou com muitos outros países. Entretanto «em 14 anos os angolanos e moçambicanos fizeram mais pela Língua Portuguesa que 500 anos de colonização e pré-colonização», acentuou, citando o facto de 60% dos angolanos falarem hoje Português, contra os 20% da época colonial. Foi ainda graças a eles que o Português se tornou língua oficial na OUA e na ONU, frisou.

Quanto à Europa, que enche agora a boca de tanta gente, o orador afirmou não ter nada contra ela, só que não a identifica na estreiteza dos cantores da CEE. «A Europa que conheço é a que de Gaulle chamava das pátrias e

Gorbatchov chama das nacionalidades, estendidas do Atlântico aos Urais. A Europa que conheço é a que Camões já descrevia nos Lusíadas, antes da partida do Gama, cuja viagem é vista como o desafio de Prometeu aos deuses ou o do pecado original — o desafio do Homem à proibição de Deus em provar o fruto do conhecimento».

Entretanto o ensino do Português está em crise, «sendo urgente reformular a sua metodologia». E recordou: «Há uma determinação da CEE que obriga ao ensino de duas línguas estrangeiras. Temos de lutar para que isso se cumpra». O Parlamento Europeu «é uma barricada como muitas outras. Temos que ocupar os espaços que pudermos e lutar com as armas que tivermos na mão», enfatizou, para acrescentar: «E quem irá defender os interesses portugueses no Parlamento Europeu? Serão aqueles que se precipitaram para a CEE só para impedir a revolução socialista no nosso país e desprezando interesses nacionais fundamentais, ou serão os que lutam, como sempre lutaram, com consciência assumida dos riscos e inabalável firmeza na defesa dos interesses nacionais?»

A mesa do encontro (da esquerda para a direita): **Armando de Castro, José Saramago, Viriato Pina Moura, Borges Coelho e Óscar Lopes**

Pormenor da assistência

Apesar das suas três horas de duração, o tempo passou «a correr»

No final foi servido um jantar volante que prolongou a discussão em amena cavaqueira

Diversas intervenções vindas do público animaram significativamente o encontro

Armando Castro: A quarta parte da investigação

Encerrando as intervenções iniciais, o professor **Armando Castro** abordou o problema da investigação científica e tecnológica no quadro da integração, que tem como pressuposto a crescente interdependência que se verifica a nível planetário nesta matéria, com «a ciência e a tecnologia a penetrarem cada vez mais poderosamente nos campos filosóficos, culturais e humanísticos».

No nosso país continua a verificar-se a gritante «falta de um programa global de uma política científica e tecnológica», sem o qual «nem se aproveitam as contribuições externas nem se rentabilizam as nossas potencialidades». Recordou a propósito que um relatório da OCDE em 1986 já chamava a atenção «para a falta de esforço das próprias autoridades portuguesas na dinamização da investigação científica e tecnológica».

Mesmo tendo em conta o reforço das dotações registadas, «continuamos a aplicar neste campo, em média, 1/4 do que fazem os países da CEE», enquanto «a nível universitário não é cometida nenhuma actividade fundada em qualquer verba mínima adequada».

A grande via para ultrapassar esta grave situação «está num esforço atinente a defender os interesses próprios», frisou, «sendo os deputados da CDU fundamentais na defesa desses interesses».

Recordou ainda o papel central e hegemonizador das multinacionais neste campo, «com investimentos na investigação talvez superiores às dispendidas pelo Estado português». Com tantas e tais debilidades, é fácil prever o nosso papel dentro da CEE no quadro da investigação científica e tecnológica...

Uma táctica melhor!

Terminado o «ciclo» das primeiras intervenções, o público começou a chegar-se ao microfone posto à sua disposição, animando significativamente o encontro. O primeiro interpelante, digamos assim dada sua abordagem directa às exposições feitas até aí, contrapôs, ao que lhe pareceu uma excessiva apreensão face à influência estrangeira, a opinião de que «não temos nada a temer do contacto com outras culturas — isso é uma característica nossa», o problema está na má informação doméstica.

Além disso «a nossa indústria cultural é das menos castradoras da Europa».

Ao responder, Óscar Lopes começou por recordar «que estamos ainda perto duma Revolução que ficou incompleta, mas fez estremecer a Europa capitalista — daí a pressa em integrarem-nos na CEE».

Quanto ao temor da nossa descaracterização pelo contacto com outras culturas, não tem de facto razão de ser. Vários exemplos saídos da nossa experiência recente atestam a boa saúde da nossa identidade cultural e que não estamos tão descaracterizados como isso: possuímos a mais elevada taxa de sindicalização da CEE, temos uma noção muito clara de que o colonialismo não resolve os problemas, etc. E citou Fernando Pessoa: «Estar em situação inferior é estar em situação diferente, estar em situação diferente é ter a possibilidade de estar em situação melhor».

Além disso «os marxistas acreditam hoje mais no Mercado Comum que os próprios capitalistas, no quadro da livre concorrência; hoje temos tecnologia e possibilidades de alcançar o nível dos povos mais adiantados — só que há quem não pretenda desenvolver certos países a médio prazo, para garantir interesses já instalados».

Além disso «também temos agora uma táctica melhor — o socialismo — sendo o capitalismo que está em crise, ao contrário do que nos pretendem agora impingir». E frisou: «Queremos ter acessos e possibilidades de concorrer! Não temos medo!».

O «plasticicismo» do país dos «fundos»

O segundo interpelante (Lino Lima) levantou-se também para discordar. «Então por que é que somos o país mais atrasado da Europa?», perguntou, definindo de seguida: «Desde os fins da Idade Média que somos um país a viver dos "fundos que vêm de fora": primeiro foram os "fundos da pimenta", depois os "fundos" do ouro do Brasil, mais tarde os "fundos" dos emigrantes e agora são "os fundos da CEE". O meu medo é que estes "fundos" levem o mesmo caminho de todos os outros... Daí que a questão seja muito outra: é que se não fizermos um esforço para ter outras classes dirigentes, continuaremos a ver "os fundos" a escoar-se sem, entretanto, apetrechar o País para o desenvolvimento», sublinhou.

Logo de seguida Isabel Pires de Lima perguntou a José Saramago «como poderão os deputados comunistas defender os interesses portugueses no Parlamento Europeu», parecendo-lhe que o caminho será a «defender as especificidades das culturas regionais», com tratamento por igual e direito à diferença, ao que o interpelado respondeu ser o PE «quase nada, uma coisa de fachada que custa fortunas vertiginosas e se limita a apresentar reivindicações». O importante, considerou Saramago, é a resolução dos nossos problemas internos, sem chauvinismos mas com a afirmação deste povo. O centro disto não está no PE, mas na AR. Por outro lado há que considerar o nosso «plasticicismo», essa tendência que temos «em nos identificarmos com os interesses dos outros». E «não há uma cultura europeia, mas uma diversidade de culturas europeias e aí é que está a sua riqueza», realçou, lamentando de seguida o que chamou «a desistência cívica do intelectual português» que tem hoje «uma visão meramente utilitária do seu povo».

Enquanto Óscar Lopes esclarecia, numa «aberta» da conversa, que o seu optimismo era metodológico, Saramago ainda respondeu a Luís de Almeida (que perguntara quem é o actual Miguel de Vasconcelos), que «eles agora são uma legião».

Da diabetes ao pirolito

Aproximaram-se as 20 horas, sem que tivesse sido notória a passagem do tempo — e o encontro já ia com quase três horas de duração! Mas houve ainda tempo para ouvir Nelson Amador, um médico que, a propósito da diabetes e da investigação do problema, ilustrou perfeitamente as suas apreensões com a integração na CEE.

«Em 1984», contou ele, «surgiu a Sociedade Mediterrânica para o Estudo da Diabetes, dado que o modelo epidemológico, terapéutica, etc., não se ajustavam à maioria da Europa». A criação da Sociedade (que vai de Marrocos a Portugal, passando pelos países mediterrânicos) tornou-se uma urgência porque muitas questões a propor sobre o assunto, respeitantes a estes países, «não eram ouvidas porque não havia espaço para os pobres do Mediterrâneo». Eis um exemplo flagrante «do drama da aculturação imposta pelos grandes», assinalou. «O que me aflige», prosseguiu, «é ser impedido de pensar em português e sobre os meus problemas». E testemunhou ainda, como médico, que estamos a comprar coisas de que não precisamos, com grandes maquinarias e florestas de exames que só interessam aos grandes industriais que fazem da Saúde um comércio. «É assim como a tristeza de perder o pirolito em favor da Seven-Up», ironizou.

Foi com um apelo à votação nas próximas eleições que terminou a sessão, prosseguindo o convívio nos jardins, à volta das mesas dum excelente jantar volante. Ficando-se com a ideia clara de que a cultura e a identidade nacionais se defendem com luta (como todas as coisas), numa batalha onde há a conseguir muita produtividade... ■

Festa da CDU no Passeio Alegre

Domingo à tarde foi de Festa, Festa da CDU/Mulheres, no Porto. Vários milhares de pessoas estiveram no Jardim do Passeio Alegre, na Foz do Douro, ouviram boa música portuguesa, pela voz de Carlos do Carmo, dançaram com o Rancho Típico de S. Mamede de Infesta, viveram momentos de franco convívio em que não faltou a sardinha assada e o caldo verde.

O objectivo, e porque era uma iniciativa de mulheres e especialmente a elas dedicada, era alertar este importante sector do eleitorado para a importância do voto na CDU, para a defesa dos seus direitos também no Parlamento Europeu.

Amália Andrade, da CDU/Mulheres do Porto e moradora na freguesia da Foz do Douro, de forma muito viva falou dos principais problemas sentidos pelas mulheres e das razões por que devem confiar na CDU. Oliveira Dias, do Comité Central do PCP e candidato da CDU à Presidência da Câmara do Porto, falou da cidade e lembrou a proposta apresentada no PE de recuperação do seu Centro Histórico. Viriato Pina Moura, do Comité Central do PCP e candidato da CDU ao Parlamento Europeu, equacionou os principais problemas da região, a acção que a CDU, através dos seus deputados, tem tido e continuará a ter no PE em defesa dos interesses nacionais.

Foi o convívio, mas também as ideias e as propostas da CDU para o Parlamento Europeu, nomeadamente para a região do Porto, que estiveram em destaque nesta importante iniciativa pública da CDU, no arranque da campanha eleitoral no distrito. ■

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Carvalhas e Miranda em Santarém:

Levar a realidade ribatejana ao parlamento de Estrasburgo

Apreensão quanto ao futuro da região que o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), apresentado à CEE pelo Governo português, designa por «Vale do Tejo» (mas que todos conhecem por Ribatejo), foi o sentimento dominante nos agricultores e empresários que no sábado passado conversaram na Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, com os candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas e Joaquim Miranda.

«Eu sou membro do partido do Governo, mas vi o senhor na televisão e resolvi votar na CDU, porque vocês são os únicos que querem defender na CEE os interesses dos portugueses!» Assim se dirigiu a Carlos Carvalhas um empresário presente na, também chamada, Feira do Ribatejo, interrompendo por sua iniciativa a visita que na altura os candidatos da CDU realizavam ao *stand* da Confederação Nacional da Agricultura.

«Vocês têm uma palavra a dizer sobre tudo isto...», foi outra observação feita por outro agricultor, a manifestar-se preocupado com as consequências para a região de Santarém da entrada em vigor do Mercado Único, em 1992, e a falta de preparação da agricultura portuguesa para esse embate.

Preocupações de resto partilhadas por alguns responsáveis pela organização da Feira, cuja direcção manteve uma entrevista em particular com a delegação da CDU, que para além dos dois candidatos era constituída pelo deputado do PCP, Álvaro Brasileiro, e pelo membro da Comissão Política local da CDU, Raimundo Cabral.

Carvalhas e Miranda apresentaram algumas das ideias da Coligação em matéria de política agrícola, no contexto da adesão à CEE.

Concretizar um projecto de um Parque de Exposições na Quinta das Cegonhas, albergando a Feira e permitindo o seu alargamento e expansão; esta uma das ideias expostas à CDU pelo eng. José Joaquim Monteiro de Andrade, presidente do Conselho de Administração do CNEMA — Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas — entidade recentemente criada precisamente com esse propósito: garantir o futuro da Feira Nacional de Agricultura, criando em torno desta um leque mais variado de actividades e serviços.

Os partidos lá e cá

Para que o Parque de Exposições seja concretizado, será necessário um investimento muito vultuoso, o que, na opinião do CNEMA, poderá justificar ajudas comunitárias, dado o interesse que ele teria para a região de Santarém e de todo o Ribatejo.

Esta ideia foi também defendida pelo presidente da Assembleia Municipal de Santarém, já então na Casa do Campino, num encontro que os candidatos da CDU mantiveram com a imprensa.

Carlos Carvalhas aproveitou a presença de alguns órgãos de comunicação regionais para anunciar o agendamento de uma nova reunião com autarcas e o CNEMA para aprofundamento desta e outras questões, que interessam de modo particular aos ribatejanos, por forma a possibilitar aos futuros eurodeputados da CDU um maior conhecimento dos problemas e a forma mais correcta de os colocar no Parlamento Europeu.

«Os partidos em Estrasburgo não são diferentes, não têm uma actuação diferente da que têm em Portugal. A CDU sempre defendeu os interesses da agricultura portuguesa, sempre ouviu as pessoas directamente envolvidas nos problemas!»

Lembrando que Portugal entrará de imediato numa nova fase da adesão à CEE, com a liberalização da circulação de alguns bens e a retirada de algumas barreiras alfandegárias, o cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu denunciou o facto de o Governo não ter tido até agora o cuidado de aplicar medidas que potenciassem os trunfos da economia portuguesa, nomeadamente no sector agrícola e agro-alimentar, colocando cada vez maiores problemas aos empresários, com restrições ao crédito, não os ouvindo em questões de âmbito nacional como a elaboração do PDR.

Uma visita aos stands da Feira do Ribatejo constitulu parte do dia de sábado de Carlos Carvalhas e Joaquim Miranda

«É preciso prepararmo-nos para o embate de 93. É preciso lutar para que a especificidade da agricultura portuguesa seja encarada de forma real e não teórica pelos organismos da CEE, quer em relação à atribuição de fundos, quer em relação à definição da Política Agrícola Comum, que neste momento favorece os agricultores ricos do norte da Europa em detrimento de regiões desfavorecidas como a portuguesa».

Desenvolvimento integrado

Questionado sobre a posição da CDU no que se refere à defesa da construção de um grande eixo rodoviário para a região do Vale do Tejo, enquadrado num programa comunitário, Carlos Carvalhas afirmou que a CDU «não tem qualquer dificuldade em juntar a sua voz aos que defendem os interesses nacionais», podendo assim os eurodeputados da Coligação virem a juntar-se a outros na defesa da construção dessa via.

«Que fique no entanto ressalvado que nós entendemos o desenvolvimento de uma forma integrada. Não é com a construção de uma grande estrada, de eixos que não fixam as populações, que o desenvolvimento regional é possível. O que a CDU defende é a construção de redes, rodoviárias, ferroviárias, que permitem quer os escoamentos de produtos, quer a concretização de outras infra-estruturas que permitam às pessoas viverem e trabalharem nas suas terras.»

Depois deste encontro com a imprensa, a delegação da CDU iniciou a visita aos *stands* da Feira, altura para trocas de impressões sobre problemas concretos dos agricultores e trabalhadores rurais ribatejanos e esclarecimentos sobre a acção da CDU com Estrasburgo.

Mais tempo e mais meios

Um dos problemas mais referidos foi o facto de o Governo não ter tomado as medidas necessárias à viabilização de uma fábrica no Ribatejo para transformação de beterraba sacarina, de forma a que Portugal pudesse aproveitar a quota de produção de açúcar, que é de 60 mil toneladas por ano, conforme foi determinado pela CEE.

Depois da visita à Feira, os candidatos da CDU foram entrevistados pela RDP, Rádio Ribatejo, referindo-se ao facto de o Governo PSD ter perdido um tempo precioso durante o período de transição, a impedir uma verdadeira modernização da nossa economia.

A este propósito Joaquim Miranda referiu-se à necessidade de «Portugal conseguir mais tempo e mais meios para enfrentar o Mercado Único».

«Temos direito a uma agricultura desenvolvida no nosso país. Temos o direito a ser levada em atenção a nossa realidade concreta, que sejam defendidos os interesses nacionais, que se consigam diminuir as desvantagens e os malefícios da adesão, que se consigam obter as eventuais vantagens que esta adesão possua.»

Joaquim Miranda lembrou a sua própria experiência enquanto deputado europeu, sublinhando que durante os últimos três anos e meio foi generalizado o reconhecimento da actuação dos deputados da CDU, «os deputados mais activos no Parlamento Europeu».

«O que vai ser de nós?»

Depois da visita à Feira do Ribatejo, os dois candidatos da CDU separaram-se para participar em duas iniciativas diferentes.

Joaquim Miranda deslocou-se a Cortiçóis para jantar com produtores de tomate da região, enquanto Carlos Carvalhas participou num debate realizado em Benavente, onde perguntas feitas por pequenos e médios agricultores colocavam problemas como «o que vai ser de nós depois de 92, depois dos estrangeiros comprarem todas as terras boas que tivermos?», ou ainda, «se não tivermos quem defenda os nossos interesses na CEE, a CEE vai defender os nossos interesses!?»

Centena e meia de ribatejanos mostravam assim as suas dúvidas e preocupações.

Carlos Carvalhas alertou para o facto de se terem iniciado novas negociações sobre a adaptação às regras comunitárias de cerca de 85 por cento da produção agrícola nacional, regras a vigorarem a partir de 1991, defendendo que as associações da lavoura, os trabalhadores e os empresários agrícolas deverem participar nessas negociações.

«O Governo não pode negociar nas costas dos agricultores». Pelo lado da CDU, Carlos Carvalhas disse que a Coligação «pode apresentar-se a estas eleições para o Parlamento Europeu com confiança, com a cara lavada de quem representa a força mais fiel às conquistas do 25 de Abril, a força que é também a que está presente na construção da modernidade, de um verdadeiro desenvolvimento que diminua as desigualdades sociais, que tenha em conta a realidade portuguesa.» ■

Duas centenas de pessoas estiveram presentes no jantar em Cortiçóis

Carvalhas e Miranda foram recebidos pela direcção do CNEMA

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Na Galiza e Trás-os-Montes

CDU e Esquerda Unida em iniciativas conjuntas

A organização do distrito de Vila Real da Coligação Democrática Unitária (CDU) e a Esquerda Unida (EU) de Galiza Sul promoveram nos dias 1, 2 e 3 de Junho uma série de iniciativas conjuntas, no âmbito da campanha eleitoral das duas forças políticas para o Parlamento Europeu.

No decorrer dos encontros foi assinada uma declaração comum endereçada aos povos de Trás-os-Montes e da Galiza, que publicamos em separado.

A delegação da CDU que participou nos trabalhos era composta por Manuela Cunha, da Comissão Nacional de «Os Verdes», e Virgílio Alves, professor da Universidade de Trás-os-Montes, ambos candidatos ao Parlamento Europeu; Vasco Paiva, do CC do PCP e responsável pela Organização de Trás-os-Montes do PCP; Fernando Teixeira, do CC do PCP e Armando Branquinho, dirigente sindical ferroviário.

A delegação da Esquerda Unida-Galiza Sul era composta por Santiago Alvarez, presidente do Partido Comunista da Galiza; Manuel Villar, socialista, membro do Partido Acção Socialista PASOC, dirigente sindical e candidato da EU ao Parlamento Europeu; e Conche Limia, responsável pelo PCG em Orense.

Em Orense e Verin realizaram-se sessões públicas, para além de um encontro nas oficinas com os ferroviários em Orense, enquanto em Portugal as iniciativas tiveram lugar em Vila Real e Chaves, com a participação de uma centena de pessoas em cada localidade. Em Vila Real registou-se um encontro histórico entre Francisco Araújo, democrata vila-realense, e Santiago Alvarez, ambos participantes na Guerra Civil de Espanha, este como comissário político no Exército Republicano e Popular e aquele como combatente das Brigadas Internacionais. ■

Vasco Paiva, Manuela Cunha e Virgílio Alves, da CDU, com Manuel Villar, Santiago Alvarez e Jesus Alonso Montero, da Esquerda Unida, em conferência de imprensa na «Galeria Sargadelos»

Declaração conjunta

Vão realizar-se eleições para o Parlamento Europeu, no dia 18 de Junho em Portugal e no dia 15 de Junho em Espanha.

Trás-os-Montes e Galiza são duas regiões fronteiriças, duas regiões vizinhas, duas regiões com muitos problemas em comum e com grande atraso económico e social, duas regiões empobrecidas, duas regiões preteridas e abandonadas pelo poder central dos respectivos países — Portugal e Espanha.

Em Trás-os-Montes e Galiza é necessária uma forte votação para uma maior representação da CDU — Coligação Democrática Unitária e da EU — Esquerda Unida no Parlamento Europeu como condição muito importante na defesa dos interesses dos povos de Trás-os-Montes e da Galiza.

A CDU (Coordenadora de Vila Real) e a EU (Galiza) ao promoverem iniciativas comuns nos dias 1, 2 e 3 de Junho estreitaram laços de cooperação e amizade, discutiram problemas comuns às regiões e apontam para a necessidade de unir esforços para defesa dos interesses dos povos.

A CEE é uma nova realidade na vida dos povos e dos países que é preciso ter em conta na acção e na luta dos trabalhadores, dos democratas e dos povos pelo bem-estar, o progresso, a democracia e o socialismo

Nas actuais condições corre-se o perigo do Mercado Único em 1922, poder ser um factor de agravamento das desigualdades de desenvolvimento e nestas circunstâncias serão mais uma vez as regiões do interior e mais carenciadas a pagarem o preço mais elevado neste desequilíbrio.

Princípios proclamados pela CEE, tais como «a coesão económica e social», a «igualização no progresso» das condições de vida e do trabalho e igualdade dos trabalhadores» serão palavras ocas se não se der prioridade ao desenvolvimento das regiões interiores e mais empobrecidas.

Tal não está a acontecer — as assimetrias agravam-se entre países e regiões.

Em Portugal não se avança com o processo de regionalização. A CDU pronuncia-se contra o bloqueio do PSD à criação das Regiões, bloqueio que o PS facilitou no processo da revisão constitucional.

Em Portugal e Espanha os PDR não foram feitos com a auscultação das regiões e do poder local, das populações e das forças vivas locais. Os Planos de Desenvolvimento Regional elaborados arbitrariamente pelos governos centrais não respeitam as características nem as necessidades das nossas regiões e estão virados essencialmente para os interesses dos grandes centros económicos.

É necessária a elaboração de programas regionais interfronteiriços e a ratificação pelos respectivos parlamentos da «Convenção Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiriça» e dos financiamentos específicos das Comunidades para as regiões fronteiriças.

É necessário a elaboração de uma Carta Social Europeia que garanta os direitos dos trabalhadores e em particular os direitos dos emigrantes.

O desenvolvimento de Trás-os-Montes e da Galiza passa pelo devido aproveitamento dos seus recursos e potencialidades regionais e também pela criação e melhoria de infra-estruturas, nomeadamente de vias de comunicação. Em Trás-os-Montes são notórias as carências de vias de comunicação, os atrasos na concretização da IP4 e da IP3 (Chaves-Régua). Notória também a falta de articulação, entre a rede viária de Espanha e Portugal.

É necessária uma correcta ligação entre a rede viária de Trás-os-Montes e da Galiza, nomeadamente com os eixos rodoviários para Chaves e Verin, é necessária uma nova ponte internacional (Vila Verde da Raia/Feces de Abajo) assim como o estudo de eventuais ligações rodoviárias.

Questões ligadas com o ambiente, os cursos de água, o equilíbrio ecológico exigem também um tratamento coordenado entre as duas regiões.

O intercâmbio cultural e turístico é do interesse dos dois povos e das sua regiões.

Vencer o isolamento, a interioridade, o abandono são desejos comuns a Trás-os-Montes e à Galiza.

A proximidade das regiões, a presença crescente de trabalhadores emigrados, e os novos problemas que se colocam fruto da integração na CEE apontam para a necessidade de acção comum do movimento operário, para o aprofundamento das relações entre sindicalistas das respectivas regiões.

De igual forma os problemas que a PAC — Política Agrícola Comum coloca à agricultura e aos agricultores das duas regiões, assim como problemas específicos como os baldios e os Montes Vicinales apontam para a necessidade de estreitamento de laços de cooperação entre os agricultores e as suas organizações representativas dos dois lados da fronteira.

A CDU e a Esquerda Unida, consideram do maior interesse a cooperação entre as duas universidades das duas regiões — a UTAD — Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Universidade de Santiago de Compostela. Assim como o intercâmbio juvenil, a aproximação entre os jovens e as suas associações.

A CDU e a Esquerda Unida consideram da maior importância a realização destas acções comuns e manifestam a vontade de lhes dar continuidade, quer na acção diária, quer no Parlamento Europeu.

A CDU e a EU apelam aos povos de Trás-os-Montes e da Galiza para que com o seu voto nestas coligações e nestas formações políticas possibilitem a eleição de deputados que serão uma voz firme na defesa dos interesses dos povos das nossas regiões.

Os deputados comunistas e outros democratas da CDU, e os deputados eleitos pela EU prosseguirão, dando continuidade à experiência existente, uma acção de busca de entendimento e coordenação no Parlamento Europeu.

Votar na CDU e na EU será dar mais força a uma política que promove o desenvolvimento das regiões mais carecidas, que combate as assimetrias e as desigualdades, que defende os direitos e os interesses dos trabalhadores, dos agricultores, dos povos.

Votar na CDU e na EU será dar mais força a uma política democrática, de justiça social, de progresso, de paz, em Portugal, na Espanha, na CEE e em toda a Europa. ■

Candidatos dirigem mensagens aos eleitores

Os candidatos da CDU têm vindo a endereçar mensagens a sectores específicos do eleitorado, sensibilizando-os para as suas propostas e para as vantagens concretas em votar na Coligação Democrática Unitária.

Está neste caso a carta aos empresários portugueses, subscrita por Carlos Carvalhas, onde o cabeça de lista da CDU salienta a importância das eleições de 18 de Junho para o futuro das pequenas e médias empresas, que têm um peso relevante na economia nacional até à data sem correspondência nos apoios governamentais, canalizados quase todos para os grandes empresários e para os grandes grupos, designadamente os estrangeiros.

Como o candidato faz notar, «em 1988 a taxa de crescimento do investimento das empresas com menos de 100 trabalhadores foi em média nominalmente nula, o que é o exemplo mais concreto da falta de apoio, particularmente no domínio do crédito».

Por outro lado, salienta, «também a política da CEE para as PMEs é claramente insuficiente, o que é bem evidente no orçamento das comunidades para 1989, que considera para o apoio às PMEs uma verba de três milhões de contos para toda a Comunidade».

Considerando que nos próximos anos terão lugar profundas transformações quanto à integração de Portugal na Comunidade Europeia, dado que termina a maior parte das protecções transitórias e condições especiais para a economia nacional, ao mesmo tempo que se vão processar medidas de grande impacto para a realização do Mercado Único, Carlos Carvalhas alerta para os grandes perigos que a nova situação coloca às pequenas e médias empresas.

Tanto em Portugal como na CEE, refere aquele candidato, é a CDU, e em especial os seus deputados eleitos para o PE, quem mais garantias dão de intervir activamente para minorar «os prejuízos resultantes do Mercado Único, defender a modernização da economia e potenciar os seus trunfos, salvaguardar a independência nacional, garantir o progresso».

É nesse sentido que os candidatos da CDU se comprometem a desenvolver todos os esforços para conseguir a «renegociação ou readaptação dos tratados de adesão no sentido do reconhecimento de maior número de especificidades para actividades do país; a adopção de critérios democráticos de justiça e igualdade no acesso aos fundos da CEE; a criação de programas específicos de incentivo à modernização do comércio e serviços, nomeadamente em relação às pequenas e médias empresas; a garantia do diálogo com os interessados, nomeadamente com os empresários, na definição das posições do Estado português nas instituições da CEE e de uma informação atempada e não discriminatória sobre as orientações dos seus órgãos; a participação da Confederação das PMEs como parceiro social nomeadamente no Conselho Económico e Social da CEE.»

A certeza de que a CDU cumprirá o seu programa de acção é sem dúvida uma razão de peso para que também este sector a contemple na sua opção de voto

E também as mulheres

Também as candidatas da CDU ao Parlamento Europeu, Maria Santos, Maria Helena Bastos, Rosa Maria Marques, Manuela Cunha e Lúcia Lemos, dirigiram ao eleitorado feminino a sua mensagem expressando o sentimento comum da «urgência de uma política democrática» que responda aos anseios de igualdade, progresso e bem-estar de todas as mulheres.

As candidatas, reconhecendo na CDU o espaço onde esses anseios e reivindicações se exprimem, onde as esperanças de libertação se reforçam, assumem igualmente um compromisso de defender no Parlamento Europeu os interesses das mulheres portuguesas.

Assim, as candidatas da CDU propõem-se «actuar no sentido de minorar as consequências negativas da integração de Portugal na CEE»; «lutar pela defesa dos direitos das mulheres, no respeito da Constituição e da legislação em vigor»; «introduzir propostas de acções positivas com o objectivo de salvaguardar o princípio da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e de atenuar as discriminações existentes»; desenvolver acções tendentes a favorecer uma política educacional e cultural que preserve os valores de igualdade, desenvolvimento e paz, a nossa memória cultural e a nossa identidade nacional, numa Europa e num Mundo que queremos solidário».

Apelando ao voto das mulheres, ao voto na CDU, as candidatas salientam a «importância da convergência das mulheres numa proposta que é aposta na criatividade humana, na contribuição feminina para a defesa do presente na construção do futuro.» ■

campanha

18 JUNHO

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

A CEE e os transportes – «A CEE e os transportes no desenvolvimento regional» foi o tema para um debate na sala de sessões da Câmara Municipal do Entroncamento onde esteve presente o candidato CDU ao Parlamento Europeu Sérgio Ribeiro, que juntamente com autarcas, dirigentes sindicais, trabalhadores e membros de comissões de trabalhadores da CP e Rodoviária Nacional discutiram algumas questões em torno da matéria.
O desenvolvimento do sistema de transportes deve ser definido em articulação com o desenvolvimento global, os recursos financeiros no valor de 1200 milhões de contos que se prevê venham a ser transferidos para Portugal através dos fundos comunitários, a construção de linhas férreas de alta velocidade e da rodovia do Distrito de Santarém e a governamentalização do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), foram algumas das questões debatidas e merecedoras de atenção por parte dos intervenientes na sessão do Entroncamento.

Carvalhas em Viana do Castelo – O cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu esteve na terça-feira em Viana do Castelo onde visitou a Portucel e os Estaleiros Navais de Viana, almoçando com trabalhadores e dirigentes da empresa.
Contactos directos com a população, um jantar-convívio em Ponte de Lima e uma intervenção política, de novo em Viana, junto da Cooperativa Capitães de Abril, preencheram o restante programa da visita de Carlos Carvalhas.

Alto Minho – A CDU organizou uma caravana política que percorreu no domingo todos os concelhos do Alto Minho, viagem momentaneamente interrompida para um piquenique em Monção, atribuindo à iniciativa um carácter de festa e convívio.
Sensibilizar e esclarecer as populações do distrito de Viana do Castelo sobre as eleições para o Parlamento Europeu foi o objectivo desta iniciativa da CDU.

O Parlamento Europeu e os direitos dos trabalhadores – Enquadrado num vasto conjunto de iniciativas com o objectivo de promover a reflexão sobre grandes questões relacionadas com a integração de Portugal na CEE, no contexto da criação do Mercado Único, a CDU realizou um debate na terça-feira no Hotel Roma, em Lisboa, subordinado ao tema «O Parlamento Europeu e os direitos dos trabalhadores», com a presença de Barros Moura, Sérgio Ribeiro, Rosa Maria Marques e Hélio Bexiga Viegas.
«A CDU recusa uma Europa a duas velocidades: acelerada para a criação de um espaço económico em que os mais fracos ficam cada vez mais na dependência dos mais fortes e a marcar passo para as medidas capazes de garantir uma política de progresso e aproximação social que possibilite aos trabalhadores portugueses o acesso a padrões de vida da CEE». Este um extracto do texto que serviu de introdução ao debate, onde foi defendida a ideia de não ser possível um desenvolvimento para o País, sem ser assegurado o progresso social, o que não é possível com a actual política do Governo PSD, que agrava as desigualdades sociais.

A campanha nos Açores – A campanha eleitoral da CDU para o Parlamento Europeu iniciou-se nos Açores com a afixação de materiais de propaganda nas diversas ilhas e a distribuição pública de documentos.
A candidata Lúcia Lemos iniciou na terça-feira uma série de visitas a localidades das ilhas açorianas, começando pela ilha do Pico, visitando empresas e realizando uma sessão pública na escola primária da Madalena.
Ontem, Lúcia Lemos iniciou uma visita ao Faial que se prolongará pelos próximos dias.

Últimas – O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, participou ontem num jantar em Alcácer do Sal seguindo depois para Grândola, onde se realizou um comício da CDU. Carlos Carvalhas por seu lado esteve ontem de manhã em Vila Nova de Famalicão onde visitou algumas empresas da região, enquanto à tarde esteve em Guimarães e à noite participava num comício em Braga.

Escritores e profissionais do audiovisual apoiam CDU – Quarenta e cinco escritores do distrito de Lisboa manifestaram esta semana o seu apoio à candidatura da CDU ao Parlamento Europeu: Alice Vieira, António Damião, Baptista-Bastos, Ernesto Mello e Castro, José Saramago, Luís Pacheco, Manuel Ferreira, Manuel da Fonseca, Mário de Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues, Wanda Ramos e Alexandre Babo, Alexandre Cabral, Álvaro Salema, Alexandre Pinheiro Torres, Armindo Rodrigues, Carlos Pinhão, José Fanha, Orlando da Costa, Vergílio Martinho, Adérito Lopes, António Modesto Navarro, António Tavares Manaças, Domingos Lopes, Fernando Sylvan, Filipe Leandro Martins, Franco de Sousa, José Correia Tavares, José Manuel Mendes, José Junça, Joaquim Lagoeiro, José Prudêncio, Júlio Graça, Leonoreta Leitão, Luís Pignatelli, Maria da Graça Varela Cid, Orlanda Amarilis, Orlando Gonçalves, Romeu Correia, Rui Nunes, Teresa Horta, Tina Sequeira, Serafim Ferreira e Vicente Campinas, são os nomes constantes dessa lista. Também muitas dezenas de realizadores, produtores, técnicos, cenógrafos, locutores e cineclubistas têm vindo a dar o seu apoio à CDU, dos quais destacamos os seguintes: Artur Ramos, Artur Semedo, Costa e Silva, António Casimiro, Cecília Neto, Fátima Medina, Oliveira e Costa, Cândido Mota, Vasco Granja, José Álvaro Morais, Teresa Villaverde, Luís Gaspar, Óscar Cruz, Vasco Pimentel, João Franco, Fernando Midões, Gomes Dias, Jaime Campos, Manuel Ruas, Rogério Martins, Brito Macedo, Carlos Gomes, Luís Filipe Costa, Zita Machado da Luz, Manuel Neves, José Pedro Andrade Santos, Abílio Abrantes, Amílcar Andrade, Arnaldo Serafim, Arminda Barata, Carlos Cerqueira, Catarina Peralta, Edite Sombreireiro, Elsa Pereira, Felícia Cabecinha, Graciete Caldeira, Henrique Espírito Santo, Henriqueta Sabino, Ilídia Ramos, João Franco, João Mourato, João Pedoa, João Pedrosa, Jorge Bernardo, José Félix, Júlia Fragata, Luísa Loureiro, Margarida Silva, Maria Antónia Seabra, Maria Armanda Carvalho, Maria do Céu Vasconcelos, Maria Eufémia Rijo, Maria Helena Dias, Mário Alexandre Mateus, Marques Pinto, Octávio Espírito Santo, Paulo Rato, Rafael Figueira, Rangel L. Paixão, Raul Ramalhete, Teresa Rebelo, Teresa Nunes, Victor Miranda, Valdemar Câmara, Victor Lopes, Vítor Nobre, Viriato Jordão.
«É necessária e possível uma outra política que, mesmo no quadro da CEE, imprima ao nosso país um outro rumo de desenvolvimento e uma outra afirmação dos interesses nacionais», este um extracto da moção de apoio à CDU que os democratas do distrito de Coimbra têm subscrito, conforme já noticiámos nas duas últimas semanas, numa extensa lista de nomes a que hoje acrescentamos os seguintes: Adília Alarcão, arqueóloga em Condeixa-a-Nova; Alberto Alves, funcionário público de Pampilhosa da Serra; Alberto Vilaça, advogado de Coimbra; Álvaro Queirós, comerciante de Miranda do Corvo; Américo Caseiro, médico director clínico de Penacova; Cabral Pinto, professor em Coimbra; Carlos Pinhão engenheiro electrotécnico de Cantanhede; Eduardo Serra, técnico de farmácia em Arganil; Francisco Allen Gomes, médico em Coimbra; Hélder Félix, farmacêutico em Soure; Ivo Cortesão, professor em Coimbra; José Vitória, professor catedrático da Faculdade de Ciências em Coimbra; Manuel Lousã Henriques, médico em Coimbra; Maria Catarina Cordeiro, professora em Condeixa-a-Nova; Rui Alves, comerciante em Figueira da Foz; Zé Penicheiro, pintor de arte em Figueira da Foz.

Joaquim Miranda em Aveiro – Entrevistas com a imprensa local de Águeda e Oliveira de Azeméis, uma visita ao Centro de Formação Profissional de S. João da Madeira, troca de impressões com os trabalhadores da Oliva e um animado debate que encheu por completo a Casa do Povo de Fiães, no concelho da Feira, constituíram o programa da visita de Joaquim Miranda ao distrito de Aveiro, no início do mês.
O destaque vai naturalmente para o debate em Fiães, presidido pelo presidente da Junta de Freguesia, Bernardino Ribeiro, e em que participaram também o candidato José Amaro e a eleita da CDU na Assembleia Municipal da Feira, Manuela Silva.
Na ocasião, Joaquim Miranda informou que, em consequência da sua anterior visita ao distrito, foi aprovada no PE uma resolução aprovada pelos deputados da CDU para que a comunidade apoie, com mecanismos e meios adequados, a despoluição e valorização turística da ria de Aveiro, do Baixo Vouga e da Orla Marítima do distrito. ■

Carlos Carvalhas com as trabalhadoras da Camisaria Sagres, em Mangualde

... em conferência de imprensa, em Viseu

... na Ernesto Matias, em Mangualde

... em S. Pedro do Sul

... na Empresa Nacional de Urânio, em Nelas

... no jantar, em Vouzela

Campanha em Viseu

O candidato da CDU, Carlos Carvalhas, esteve na passada sexta-feira no distrito de Viseu, onde desenvolveu intensa actividade de esclarecimento e propaganda das propostas da Coligação para o Parlamento Europeu.
Fazendo sempre a ligação dos problemas locais com a problemática da integração de Portugal na Comunidade Europeia, Carlos Carvalhas falou com trabalhadores da Camisaria Sagres e da Ernesto Matias, em Mangualde; distribuiu propaganda nas ruas de Viseu e na Empresa Nacional de Urânio, em Nelas; esteve na terra natal, S. Pedro do Sul, reafirmando o seu compromisso de «levar os problemas regionais de inegável interesse regional e de inegável interesse comunitário ao Parlamento Europeu».
Juntamente com os candidatos da CDU, Jaime Gralheiro e João Torrado, Carlos Carvalhas participou ainda num jantar em Vouzela, onde foi salientado o desejo da CDU em vencer o atraso, as injustiças sociais e as desigualdades regionais que continuam a caracterizar o nosso País.

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

No Porto

Carlos Carvalhas defende unidade democrática

A necessidade que se impõe de haver uma coincidência de esforços das várias forças, partidos, sindicatos e associações de empresários, no sentido da defesa dos interesses nacionais no Parlamento Europeu, nomeadamente em três questões essenciais como a política agrícola, dos têxteis e vestuário e os problemas dos jovens, foi salientada por Carlos Carvalhas, no Porto, no primeiro dia da campanha da CDU.

Um dia de intensos contactos com a população e os trabalhadores do distrito, que o levou aos concelhos de Paços de Ferreira, Porto e Vila Nova de Gaia.
Em Paços de Ferreira, Carlos Carvalhas esteve na Feira do Cô e encontrou-se com órgãos de comunicação regional. Na Feira do Cô, foi sobretudo o contacto com agricultores, na feira de gado, e com feirantes e populares. Aqui se falou da falta de preços garantia para os produtos agrícolas, da falta de crédito aos agricultores, da questão da comercialização de produtos. Num ambiente cordial, distribuiram-se folhetos e outros materiais da CDU e não faltou quem dissesse, como forma de mostrar o seu apoio. «Eu já trabalhei contra vós e agora abraço-vos». No Salão dos Bombeiros locais, realizou-se o encontro com órgãos de comunicação regional e de novo estiveram no centro das atenções as questões que mais interessam ao concelho de Paços de Ferreira, em particular a problemática agrícola e a indústria de mobiliário.
Tendo em conta as naturais preocupações que se colocam com a penetração do mercado nacional pelo mobiliário italiano e a tomada de posições do capital estrangeiro na indústria, foi ali referida a importância da auscultação dos interessados, os trabalhadores e os próprios empresários, que formaram recentemente uma associação.
Já no Porto, ao fim da manhã, Carlos Carvalhas falou com trabalhadores na Companhia Portuguesa do Cobre, na Ematêxtil e na FINEX, empresa de vestuário com dois mil trabalhadores, no concelho da Maia.
Ao início da tarde, no encontro com a comunicação social, o primeiro candidato da CDU ao Parlamento Europeu retomou o equacionamento de algumas questões consideradas pela CDU prioritárias para a defesa dos interesses nacionais na Comunidade.
Representando o sector têxtil e do vestuário 30% da indústria transformadora portuguesa, mais de 60% das empresas poderão sucumbir a confirmar-se «o desmantelamento do acordo multifibras e a entrada para o GATT. «O Governo português deveria reivindicar, invocando o princípio da coesão económica e social, uma comparticipação especial», afirmou Carlos Carvalhas.
Carlos Carvalhas referiria ainda que, em relação a 1993, o Governo português utiliza a «táctica do avestruz», porque diz que tudo está bem e não quer ver a realidade, e «a táctica da fuga frente», dizendo na propaganda que vai vencer o desafio, enquanto a economia continua extremamente débil e cada vez mais são as vozes que manifestam preocupação.
Em relação a recentes medidas anunciadas pelo Governo de aumento do salário mínimo, Carlos Carvalhas lembrou que essa era uma reivindicação da CDU, a par com o aumento das pensões e reformas, por forma a acompanhar a inflação.

O voto natural dos trabalhadores

A seguir a um *meeting* na Praça da Liberdade, Carlos Carvalhas participou num lanche/volante com dirigentes, delegados sindicais e activistas da CDU nas empresas, com a presença de mais de uma centena de participantes. Vieira Mendes, João Pacheco Gonçalves, Jorge Pinto, Manuel Almeida, Manuel Freitas, foram alguns dos dirigentes sindicais que se encontraram com Carlos Carvalhas, que, falando sobre a importância da defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses no Parlamento Europeu, na importância de aprofundar a Europa dos trabalhadores, da paz e da cooperação, exortou os presentes para a mobilização em torno da CDU, como «o voto natural dos trabalhadores».
Depois de um jantar com pequenos e médios empresários, Carlos Carvalhas participou ainda numa animada sessão/debate, na Tuna Musical Oliveirense, em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia. No decorrer do debate vieram para cima da mesa várias questões, como a importância do desmascaramento dos desvios de verbas para a formação profissional, a regionalização, a carta dos direitos sociais dos trabalhadores, a posição da CDU sobre o Acto Único, a defesa das pequenas e médias empresas e o controlo de qualidade dos produtos estrangeiros. Carlos Carvalhas salientou, entre outras questões, a importância do combate à abstenção e a necessidade de levar ao máximo de pessoas a mensagem da CDU, a mensagem daqueles que em Portugal defendem os interesses dos trabalhadores e que, no Parlamento Europeu dão garantias de também fazê-lo. ■

Propostas de desenvolvimento para a região do Porto

Na sequência de uma análise aprofundada da situação e dos problemas com que se defronta a região do Porto na actualidade e na perspectiva do embate de 1992, a CDU apresentou em Conferência de Imprensa uma série de propostas para o desenvolvimento da região. Helena Medina, Viriato Pina Moura e João Semedo, do PCP, Raul de Castro e Jorge Lopes, da Intervenção Democrática, Rosa Pinto, do Partido Ecologista «Os Verdes», e Alberto Andrade, independente, constituíam a mesa que se colocou ao dispor dos jornalistas.

A CDU começou por considerar que só a falta de um poder regional democraticamente representativo possibilitou que o governo tenha enviado para a CEE um Plano de Desenvolvimento Regional elaborado completamente à margem das autarquias locais, da população e dos outros agentes das regiões.
Neste contexto reclamou a aprovação da lei quadro e a urgente instituição e delimitação concreta da Região Administrativa com centro no Porto e a ulterior eleição dos órgãos de poder regional. Com vista à concretização deste objectivo a CDU anunciou que irá **dinamizar uma «ampla campanha junto da opinião pública, através do lançamento de um Movimento Pró-Região Administrativa com centro no Porto**. Na Conferência de Imprensa foram apontadas linhas de prioridade e urgência para o desenvolvimento da região.
No que respeita ao PDR, propõe que se acrescentem os seguintes objectivos: um verdadeiro Programa Operacional para a AMP, tendo em conta a desadequação do Programa Operacional de Investimentos Autárquicos na AMP; a reconsideração dos problemas do Vale do Ave, recusando a sua compressão ao Programa Operacional do Vale do Ave cujo investimento inscrito no PDR é cerca de um quarto do investimento previsto; a abordagem integrada dos concelhos do Vale do Sousa, apontando a elaboração de um Programa Operacional.
Apoio à modernização e desenvolvimento da indústria do distrito é outra reclamação da CDU, que exige transparência e critério na aplicação do PEDIP e considera necessária a abertura de uma nova linha de financiamento comunitário — um «PEDIP/Têxtil».
A defesa dos interesses do sector exportador nacional no domínio dos têxteis, confecções e calçado, o reconhecimento da especificidade da agricultura e a defesa das actividades piscatórias da região, constituem também linhas de prioridade e urgência da CDU/Porto.
Os grandes eixos de circulação foram também alvo de crítica e propostas da CDU, nomeadamente no que respeita a prazos para entrada em funcionamento — casos das auto-estradas do Porto/Braga e Porto/Amarante — e prevenção de atrasos — construção da Via de Cintura Interna, nova Ponte do Freixo e dos acessos desta à AE1 e à AE Porto/Amarante. Ainda neste plano a CDU considerou inaceitável a imposição do pagamento da portagem nos primeiros lanços das AEs Porto/Braga e Porto/Amarante, já que se destinam a assegurar fundamentalmente a circulação na área urbana do Grande Porto. Dinamizará por isso um **movimento de reclamação de portagem livre** nas AEs no raio de 20 km da cidade do Porto.
A CDU deu ainda a conhecer um conjunto muito vasto de medidas, projectos e programas em domínios tão diversos como a Educação, Investigação Científica e Tecnologia, Energia, Saúde, Parques Naturais e Conservação da Natureza e Habitação. ■

Encontro da CDU em Felgueiras

As eleições para o Parlamento Europeu e para as Autarquias dominaram a atenção dos participantes do Encontro da CDU no concelho de Felgueiras.
Questões locais que justificam o voto na CDU para o Parlamento Europeu foram motivo de reflexão e debate.
Modernização e inovação das produções e do aparelho produtivo das indústrias tradicionais que predominam no concelho, designadamente o sector do calçado e o sector têxtil, foram consideradas fundamentais e a intervenção a CDU, na CEE e no País, a melhor para a sua defesa. Os participantes do encontro consideraram ainda que a CDU é a força política que melhor defende os agricultores, o aumento das respectivas produções e as reestruturações necessárias.
O Encontro concluiu que, apesar de um crescimento industrial de facto no concelho, aumenta a exploração, o recurso sistemático a mão-de-obra não qualificada e ao trabalho infantil e por isso o crescimento não corresponde a desenvolvimento. Assim uma conclusão fundamental — CDU no Parlamento Europeu é melhor para Portugal e também para Felgueiras.
Relativamente às eleições Autárquicas, o Encontro da CDU em Felgueiras começou por considerar que a Câmara, com os poderes e meios financeiros alcançados, poderia ter feito mais e melhor, para concluir que por ser a força mais interveniente, por ser uma voz nova e uma presença diferente, por ser a força que tomou a iniciativa de propor a elevação de Felgueiras à categoria de cidade, «Felgueiras precisa e mere ce um vereador da CDU».
Estas conclusões serviriam de base a um manifesto que o Encontro aprovou. Nesta reunião foi ainda constituída a Co missão Coordenadora Concelhia de Felgueiras da CDU cuja composição representa os vários estratos e camadas sociais do concelho. ■

JCP critica Conselho Nacional de Juventude

O secretariado da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) divulgou na segunda-feira uma nota criticando o Conselho Nacional de Juventude pela forma como este organismo apelou à participação dos jovens nas próximas eleições para o Parlamento Europeu.
Reportando-se à conferência de imprensa promovida pelo Conselho Nacional de Juventude para divulgar um apelo aos jovens portugueses sobre as eleições de 18 de Junho, afirma a JCP: **Independentemente das ideias do documento hoje** (segunda-feira) **divulgado pelo CNJ, algumas das quais a JCP não subscreve, e, não estando em causa o direito do CNJ promover iniciativas sobre esta temática, o secretariado da JCP considera condenável que as posições do CNJ sobre as eleições para o Parlamento Europeu sejam divulgadas em plena campanha eleitoral e através de uma conferência de imprensa em que participa um candidato de uma das forças políticas concorrentes.**
No entender do secretariado da JCP esse facto colide com o carácter apartidário do CNJ e representa uma atitude ética e politicamente reprovável da parte do referido candidato. ■

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

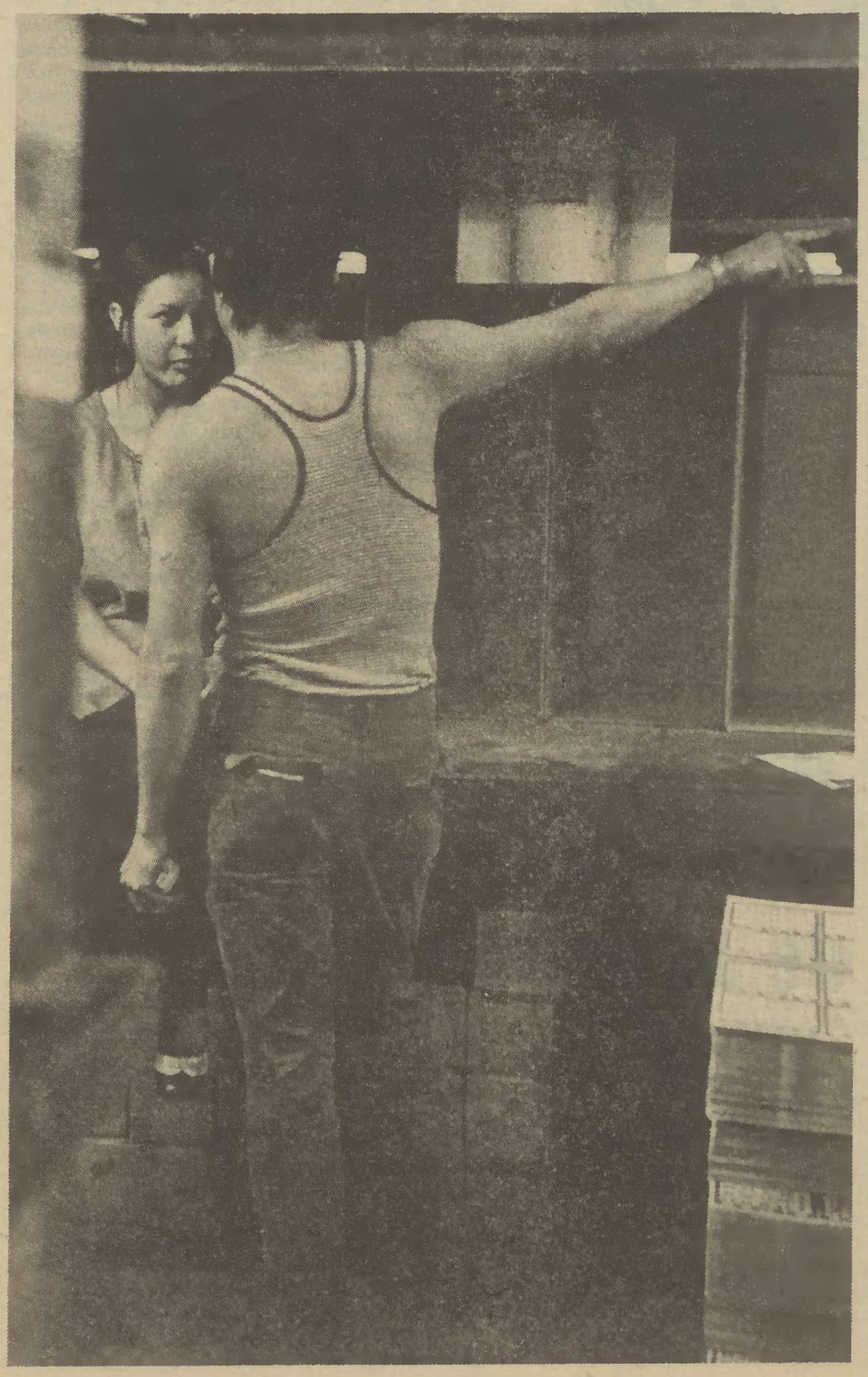
CDU denuncia discriminação em Lisboa

A CDU denunciou a semana passada as limitações à liberdade de propaganda de que tem sido alvo por parte da Câmara Municipal de Lisboa, designadamente através da acção de brigadas encarregadas de arrancar e destruir pendões e faixas da Coligação.

Ainda no período de pré-campanha — acusa a CDU — a Câmara Municipal de Lisboa procedeu a uma remoção selectiva de propaganda, dirigida expressamente contra a Coligação Democrática Unitária provocando desta forma danos políticos e avultados prejuízos materiais.
No comunicado divulgado a propósito pelo mandatário distrital da CDU em Lisboa, acusa-se ainda a CML de «faltar à verdade» na nota distribuída à imprensa pretensamente para «esclarecer» e «justificar» a sua actuação.
Segundo aquele mandatário, a CML «assume a ilegalidade da sua actuação» mas procura escudar-se numa lei não aplicável à presente situação e não reconhece estar apenas a actuar contra a CDU.
A nota da Câmara, refere o mandatário da CDU, omite aquilo que o vereador Pedro Feist (CDS) afirmou a um vespertino da capital, designadamente que «a Câmara entende apropriar-se até ao final da campanha de meios de propaganda» da CDU.
Para a CDU de Lisboa, o empenho que a edilidade demonstra na mobilização de tantos efectivos para a remoção de propaganda eleitoral, «mobilizados durante 24 horas por dia», deveria ser demonstrado «a tapar buracos em ruas, a resolver as consequências de roturas em canalizações, o evitar de ruir de prédios antigos e a tantas outras coisas que constituem um quebra-cabeças suplementar para as já difíceis condições de vida da maioria da população da nossa cidade».
Entretanto, a CDU apresentou queixa contra a actuação da CML à Comissão Nacional de Eleições, fez uma exposição da situação na Procuradoria Geral da República, e na Casa Civil da Presidência da República, entre outras iniciativas tendentes a repor a legalidade democrática neste importante período eleitoral.
As discriminações em relação à CDU não têm ficado por aqui. Ainda na passada sexta-feira, no «24 horas» da RTP, se anunciava para **sábado** o comício da CDU no Campo Pequeno, quando esta iniciativa se realizava no **domingo**. A admissão de «lapso» é tanto mais difícil de aceitar quanto é certo que a acção das brigadas camarárias incidiu justamente sobre a propaganda a anunciar o comício... chegando mesmo ao ponto de remover cartazes afixados em edifícios propriedade do PCP!
Ainda na RTP foi notória a discriminação da CDU no «Jornal de sábado» onde diversas referências foram feitas sobre a presença de candidatos na Feira Nacional de Agricultura, com excepção das presenças de Carlos Carvalhas e Joaquim Miranda, os dois primeiros candidatos da Coligação ao Parlamento Europeu.
Os exemplos não faltam. Na semana passada, no programa dito «Hora da Verdade», o debate foi antecedido por um filme favorecendo claramente os eurodeputados do PSD a quem foi concedido largo tempo de antena.
E que dizer da publicação de sondagens tendendiosas, como fez o «Expresso», provocando mesmo um esclarecimento da empresa que fez o estudo considerando abusiva a utilização que foi feita?
Casos que nada contribuem para o prestígio da democracia.

Votar jovem, pensar futuro

É preciso enfrentar 1992. Mas não basta afirmá-lo.
É preciso praticar uma política para os jovens face ao Mercado Único que os defenda verdadeiramente.
Que essa política não é a do PSD, está mais que visto!
A juventude CDU apresenta onze propostas que constituem o seu compromisso de honra com a juventude chamada a votar em 18 de Junho para o Parlamento Europeu.
Onze razões para o voto na CDU, o voto jovem a pensar no futuro.



1. Emprego certo e estável para os jovens. Eliminação do desemprego juvenil de longa duração e inserção profissional dos jovens que procuram o 1.º emprego. Acesso à realização de carreiras profissionais, que permitam o desenvolvimento da qualidade da produção e da economia nacional, face ao Mercado Único de 1992. Aumento dos salários para a aproximação progressiva dos salários médios da CEE. Redução do horário de trabalho para 40 horas.

2. Educação: Financiamento e desenvolvimento do sistema de ensino com recurso a fundos comunitários. Garantia de acesso ao Ensino Superior de acordo com o desenvolvimento nacional e ao encontro da expectativa legítima dos milhares de jovens que, por enquanto, vão ficando de fora. Promoção do sucesso educativo e igualdade de acesso ao ensino.

3. Pleno usufruto pelos jovens quadros portugueses das possibilidades abertas com o **reconhecimento** mútuo **de diplomas**, que exige a modernização da economia portuguesa e a superação do seu carácter subalterno e periférico, a dignificação além-fronteiras do sistema de ensino português.

4. Adopção de um plano nacional de **formação profissional**, coerente, em articulação com o sistema educativo e com o mercado de trabalho, na perspectiva do progresso e desenvolvimento nacional. Cumprimento e aperfeiçoamento do Estatuto do Formando.

5. Fundos comunitários: Aproveitamento dos Fundos Estruturais, particularmente do Fundo Social Europeu, ao serviço dos jovens e do País, acabando com a corrupção, o caos, o esbanjamento de recursos, de forma a proporcionar condições de formação, para o emprego, ao maior número possível de jovens.

6. Informação séria e útil, dirigida aos jovens, sobre o acesso aos Fundos e Programas Comunitários e sobre os problemas e perspectivas no quadro do Mercado Único.

7. Tratamento preferencial dos jovens dos países menos desenvolvidos na definição de **programas comunitários**, nos seus objectivos e na sua aplicação.

8. Defesa do equilíbrio ecológico. Exigência e fiscalização da aplicação da legislação comunitária no quadro da Lei de Bases do **Ambiente**. Contra a eucaliptização indiscriminada. Pela defesa dos recursos naturais, o ar, os cursos de água, etc. Contra o armazenamento de resíduos nucleares em Portugal.

9. Fomento do **intercâmbio** juvenil, entre os jovens portugueses e os jovens de outros países, dentro e fora do espaço restrito da CEE.

10. Defesa, protecção e desenvolvimento da **cultura** portuguesa nas suas diversas expressões, no quadro da cooperação cultural com os outros países da Comunidade.

11. Defesa de uma política de **paz** para Portugal. Sem armas nucleares, e de **cooperação** e amizade com os jovens de todos os povos da Europa e do Mundo.

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Em Braga

Barros Moura defende política alternativa ao actual Governo

Se temos preços europeus e em muitos casos lucros europeus, vamos lutar no Parlamento Europeu e em Portugal por salários, condições de higiene e segurança no trabalho, pelos níveis de segurança social vigentes nos restantes países da Comunidade» – disse Barros Moura, deputado e candidato da CDU ao Parlamento Europeu, num encontro com trabalhadores da indústria têxtil durante a sua visita ao distrito de Braga, a semana passada. Uma visita que o levou a Fafe, Barcelos, Braga e Vizela, num programa intenso e proveitoso, em que prevaleceu uma vez mais o interesse da CDU em conhecer os problemas da região e as opiniões das populações, para melhor equacionar as medidas a defender para a sua resolução.

Acompanhado pelo candidato Jordão Pires, Barros Moura encontrou-se em Fafe com um industrial dos têxteis que afirmou estar disposto a apoiar um plano global de reestruturação da indústria do sector em cuja elaboração participassem os industriais, mas também os trabalhadores e os representantes autárquicos, entre outros. A coincidência de pontos de vista não se ficou por aqui, sendo de salientar a aceitação da proposta da CDU de que é necessário mais tempo para a preparação do sector para o «choque» do mercado único, de que são necessários apoios financeiros sérios para a sua modernização e reestruturação e, em particular, a necessidade de um programa específico do tipo do PEDIP, mas exclusivo para a indústria têxtil.
Durante o encontro foram ainda feitas críticas às afirmações do ministro Mira Amaral, em Braga, quanto à impossibilidade de salvar os 170 mil postos de trabalho da indústria têxtil e à operação integrada de desenvolvimento do Vale do Ave, que dos 100 milhões de contos inicialmente anunciados se fica afinal em 25 milhões e, destes, apenas 1 milhão de contos será mobilizado em investimentos directos na indústria têxtil, o que atesta a incapacidade do Governo para dar resposta à situação e perspectivas da região e as suas responsabilidades no agravamento da situação económica e social.
Já no debate com os trabalhadores do sector, Barros Moura salientou que para a CDU esta situação de recessão não é inevitável, dado haver possibilidades reais de desenvolvimento.
Como foi sublinhado, o interesse de japoneses e outros na compra de empresas têxteis é a prova real de que estas são rentáveis e viáveis.
O que é preciso – disse Barros Moura – **é uma outra política e a defesa dos interesses nacionais no seio da Comunidade.** Nesse sentido, enunciou como propósitos da CDU a luta pelo alargamento dos prazos de transição, pelo reforço dos apoios financeiros e por um plano global de reestruturação em cuja elaboração participem os trabalhadores, bem como o combate aos salários em atraso, uma verdadeira aberração num país que se pretende integrar no contexto europeu.
Barros Moura referiu-se ainda à necessidade de travar a batalha pela dimensão social de desenvolvimento de um sector como o têxtil, de tantas tradições e importância na região, o que não implica a manutenção dos salários baixos, antes pelo contrário, a sua elevação constitui uma exigência de justiça social e é factor de motivação e qualificação dos trabalhadores e de eficácia económica.
Na ocasião foi lembrado que os deputados comunistas foram os únicos, no Parlamento Europeu, que levantaram o problema dos têxteis, o que ilustra a diferença entre as diversas forças e candidatos a estas eleições de Junho. «Parece que todos dizem o mesmo, mas alguns defendem mais e melhor os interesses nacionais», salientou aquele candidato, fazendo notar as contradições do PSD, que num dia põe o deputado Carlos Pimenta a falar com optimismo sobre o futuro da têxtil e no outro apresenta o ministro Mira Amaral a falar da inevitabilidade de falências e da condenação de dezenas de milhares de postos de trabalho.
Também o PS, sublinhou, pelo seu silêncio no PE, parece não ver os problemas que existem, ou que nada tem a dizer sobre eles, enquanto Lucas Pires – neste como noutros assuntos – toma o comboio em andamento. A prova dos nove faz-se em Portugal, disse, lembrando que o PSD fala de dimensão social enquanto leva à prática a política anti-social que se sabe e o PS diz defender muitas coisas na CEE mas a nível interno faz entendimentos com o PSD que contradizem as suas afirmações, como é caso grave e recente da revisão da Constituição.

Vizela, um concelho adiado

Até ao fim-de-semana passado, a CDU era a única força política com campanha eleitoral em Vizela. Foi aí, no jardim público profusamente decorado com os cartazes e bandeiras da CDU, que Barros Moura terminou a sua visita ao distrito de Braga, em contactos com a população rapidamente transformados em sessão de esclarecimento.
Não faltaram perguntas sobre os poderes do Parlamento Europeu e, naturalmente, sobre a restauração do concelho de Vizela, a par dos problemas locais mais sentidos, como a emigração, dificuldades dos reformados, regionalização, entre outros.
Barros Moura visitou ainda o Movimento para a Restauração do Concelho de Vizela (MRCV), cujo presidente, Manuel Campelos, salientou a importância do apoio que o PCP – principal partido da CDU – tem dado à causa do Movimento. «Quando necessitamos, disse, recorremos ao PCP para obtermos informações relativas ao nosso processo e temos a certeza de ser apoiados com lisura».

Os representantes do Movimento entregaram a Barros Moura uma petição dirigida ao presidente do Parlamento Europeu no dia 22 do mês passado, com o objectivo de ser recomendada ao Governo português a satisfação da reivindicação histórica do povo de Vizela.

Barros Moura aproveitou a ocasião para se prontificar a apoiar a petição na Comissão de Petições do PE, não deixando no entanto de alertar que «o Grupo Comunista e Afins assegurou já o seu apoio àquela posição, mas se os outros partidos portugueses não conseguirem o apoio dos respectivos grupos políticos europeus, nada feito. A Comissão manda arquivar a petição».

Sublinhando que a CDU vai desenvolver todos os esforços para apoiar a reivindicação de Vizela, Barros Moura anunciou que os deputados da CDU vão apoiar no PE que a Comissão de Petições convide oficialmente o MRCV a deslocar-se a Bruxelas para expor as pretensões de Vizela
De imediato, Barros Moura convidou uma delegação do MRCV a deslocar-se a Estrasburgo durante uma sessão plenária do próximo Parlamento Europeu a eleger em 18 de Junho.

A oferta foi encarada com apreço, devendo o Movimento decidir em breve a posição a tomar sobre o assunto.

Na ocasião, Barros Moura salientou que o MRCV protagoniza a ideia de Europa defendida pela CDU: **Uma Europa que reconheça e apoie as diversidades nacionais, regionais e locais que são a base da unidade; uma Europa democrática em que o poder esteja próximo e seja controlado pelos cidadãos.**

Joaquim Miranda critica afirmações de Álvaro Barreto

As declarações do ministro Álvaro Barreto, em Bruxelas, anunciando que o Governo aumentará a área de floresta em um milhão de hectares, constituem, conhecida que é a sua prática de eucaliptização do país, uma grave confirmação da sua vontade de prosseguir e acentuar tal orientação e de proceder ao atrofiamento da nossa agricultura.
A afirmação é do camarada Joaquim Miranda, deputado do PCP e candidato ao Parlamento Europeu pela CDU, ao comentar a semana passada as declarações do ministro da Agricultura a propósito do programa de acção florestal da Comunidade.

Recorde-se que Álvaro Barreto disse que a aplicação do referido programa a Portugal está «apenas» dependente dos níveis de comparticipação comunitárias e do reforço de verbas agrícolas para o País, uma vez que o Governo considera ser passível de florestação uma área de um milhão de hectares actualmente utilizadas para a agricultura.
Segundo o ministro, «o último ano cumpriu-se o objectivo do Governo, com um total de 50 mil hectares de área florestada, contra 13 mil hectares em 1985».
Do total florestado, garantiu, «apenas» 30 por cento foi preenchido com eucaliptos.
Uma afirmação no mínimo curiosa dado ser oficialmente reconhecido não existir um plano de ordenamento florestal e ninguém, das entidades envolvidas, estar de acordo sobre a área efectiva de eucaliptal no País.
O que se sabe de concreto, como sublinhou Joaquim Miranda, é que o programa de florestação comunitário privilegia «a floresta industrial, em detrimento da floresta autóctone e, em geral, a floresta de uso múltiplo».
Para os candidatos da CDU, afirmou Joaquim Miranda, as declarações do ministro Barreto **confirmam uma inequívoca conivência do Governo PSD com os interesses das empresas de celulose, representam uma clara renúncia às pretensões de sectores bem determinados da CEE que apostam na instalação em Portugal das indústrias poluentes que outros países resusam e têm subjacentes o risco de uma acentuação do nosso défice agro-alimentar.**
Como aquele candidato da CDU fez notar, a Coligação entende que **a floresta tem um lugar importante e insubstituível em Portugal, tal como de resto o eucalipto tem o seu lugar na floresta nacional. O qua não se aceita e se condena é a plantação massiva, desenfreada e sem critérios do eucalipto, em detrimento da agricultura, de outras espécies florestais e sem que se atendam aos interesses das comunidades locais e aos mais elementares valores ecológicos.**
O perigo de que tal venha a acontecer é bem real. Basta referir que o novo programa de florestação comunitário — aprovado pelo Conselho após três anos de negociações — vai aumentar substancialmente as taxas de comparticipação comunitária nos projectos de florestação, verba essa a juntar às indeminizações compensatórias já em vigor para a florestação nas áreas mais desfavorecidas da Comunidade, como é o caso de Portugal.
Para o Governo, como deixou claro o ministro Barreto, é tudo uma questão de preço.

Autodeterminação de Timor-Leste defendida no PE

O direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação foi defendido na última sessão do Parlamento Europeu, que aprovou uma resolução sobre a matéria apresentada pela deputada socialista holandesa, Van Den Heuvel.

A resolução, que recorda as posições assumidas pelo PE em Julho de 1986 e Setembro de 1988 sobre a situação em Timor-Leste, refere o apelo dramático do bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, administrador apostólico daquele território, ao secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, em que afirma: **«estamos a morrer não só como povo, mas também como nação».**

Tendo tudo isto em consideração, bem como o facto de o governo da Indonésia ter expressamente afirmado «não estar preparado para consultar o povo de Timor-Leste sobre o seu próprio futuro», o Parlamento Europeu decidiu **solicitar uma vez mais aos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros que tomem medidas diplomáticas a fim de conseguir o direito à autodeterminação do povo timorense.**

A resolução **insta a Comissão a prestar todo o auxílio possível aos campos de refugiados**, tanto em Timor-Leste como em Portugal, bem como a informar o Parlamento sobre as suas acções.

O presidente do Parlamento Europeu foi encarregado de transmitir esta resolução ao Conselho, à Comissão, ao secretário-geral das Nações Unidas, ao governo da Indonésia e à Assembleia dos Países Não-Alinhados.

Corrida Jovem em Viana

A Escola Desportiva de Viana e o Grupo dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo foram as primeiras equipas classificadas nos escalões de Juvenis e Iniciados, respectivamente, nas provas da Corrida Jovem ao Parlamento Europeu, promovida pela organização local da CDU.

Segundo informa aquela organização, como individuais destacaram-se Paula Cristina Carvalho, no escalão de juvenis femininos; Cecília Chaves e Alexandre Pereira em infantis e iniciados. Às equipas classificadas foram atribuídas taças, aos atletas primeiro classificados troféus e aos atletas do segundo ao quinto lugar atribuídas medalhas.

A iniciativa inseriu-se na diversificada campanha da CDU de esclarecimento e mobilização popular para as eleições ao Parlamento Europeu.

Pontos Cardeais

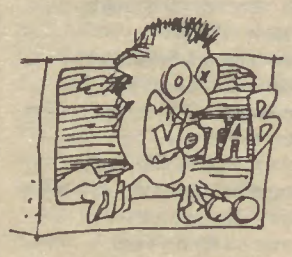
Glasnóstico

Lucas Pires, um candidato de si próprio ao Parlamento Europeu, iniciou a sua campanha eleitoral com um cartaz de grande profundidade política: trata-se de uma excelente fotografia a cores onde o criativo eurodeputado aparece em mangas de camisa no meio de uma festa infantil, inidentificável do ponto de vista partidário, mas evidentemente a assinalar o aniversário de algum dos jovens presentes (quiçá o do próprio Lucas Pires).
Sempre original, o enérgico candidato resolveu subitamente mudar de enquadramento e há dias saiu do cartaz da festa e dirigiu-se, sozinho, a uma fábrica de sedas do Porto, desatando a apertar a mão a toda a gente e a garantir aos jornalistas que, a partir dali, «ia dar prioridade de diálogo com os agentes sociais e económicos». Trocou portanto a frase (que já lhe assentava como uma luva) do «deixai vir a mim as criancinhas» por uma adaptação sem dúvida mais globalizante e europeísta e que adivinhamos ser o «deixai vir a mim os agentes sociais».
Mas não acaba aqui o lote das surpresas. Lucas Pires teve também o cuidado de baptizar o seu novo estilo de campanha, apelidando-a de «glasnost» («transparência», em russo).
Era mesmo só o que faltava ao CDS, no meio do vale de lágrimas em que anda: tornar-se finalmente «visível» na campanha do seu representante... mas em russo!

Portucalense

Entretanto Miguel Esteves Cardoso, que além de talentoso cronista tem o mérito sobre Lucas Pires de não esconder que é o candidato do PPM ao Parlamento Europeu, começou a sua campanha eleitoral com uma iniciativa

que ameaça, para já, a liderança do presumível representante do CDS no que toca a originalidade candidatural: foi até ao monumento de D. Afonso Henriques e pespegou-lhe com uma valente coroa de flores que, segundo ele, é atinente a exorcisar «as ameaças federalistas de Lucas Pires, Carlos Pimenta e do PS», que estão a pôr em risco o nosso país de «voltar atrás e tornar-se condado novamente».
Também não é preciso ir assim tão atrás, ó Miguel Esteves Cardoso. Muito mais próximo que a remota possibilidade de nos reduzirem a condado é o esforço concreto, actualmente em curso, de nos transformarem em... coutada.



Baldrocas

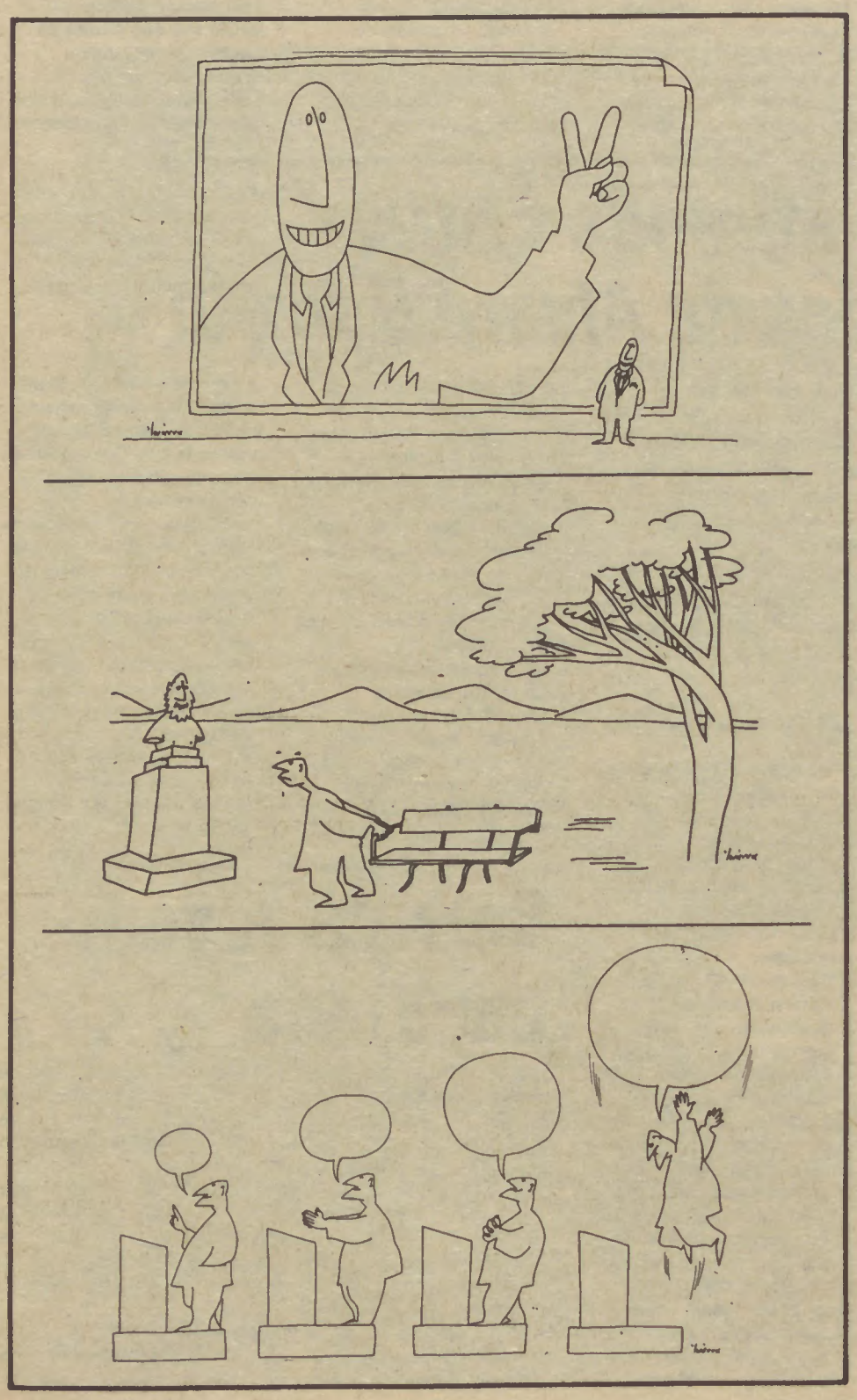
Verdadeiramente insólito foi o tempo de antena na televisão de um grupo esquerdista cujo nome exacto nos escapou mas que se situa, naturalmente, entre o «revolucionário» (como o «AX») e o «socialista» (como o que se quiser, desde que não seja real). Mal se apanharam no ecrã, desataram a fazer propaganda... à lista «B» para as próximas eleições do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa!
Embora sem precedentes, esta troca de campanhas eleitorais é capaz de estar abrangida pelos Direitos, Liberdades e Garantias do cidadão, numa insólita adenda que se poderá chamar de «direito à confusão». Tudo estaria bem se o exercício de tal direito se fizesse em privado, lá entre os seus cultores e partindo do princípio que cada qual é o que é, e tem direito a sê-lo. Mas levar tais práticas à televisão, perante o País inteiro, torna tudo diferente. Sobretudo porque não existe consignado, em parte nenhuma do mundo, o «direito à vigarice»...

Capturas

Mas a candidatura mais original até agora assinalada nesta campanha para o Parlamento Europeu surgiu em Espanha, com o ex-presidente do grupo económico «Rumasa» que, apesar de estar sob mandato de captura, já apareceu na televisão em tempos de antena oficiais, surgindo ainda em campanha na Galiza disfarçado com bigode e peruca e, segundo consta, trajado de mulher durante as deslocações.
Duvidamos que a moda pegue por aqui. No Portugal deste Governo não há vigarice, por muito que se esforce, que consiga um mandato de captura. Além disso é tudo muito «macho»... sobretudo nas deslocações.

Descobertas

Um minúsculo partido andaluz, daqueles que florescem como os cogumelos em épocas eleitorais, surgiu numa emissão da Rádio Nacional de Espanha a reivindicar a anexação do Algarve e parte do Alentejo à Andaluzia espanhola porque, segundo eles, já pertenceram ao «Al Andaluz» medieval, coisa de que ninguém se lembra, tantos séculos passados sobre o seu desaparecimento, mas que esta rapaziada guarda bem viva na sua memória nacionalista.
É claro que tão alucinada pretensão provocou a risota geral, mas já agora perguntamos: se, no nosso próprio país, gente muito mais responsável que estes insólitos vizinhos só descobriu com a entrada na CEE e 800 anos de atraso, que Portugal estava na Europa, por que carga de água este pessoal não há-de achar, também de repente e com os mesmos séculos de confusão, que afinal a Andaluzia está... em Portugal?!...



Gazetilha

por Ignotus Sum

Sem ofensa

A Saúde de Beleza
tem um novo folhetim.
Com certeza,
nas telenovelas é assim,
folhetim mais folhetim
são o amparo
de todas elas.

(Sem ofensa, é claro,
para as telenovelas...)

Não é?

Cavaco diz que lá fora se diz
que o seu governo governa bem.
E sente-se feliz
com o brinquedo que tem
pois, se lá fora se diz,
é porque está bem...

Enfim, é uma opinião...

Mas perdão:
se lá fora se diz bem
cuido que nada melhora
se bem, fora, diz alguém
é só porque está de fora...

Soneto inglês

Estão contra as medidas desta gente
os empregados e os comerciantes.
Estão contra, muito mais que estavam antes,
os operários que sempre vão na frente.

Contra o Cavaco e sua garra adunca
protestam industriais e camponeses.
Protestam contra mil e um revezes
donas de casa, agora mais que nunca.

Os estudantes, como os professores,
manifestam na rua a oposição.
Em toda a parte do país estão
os descontentes porque sofredores.

Eis como tem Cavaco, o grande, imenso
total, geral e unânime consenso...

Para os tototolos

Andam por aí promessas
a pedir meças
ao desbarato.
Não custam nada, os gafanhotos:
é fácil, é barato
e dá votos...

Vem um, diz
que enche o país
de estradas, no seu mandato.
Promessas são gafanhotos:
é fácil, é barato
é dá votos...

Vem outro, sem contação,
diz que baixa a inflação
diz na TV sem recato.
Promessas são gafanhotos:
é fácil, é barato
e dá votos...

Outro promete fazer
o almoço crescer
no nosso prato.
Promessas são gafanhotos:
é fácil, é barato
e dá votos...

...e dá votos
com papas e bolos
dão totolotos
a tototolos...

Agenda

Avante!
Ano 59 – Série VII
N.º 806
8 de Junho de 1989
4.º Caderno

Quinta 8

• **COIMBRA**
Carlos Carvalhas no distrito de Coimbra: visita à Cimpor, em **Souselas**, às 11.00, e contactos com a população, de tarde, na Baixa de Coimbra; jantar com activistas e apoiantes da CDU no restaurante «O Espanhol»; participação num debate promovido pela direcção da AAC no Teatro Paulo Quintela sobre as eleições para o Parlamento Europeu e no **comício-festa** promovido pela CDU na Praça do Comércio, em Coimbra, a partir das 21.30.

• **CASTELO BRANCO**
Visita de **Joaquim Miranda** ao distrito, com participação num mini-comício a realizar às 19.00 em **Cebolais de Cima** e numa festa popular, às 21.30, em **Castelo Branco.**

• **AVEIRO**
Jantar CDU em **Estarreja** (restaurante Barracão, às 19.00) e sessão no salão da Biblioteca da Escola Secundária Homam Cristo em **Aveiro** (às 21.30), ambos com a participação de **Barros Moura.**

• **FARO**
Sessão de esclarecimento eleitoral em **S. Brás de Alportel** com a participação de **Maria Santos**, que também estará num porta-a-porta em Faro a partir das 18.00.

• **SERPA**
Sessão de esclarecimento em **Vale de Vargo** com a participação de **António Murteira.**

• **LISBOA**
— Sessão-festa dedicada aos **reformados** da cidade de Lisboa: na Voz do Operário, às 15.00, com **Luísa Basto** e **João Fernando**, e intervenções de **Aboim Inglez e Rui Godinho.**
— Sessão de esclarecimento na Sociedade de Instrução Musical Cruz Quebradense com **Aurélio Santos** — às 21.30.
— Sessão-debate com a participação de **Manuel Bernardino** em Amoreira/Alcabideche — às 21.00.
— Sessão de esclarecimento com Jerónimo de Sousa em Talaíde/S. Domingos de Rena — às 21.00.
— Encontro-debate dos trabalhadores dos Hospitais Civis de Lisboa, promovido pela organização do PCP nos HCL: **HCL/Passado e presente/Que futuro?**. Às 21.00 na Sala Caparica do Hotel Berna.

• **V. F. XIRA**
Sessão de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia de **Forte da Casa** com a participação de **Francisco Lopes**; outras sessões em **Bairro da Mata, Cabo/Vialonga, Cotovios e Caniços-/Póvoa.**

• **QUELUZ**
Sessão de esclarecimento na escola do Monte Abraão, às 21.00, com o gen. **Vasco Gonçalves.**

• **COLARES**
Sessão de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia, às 21.00, com a participação de **Octávio Teixeira.**

• **BRAGANÇA**
Acção de esclarecimento e propaganda da CDU na feira de **Torre de Moncorvo** e sessão em **Lousa.**

• **PORTO**
Visita de **Rogério de Brito** ao distrito do Porto para contacto com agricultores: em Baião, Amarante e **Penafiel**, onde participará numa sessão (em Novelas), às 21.30.

Sexta 9

• **MARINHA GRANDE**
Comício, na colectividade da Ordem, a partir das 22.00, com a participação de **Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas**, que estarão também presentes no jantar convívio que se realiza no mesmo no local, com início às 19.30.
Carlos Carvalhas visita durante o dia empresas da Marinha Grande e Vieira de Leiria.

• **BEJA**
Sessão de propaganda eleitoral e de apresentação da lista da CDU para a CM de Beja — no Castelo, com a participação de **António Murteira.**

• **REDONDO**
Sessão de esclarecimento para agricultores, com a participação de **João Saraiva.**

• **PORTO**
Incidências do Mercado Comum na situação das mulheres portuguesas — debate na Casa da Cultura de Miragaia, às 21.30, com a participação de **Helena Bastos**, candidata ao PE, e de Ana Maria Mesquita, Ana Paula Delgado e Maria Eduarda Castro.

• **LISBOA**
— Festa popular da CDU na Praça Paiva Couceiro com a participação do «Fado de Abril» — às 21.30.
— Convívio dos trabalhadores dos Transportes/TAP com a participação de **Octávio Teixeira**, — às 18.00 no terraço do CT Vitória.
— Jantar de convívio da CDU na Cooperativa «A Sacavenense» com a presença de **Octávio Pato.**
— Sessão-debate com **António Abreu** na Escola Preparatória Gil Vicente, no **Monte Estoril** — às 21.00.
— Sessão de esclarecimento com **Jorge Cordeiro** no Grupo recreativo de **Tercena** — às 21.30.
— Sessão de esclarecimento com **Dias Lourenço** no salão da Junta de Freguesia da Buraca — às 21.30.
— Sessão de esclarecimento com **Aboim Inglez** na escola primária de **Casal de S. Brás/Amadora** — às 21.30.
— Sessões de esclarecimento em **Vila Franca de Xira**, em Bom Retiro com **Carlos Grilo** — às 21.30, em Granja.
— Convívio, com baile, em **Alverca**, com a participação de **Jorge Zacarias.**
— Sessão de esclarecimento na Assoc. de Moradores 18 de Maio em **Outorela**/Portela, às 21.30, com a participação do Alm. **Rosa Coutinho**, que também estará presente no jantar convívio que se realiza às 19.30 no CT do PCP de **Oeiras.**
— Convívio, às 21.30, em **Mira Sintra**, com a participação de **António Filipe**, que visita durante o dia escolas do concelho.

• **ALMADA**
Barros Moura no concelho: encontro com alunos e profs. da Universidade Técnica de Almada, com bancários, com trabalhadores da Lisnave durante a visita à empresa, a partir das 23.00; jantar com intelectuais e quadros técnicos no restaurante «Cabrinha II».

• **SEIXAL**
Maria Santos em visita ao concelho durante a manhã; às 12.30, encontro com membros das ORT's.

• **BARREIRO**
Visita ao concelho de **Maria Santos**, que à noite participa num debate (seguido de espectáculo) no Parque Catarina Eufémia.

• **FIGUEIRA DA FOZ**
Barros Moura no concelho, para visita a várias empresas e contacto com os seus trabalhadores: à lota e pescadores, Cofisa, Estaleiros Navais do Mondego, Scothwool, Tiffany, Vidreira do Mondego, Seca do Bacalhau.

• **GUARDA**
Joaquim Miranda no distrito: encontro com agricultores na Casa do Povo de **Trancoso** às 11.00, visita à empresa Têxteis Lopes da Costa, em **Gouveia**, às 14.30; participação, às 21.00, num debate com trabalhadores e população em **Lorig/Seia.**

• **VILA REAL**
Acção de esclarecimento e propaganda na Feira de Sta. Marta do Alvão/**Vila Pouca de Aguiar**; convívio com baile em **Sabrosa.**

• **BRAGANÇA**
Acções de esclarecimento e propaganda nas feiras de **Vinhais e Carrazeda de Ansiães**; sessões às 21.30 em **Sta. Comba da Vilariça** (Vila Flor) e **Foz Tua** (Carrazeda).

Sábado 10

• **PORTO**
Comício-festa da CDU na Praça da Liberdade, a partir das 15.00, com **Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas**. No decurso da festa, espectáculo em que participam **Samuel** e o grup **JIG.**

• **GUIMARÃES**
Comício com a participação de **Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas**. Na Praça do Toural, às 21.30.

• **LISBOA**
— **Identidade Cultural e Diálogos de Culturas** — debate promovido pela CDU no Hotel Roma, com início às 16.00. Participam **Carlos Aboim Inglez, Maria Santos, António Borges Coelho, José Barata Moura e Artur Ramos.**
— Almoço de apoiantes da CDU no restaurante «Páteo do Paiol», em Campo de Ourique, com a participação do gen. **Vasco Gonçalves.**
— Festa CDU no Largo de Sapadores.
— Almoço de PMCI/s apoiantes da CDU com a participação do camarada **Octávio Pato** (restaurante «O Sesimbrense», na Feira Popular de Lisboa)
— Almoço-convívio com a participação do alm. **Rosa Coutinho** no Lumiar (restaurante da Rua Fontoura da Costa).
— Almoço-convívio dos Transportes/RN, no refeitório da CM da **Amadora**, com a participação do camarada **Jorge Cordeiro.**
— Espectáculo no Bairro da Boavista com os grupos Terra Viva, GIC e Fado de Abril.
— Piquenique na Quinta da Piedade-/**Póvoa de Santa Iria**, com a participação de **Marília Villaverde Cabral.**
— Encontro com a população de Aveiras de Baixo, Casais da Lagoa e Virtudes/**Azambuja**. Está presenta **Fernanda Mateus**. A partir das 15.00.
— Sessão de esclarecimento em **Sobral de Monte Agraço**, com a participação de **Manuela Bernardino** — às 21.30.
— **Sérgio Ribeiro** participa às 16.00 em sessão-debate na **Falagueira** (Sociedade Filarmónica), freguesia onde terá, de manhã, outros encontros com a população.
— Encontro com a população de Canota, Pipa, Pereiro e Mata-/**Alenquer**, às 18.00. Participa **António Bogalho**, presidente da CM de Sobral de Monte Agraço.
— Mini-comício da CDU no Bairro da Mina/**S. Domingos de Rana**, com a participação de **Joaquim Judas** — às 10.00.
— Sessões de esclarecimento em A-dos-Bispos, Cachoeiras e Trancoso/**Vila Franca de Xira.**
— Encontro da Juventude CDU a partir das 10.00 no Jardim de Infância Popular de **Agualva/Cacém.**
— Mini-comício no mercado de **Queijas**, às 10.30; à noite, junto ao CT do PCP, Festas dos Santos Populares com baile, fados, sardinhada.
— Festa popular organizada pela CDU em **Sapadores** (junto ao mercado). Intervenção sobre as eleições para o PE por **João Amaral**; espectáculo com Fado de Abril.
— Debate sobre as eleições para o PE na escola primária Silvia Filipes em **Carnaxide** — às 21.30.

• **BRAGANÇA**
Acções de esclarecimento e propaganda em Freixo de Espada à Cinta (feira) e nas freguesias de Poiares, Ligares, Maçores, Urros e Felgueiras.

• **SETÚBAL**
Acções de esclarecimento com a participação de **Rogério de Brito** no concelho de **Santiago do Cacém**, à noite, no jardim junto à RN, Rogério de Brito intervirá no decurso do espectáculo que ali tem início às 21.30 e em que actuará o grupo «Delfins»

• **BEJA**
— Festa CDU em **Ferreira do Alentejo** e **Montemor-o-Novo**, com intervenções de **António Murteira** (às 15.00 e às 21.00, respectivamente).
— Almoço de apoiantes da CDU em **Ourique** com a participação de **Bernardina Sebastião**, que intervirá também em sessões de esclarecimento em **Amareleja** e **Casével.**

• **PORTALEGRE**
Comício em **Montargil**, às 18.00 e sessão de esclarecimento em **Nisa**, às 21.00 — ambos com a participação de **Joaquim Miranda.**
— Outras acções de esclarecimento no distrito com a participação de José Soeiro.

• **TORRES NOVAS**
Visita de **Barros Moura** ao concelho, durante o dia, com um encontro-convívio às 21.30 em **Alcaidaria.**

• **VISEU**
Sessão-festa em **Vilar de Ordem/Povolide** com a participação do grupo musical «Sétima Arte» e uma intervenção sobre as eleições para o PE por João Torrado — às 21.00.

Domingo 11

• **SETÚBAL**
— Almoço convívio em **Paio Pires** (no Paio Pires Futebol Clube), organizado pelos apoiantes da CDU da Siderurgia Nacional.
— Convício e espectáculo no Coreto de **Amora** organizado por mulheres apoiantes da CDU.
— Sessão-debate em **Alforim/Sesimbra**, às 21.00, com a participação de **Rogério de Brito.**
— Acção de propaganda eleitoral no mercado de **Pinhal Novo** com a participação de **Carlos Carvalhas** — às 15.30.

• **VIANA DO CASTELO**
Álvaro Cunhal no distrito: contactos com as populações de **Chafé, Meadela, Ribeira/Santa Maria Maior**; participação no piquenique promovido pela CDU no Monte de Santo António, em **Afife**, e no **comício-festa** que começa às 15.30 no Jardim Público de **Viana** (junto ao rio Lima).

• **VILA REAL**
Acção de esclarecimento na feira de **Favaios.**

• **LISBOA**
— Almoço-convívio em **Caixaria** com a participação do gen. **Vasco Gonçalves**, que às 16.30 tem um encontro com os jovens que participam no **acampamento de jovens da CDU em Santa Cruz.**
— Almoço de apoiantes da CDU na Voz do Operário, com a participação de **Francisco Lopes**
— Almoço de apoiantes da CDU das freguesias de Penha de França e Santa Engrácia.
— Sardinhada na Mata do Paraíso/**Vialonga** com a presença de **Jorge Cordeiro.**
— Almoço-convívio com trabalhadores dos transportes/Carris com a participação de **António Cordeiro.**
Festa do Futuro na **Apelação**
Festa CDU na **Bobadela**
— Encontro com reformados no Centro de Dia da Alameda D. Afonso Henriques, com **Fernanda Mateus.**
— Na **Amadora**, à noite, **Carlos Carvalhas** participa com uma intervenção sobre as próximas eleições no concerto de música *rock* promovido pela Juventude CDU.

• **BEJA**
— Comício em **Mértola** (às 21.00 no Anfiteatro José Afonso) com a participação de **Joaquim Miranda**, que também estará em mini-comícios em **Vale do Poço** e Mina de S. Domingos.

• **ÉVORA**
— Comício no **Alandroal**, às 18.00, com **João Saraiva.**
— Sessão de esclarecimento em **Elvas**, às 17.00, com **António Murteira.**

• **PORTALEGRE**
Comício no Jardim Público de **Campo Maior**, às 21.00, com a participação de **António Murteira.**

• **VISEU**
— Sessão-festa CDU em **Figueiró** com participação do candidato **João Torrado** e espectáculo (grupo «Sétima Arte») — às 20.00, no Largo da Associação.
Arraial popular em **Lamego**, na Avenida, a partir das 15.00, com intervenção por **António Torrado.**

Segunda 12

• **LISBOA**
– Comício da CDU no Jardim dos Bons Amigos no **Cacém**: participação de **Álvaro Cunhal, Carlos Carvalhas** e **Lino Paulo.** Às 21.30.
– Santos populares em **Alfama**: participação de **Maria Santos, João Amaral** e outros candidatos ao PE na visita aos arraiais e na festa-convívio a decorrer no CT de Alfama do PCP.
– Sessões com **Barros Moura** no concelho de **Cascais**: em Tires às 15.00, Alcabideche às 17.30, Carcavelos (Clube de Futebol) às 21.30.
– Sardinhada-convívio no **Sobralinho**, com a participação de **Jerónimo de Sousa.**
– **Octávio Teixeira** visita Loures: encontros com a população dos bairros de **Caneças** durante todo o dia.

• **SILVES**
Sessão de esclarecimento com a participação de **Joaquim Miranda** e **Luís Catarino.**

• **VILA REAL**
Acções de esclarecimento com a participação de **José Saramago**, que participa, às 18.00, numa sessão no Centro Cultural em que estarão também presentes escritores da Galiza.

Terça 13

• **VILA REAL ST.º ANTÓNIO**
Sessão de esclarecimento, às 21.30, com **Joaquim Miranda** e **Luís Catarino.**

• **LISBOA**
– Sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa Operária de **Torres Vedras** com a participação de **Luís Sá** – às 21.30.
– **Barros Moura** em **Algés**: encontro com reformados do concelho de Oeiras na Coop. de Algés (às 19.00) e sessão de esclarecimento às 21.30.

• **SETÚBAL**
– **Carlos Carvalhas** em visita a **Grândola** (comício no Jardim dos Patos, às 18.00) e **Vila Nova de Milfontes** (comício às 21.30).
– **Carlos Aboim Inglez** no **Barreiro**: no mercado, de manhã, e em visita à Fisipe e Tinco.
– Festa da Juventude CDU nas ruas do concelho do **Seixal.**
– Comício da CDU no Parque Maria Lamas em **Odivelas** com a participação de **Álvaro Cunhal**, que estará também presente no jantar-convívio que terá lugar às 19.00 em **S. Domingos de Rana**.

• **VILA REAL**
Acções de esclarecimento nas feiras de **Régua** e **Chaves.**

• **BRAGANÇA**
Acções de esclarecimento e propaganda em freguesias do concelho de **Vimioso.**

Quarta 14

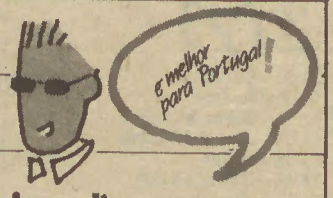
• **LISBOA**
– Comícios com **Álvaro Cunhal**: às 19.00 no Jardim da **Damaia** e às 21.30 no cinema do Bairro da Encarnação, nos **Olivais.**
– Sessões de esclarecimento em Cachoeiras e Castanheira, em **Vila Franca de Xira.**
– Sessão de esclarecimento com **Barros Moura** na Escola da Rinchoa, **Rio de Mouro** – às 21.30.
– Jantar-convívio em Olival de Basto, no restaurante «Nascer do Sol», com a participação do gen. **Vasco Gonçalves**, que também participa (às 21.30) no comício que realiza no Jardim de **Moscavide.**
– Sessão de esclarecimento na escola primária do Bairro Falcão (Pontinha), com participação do alm. Rosa Coutinho – às 21.30.

• **COIMBRA**
Carlos Aboim Inglez no distrito: durante o dia, visita a empresas e à CM de **Montemor-o-Velho**, e almoço com apoiantes CDU do concelho; à noite, participação num debate sob o tema «Integração Europeia: mito e realidade» no Hotel Avenida de **Coimbra** às 21.30.

• **SANTARÉM**
Visita de Joaquim Miranda ao concelho de **Tomar**, com uma sessão-debate às 21.00, na sala da Misericórdia.

• **FARO**
Visita de **Carlos Carvalhas** a **Quarteira, Olhão** e **Portimão**. Às 21.30, em **Portimão** (Pç. Manuel Teixeira Gomes), realiza-se um comício, em que participa.

Tempos de Antena da CDU na RTP-1



(a seguir ao Telejornal)

5.ª feira, 8/6

6.ª feira, 9/6

Domingo, 11/6

2.ª feira, 12/6

6.ª feira, 16/6

Em cada dia, a RTP-1 transmitirá seis tempos de antena de cinco minutos. O símbolo da CDU indica o momento de aparecimento dos tempos de antena da CDU.

TV O Programa

Quinta 8

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às dez**
12.15 – **Brega e Chique** (138.º epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.40 – **Um Anjo na Terra** (9.º epis.)

14.15 – **SAJ Serviço de Auxílio aos Jovens**
14.40 – **Os Anos que Contam**
15.05 – **Speedwagon**
16.15 – **América Selvagem** (9.º epis.)
16.30 – **Ponto por ponto**
17.25 – **Brinca, brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
21.10 – **Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu**
20.50 – **Sassaricando** (58.º epis.)
21.40 – **Monte Carlo** 2.º epis.)
22.40 – **The Princess Trust Concert**
23.40 – **24 Horas**
00.10 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas** (233.º epis.)
15.25 – **O Grande Sertão: Veredas** (repetição, 9.º epis.)
16.30 – **Lá em Casa Tudo Bem**
16.55 – **Sinhá Moça** (73.º epis.)
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **TV 101** (4.º epis.)
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Campos de Fogo** (3.º epis.)
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Maude**
21.55 – **Sinais do Tempo**
22.55 – **Hitchcock Apresenta...**
23.20 – **Magazine Musical.**

Sexta 9

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da tarde**
13.30 – **Chateauvallon** (26.º e últ. epis.)
14.25 – **Imagem e Imagens**
15.05 – **Dire Straits**
16.05 – **América Selvagem**
16.30 – **Ponto por ponto**
17.25 – **Brinca, brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu**
20.50 – **Sassaricando**
21.45 – **Telemundo**
21.20 – **Mozart Nunca Foi Tocado Assim...** (The Mozart Brothers)

20.25 – **24 Horas**
00.55 – **Remate**
01.25 – **Pela Noite Dentro:** «Tráfico de Bebés» (telefilme). Real. Burt Brinckerhoff (EUA/1984, 97 min.).

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Giramundo**
17.55 – **Cem Grandes Quadros**
18.15 – **Futebol – Brasil – Portugal**
20.00 – **Campos de Fogo**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Os Retratos de Lizzie** (3.º epis.)

22.10 – **Rumo aos Céus** (3.º epis.)
23.20 – **Entre Barreiras**
23.50 – **Rotações.**

Sábado 10

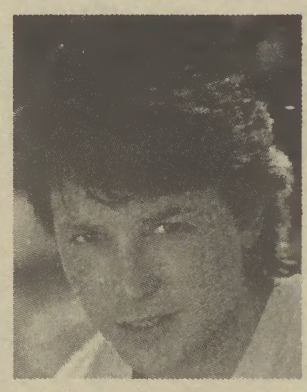
RTP1

09.00 – **Juventude e Família:** (Desporto e Ciência, Era uma vez a vida, O safari do João Valentão, Turbo Teen, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)
12.10 – **Feriados Nacionais** — 10 de Junho
12.25 – **Notícias**
14.00 – **Sessão da Tarde** — O Terrível Joe Moran, real. Joseph Sargent (EUA/1984, 100 min.)
15.40 – **Vivamúsica**
16.25 – **As Estrelas** (4.º epis.)
17.00 – **Al Life**
18.00 – **Comemorações do 10 de Junho**
19.10 – **Sete folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.30 – **Deixem Passar a Música** — José Cid
23.05 – **Praia da China** (4.º epis.)

24.00 – **Cinema da Meia Noite** — «Balada da Praia dos Cães». Real. José Fonseca e Costa (Port.-Esp./1986, 90 min).

RTP2

09.00 – **Music Box**
09.55 – **A Malta de Bronx** (rep. 5.º epis.)
10.45 – **Vestígios** (série, 1.º epis.)
11.40 – **A nossa turma**
12.50 – **Compacto Brega e Chique**
16.00 – **Estádio**
19.30 – **Quem Sai aos Seus**



19.55 – **Music Box Especial** — Madonna/Stevie Winwood
20.55 – **Elogio da leitura**
21.15 – **Teatro Português** — «Erros Meus, Má fortuna, Amor Ardente», de Natália Correia. Real. TV Jaime Campos (1.ª parte)
22.10 – **Segredos e Mistérios**
23.40 – **Ténis** — Torneio Roland Garros.

Domingo 11

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70x7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Pour Tout l'Or du Monde** (série, 1.º epis.)
14.00 – **Allo, Allo**
14.25 – **Terra X** (série, 6.º epis.)
15.15 – **Primeira Matinée** «Três Palavrinhas». Real. Richard Thorpe (EUA/1950, 102 min.)

17.00 – **Clube amigos Disney**
19.00 – **O Justiceiro**
20.00 – **Jornal de domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.35 – **Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu**
21.10 – **Alf, Uma Coisa do Outro Mundo**
21.45 – **O Barco e o Sonho** (4.º epis.)
22.45 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

09.00 – **Music Box**
10.00 – **Troféu**
13.00 – **Caminhos**
13.30 – **Novos Horizontes**
13.50 – **Veterinário da Província**
14.45 – **Troféu** (incluindo a Final do Torneio de Roland Garros)
19.00 – **O Mundo em Extinção**
19.55 – **17 Obras de Grandes Autores**
20.50 – **Lusitania Expresso**
21.20 – **Teatro Português** — «Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente» (2.ª parte)
22.15 – **Cineclube:** «Imitação da Vida». Real. Douglas Sirk, (EUA/1959, 124 min.).

Segunda 12

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Ás Dez**
12.15 – **Brega & Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **O Império de Carson**
14.15 – **A Brigada Falcão** (10.º epis.)
14.40 – **Pescadores**
15.05 – **Music Video Awards 88**
16.00 – **América Selvagem**
16.35 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu**
20.50 – **Anzacs: Heróis da Guerra** (4.º epis.)
22.30 – **Marchas Populares de Lisboa** (transmissão directa)
00.30 – **24 Horas**
01.00 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Francesca Baby** (telefilme)
19.00 – **Music Box Especial** – The Pretenders
19.55 – **Campos de Fogo**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Acerto de Contas** (Magazine de Economia)
22.00 – **Teatro Português** – «Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente» (3.ª parte)

Filmes

«Tráfico de Bebés» — 6.ª, 00.25, RTP-1
«O Terrível Joe Moran» — sáb., 14.00, RTP-1
«Tarzan Encontra um Filho» — dom., 09.45, RTP-1
«A Balada da Praia dos Cães» — sáb., 24.00, RTP-1
«Três Palavrinhas» — dom., 15.15, RTP-1
«Imitação da Vida» — dom., 22.15, RTP-2
«Prisioneiros da Noite» — 3.ª, 22.00, RTP-2
«Gallipoli» — 4.ª, 21.55, RTP-1.

Teatro

«Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente» — RTP-2, sáb., 21.15, dom., 21.10 e 2.ª, 22.00

Música

Quinta
15.05, RTP-1: Speedwagon
22.40, RTP-1: The Princess Trust Concert
23.20, RTP-2: Magazine Musical

Sexta
15.05, RTP-1: Dire Straits

Sábado
09.00, RTP-2: Music Box
15.45, RTP-1: Vivamúsica
19.55, RTP-2: Madonna/Stevie Winwood
21.30, RTP-1: José Cid

Segunda
15.05, RTP-1: Music Video Awards 88

Terça
16.25, RTP-2: Magazine Musical/Primeiro Andamento
18.00, RTP-2: Music Box

Quarta
23.15, RTP-2: Som da Surpreza

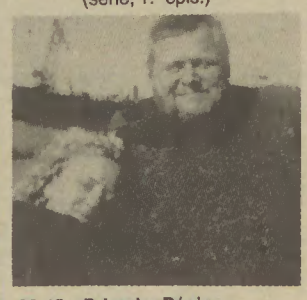
Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (00.10), 6.ª (00.55), 2.ª (01.00), 3.ª (00.45) e 4.ª (00.05).
Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.50
Estádio — RTP-2, sáb., 16.00
Troféu — RTP-2, dom. (10.00 e 14.45)
Domingo Desportivo — RTP-1, 22.45
Futebol – Brasil-Portugal — RTP-2, sáb., 18.15.

Terça 13

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Ás Dez**
12.15 – **Brega & Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Dallas**
14.15 – **Os Filhos dos Flintstones**
14.40 – **Um Certo Sorriso**
15.05 – **Marchas Populares de Lisboa**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu**
20.50 – **Sassaricando**
21.45 – **Era uma vez um Polícia** (série, 1.º epis.)



22.45 – **Primeira Página**
23.45 – **Documentário sobre Lisboa**
00.15 – **24 Horas**
00.45 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Século XX – A História de Hollywood**
16.25 – **Primeiro Andamento**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Music Box** (Via Rápida)
19.00 – **Music Box** (Off the wall)
19.55 – **Campos de Fogo**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Cine Magazine**
22.00 – **Cinemadois:** «Prisioneiros da Noite», real. John Cassavetes (EUA/1961, 100 min.)

Quarta 14

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Ás Dez**
12.15 – **Brega & Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.20 – **Fama** (41.º epis.)
14.15 – **Os Campbells** (2.º epis.)
14.45 – **O Homem e a Cidade**
15.05 – **Eurythmics**
16.00 – **América Selvagem**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu**
20.50 – **Sassaricando**
21.40 – **Vamos Jogar no Totobola**
21.55 – **Lotação Esgotada:** «Gallipoli», real. Peter Weir (Austrália/1981, 110 min.)
00.05 – **24 Horas**
00.35 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.35 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **O Rio Amarelo**
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Campos de Fogo**
21.15 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Grande Sertão Veredas** (14.º epis.)
23.15 – **Som da Surpresa.**

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 5.ª a dom. às 21 e 15, sáb. e dom. às 17. **O Irmão**, de David Mourão-Ferreira, enc. João Ávila.

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **Um Demónio na Vitrine**, de Fialho de Almeida, dramat. Manuel João Gomes, enc. Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

1.º Acto, Rua Eduardo Pedroso, Algés. 6.ª e sáb. às 21 e 30. **Tão Bom! A Nossa Filha Vai Casar Com Um Conde!**, de Labiche, e **Não Andes Nua Pela Casa**, de Feydeau, enc. de Armando Caldas, pelo grupo Intervalo.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **A Marmita de Papin**, de Clara Pinto Correia, enc. Fernando Gomes.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. *Sala 2* — 6.ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16.00. **Estilhaços**, de Mário de Carvalho, enc. João Brites, pelo Bando.

Teatro da Cornucópia, Rua Ten. Raul Cascais. De 3.ª a 6.ª às 21.30, dom. às 16.00. **O Público**, de Federico Garcia Lorca, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17. **A Castro**, de António Ferreira, enc. Blanco Xil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e 21.30. **Quem Tramou o Comendador?**

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e N. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo, Monte Estoril. De 3.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 17. **Lisístrata**, de Aristófanes, enc. Carlos Avilez, pelo TEC.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Comissária	★★★★	★★★	★★★★	★★★
B	Eles Vivem!	★★★	★★★★	—	—
C	Encontro de Irmãos	—	★★	★★★	★★★
D	Gente Estranha	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E	Um Grito de Coragem	—	★★	—	—
F	Histórias de Nova Iorque	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★
G	Irmãos Inseparáveis	★★★★	★★★★	—	—
H	O Turista Acidental	★★★★	★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Aleksandr Askoldov – **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.
B — Real. John Carpenter – **Alfa/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras/2** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), **Berna** (15.15, 18.00, 21.30,), **S. Jorge/3** (14.15, 16.30, 19.00, 21.15) – **Lisboa**.
C — Real. Barry Levinson – **Amoreiras 6** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Estúdio** (14.00, 16.45, 19.00, 21.30), **S. Jorge 1**(15.30, 18.30, 21.30) – **Lisboa**.
D — Real. Andrei Konchalovsky – **King/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) – **Lisboa**.
E — Real. Fred Schepisi – **King/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.
F — Real. M. Scorcese, F.F. Coppola e W. Allen – **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Ávila** (14.15, 17.00, 19.10, 21.45, 23.45), **Las Vegas/2** e **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.30) e **S. Jorge/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) – **Lisboa**.
G — Real. David Cronenberg – **Alfa/Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) – **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45). **Lisboa**.
H — Real. Lawrence Kasdan – **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.

...e ainda

Música, debates, etc.

Iniciativas político-culturais constituídas por

- Espectáculo com um artista convidado
- Intervenções
- Exposição política
- Banca

com a CDU a música é outra

CDU

- **Coimbra**
  Hoje às 21.30
  na Praça Velha
  Espectáculo com
  Delfins

- **Benavente**
  Sexta-feira às 21.30
  no Parque 25 de Abril
  Espectáculo com
  Brigada Vitor Jara

- **Santiago do Cacém**
  Sábado às 21.00
  no Largo José Afonso
  Espectáculo com
  Delfins
  Intervenção política de
  Rogério de Brito

- **Amadora**
  Domingo às 18.00
  no Parque Central
  Espectáculo com
  Carlos do Carmo
  Intervenção política de
  Orlando de Almeida

- **Elvas**
  Terça-feira às 21.00
  Espectáculo com
  Delfins

Festa Popular CDU

15 de Junho a partir das 19 horas
Rossio-Lisboa

Maria Guinot
Fernando Tordo
Peace Makers

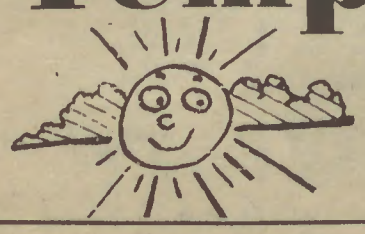
Comício às 21.30 horas, com Carlos Carvalhas

- **Estremoz**
  Quarta-feira às 21.00
  no Rossio Marquês de Pombal
  Espectáculo com
  Delfins
  Intervenção política de
  António Murteira

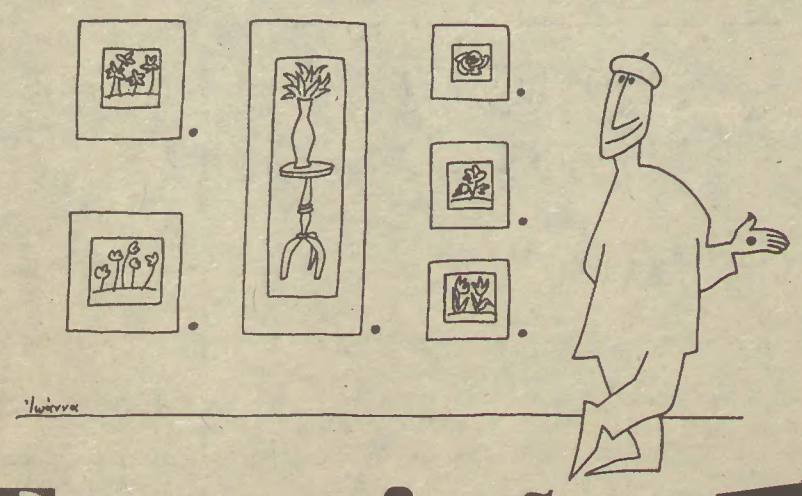
- **Moura**
  Quinta-feira, dia 15, às 21.30
  na Praça Sacadura Cabral
  Espectáculo com
  Delfins

Tempo

Fim de Semana



Bom tempo em todo o território nacional.
Subida de temperatura.



Exposições

• **LISBOA**

Anabela Faria – Pintura. Sala de Arte Templários, Rua Flores do Lima, 8. De 2.ª a sáb. das 12 às 15 e das 20 às 23 (até 17/6).

António Sem – Pintura. Galereia de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. Das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19. Das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 16/6).

Bernardo Marques – Retrospectiva de desenho (1920-1962). Galeria do Museu do CAM. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Carlos Afonso Dias – Fotografia. Galeria Ether, Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/7).

Catarina Baleiras – Pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 16 às 19 (até 25/6).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» – no Museu Nacional do Teatro. (Estrada do Lumiar, 10). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Cristina Maldonado – Pintura. Gal. Príncipe Real, Pr. Príncipe Real, 32. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 30/6).

Eduardo Luiz – Pintura. Gal. Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20.

Escultura Contemporânea Americana – (Colectiva Integrada nos Encontros Luso-Americanos de Arte Contemporânea). Fundação Calouste Gulbenkian, piso 0. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/6).

Fátima Ramalho — Pintura. Gal. Ângulo, Praça Luís de Camões, 8. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. das 10 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 12/6).

Gilberto Zorio (Itália) – Pintura. Gal. Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/7).

Graça Costa Cabral – Escultura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a sáb. das 15 às 19 e 30 (até 18/6).

Gravuras Italianas do Séc. VII – Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes (até 30/7).

Ivo – Pintura. Galeria Quadrum, Rua Alberto Oliveira, 52 (Alvalade). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 15/6).

Jean Miotte – Pintura. Galeria Triângulo, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 21/6).

João Mourão – Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 17/6).

João Paulo Trigueiros – Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro. De 3.ª a dom. das 14 às 20 (até 18/6).

Jorge Martins – Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho. Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15 às 19 (até 9/6).

José Escada – Pintura. Galeria S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 3.ª a sáb., das 11 às 13 e das 15 às 20; 2.ª das 15 às 20 (até 12/6).

José Pedro Croft e Rui Sanches – Escultura. Gal. Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 4/7).

Laura Cesana e Aida Sousa Dias – Pintura e escultura. Gal. Ara., C.C. Libersil, Lj. 48, Av. Liberdade, 38. De 2.ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20 (até 12/6).

Livros Portugueses de Cozinha – Bibliográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até Julho).

Louro Artur – Desenho e pintura. Gal. Diário de Notícias, R. António Maria Cardoso, 41. de 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 14.30 às 18.30, sáb. das 10 às 12.30.

Margarida Lagarto – Pintura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 8/6).

Maria Keil – Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Marta Wengorovius — Pintura e desenho. Gal. Módulo, Calç. dos Mestres, 34. De 2.ª a sáb. das 16 às 20.

Martins Gomes – Pintura. Palácio Anjos, Algés. Das 14 às 21 (até 11/6).

Pedro Calapez – Grafites sobre madeira. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 F. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Rodrigo Ferreira – Pintura. Centro de Arte Soctip, R. D. Estefânia, 195. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20, sáb. das 10 às 14 (até 27/6).

Romualdo – Pintura-instalação. Gal. Novo Século, R. do Século, 23. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 6/7).

Rui Sanches – «A Marat». Desenhos. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 e 30 (até 17/6).

Sérgio Taborda – Escultura. Galeria Tapeçarias Portalegre, Rua da Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 24/7).

Silva Palmeira – Pintura. Galeria Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13 e das 15 às 19 (até 7/6).

Três Escultores Portugueses (António Campos Rosado, Pedro Campos Rosado e Rui Sanches – exposição integrada nos Encontros Luso-Americanos de Arte Contemporânea). Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/6).

Tomás Santos Maia – «Não há tempo ou lugar onde habitar», pintura. Gal. João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 10/6).

• **PORTO**

Alechinski – Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125-129. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 e 30 (até 13/6).

José Pedro Croft – Escultura. Gal. Atlântica, R. Galeria de Paris, 67. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.

Manuel Casal Aguiar – Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 68.

Menez – Pintura. Gal. Zen., Rua D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 14/6).

Pedro Sousa Vieira – Pintura. Galeria Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 9/6).

• **OUTRAS LOCALIDADES**

José Alves – Pintura. Até 30/6, Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL.

Vítor Pomar – Pintura. Galeria Municipal da Amadora, Av. Forças Armadas AMADORA.

Colectiva (Colecção Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

Artur Bual – Pintura e desenho. Gal. Vértice, Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, 71-A. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 21/6) CASCAIS.

António Bretanho Pestana – Pintura. Centro Cultural da Damaia, De 2.ª a 6.ª das 17 às 20.30, sáb. das 15 às 20 (até 9/6) DAMAIA.

Mário Tropa – Pintura. Gal. de Arte Arcada, Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 2.ª das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 12/6) ESTORIL.

Louro Artur – Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE

Luís Andrade – Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Colectiva de pintura – Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

Na Gulbenkian, *«Escultura Americana contemporânea»*

a TV

Ingratos!

Vimos no Telejornal. Foi assim:

Walesa (a acreditar nos polacólogos de serviço pronuncia-se **Valença**) quando trabalhava em Gdansk habitava um simples apartamento e era um homem simples. Agora mudou-se para uma casa apalaçada, rodeada de um imenso, um demagogicamente, verdejante jardim.

A televisão foi lá e o Valença não gostou. Expulsou-a desabridamente. E o comentário do Telejornal não se fez esperar. Mais ou menos isto: pois, enquanto precisou da televisão, não a tratava assim.

Pois é, caríssima. São uns ingratos...

Assim falou D. Isabel

Isabel Corte-Real, secretária da modernização administrativa, utilizou 10 (dez!) minutos de televisão para uma comunicação ao País.

Nesse tempo, a secretária expôs o seu ideário político em pinceladas extremamente originais. Mais elevado do que aquilo, só mesmo o Everest.

Por exemplo, ela acha que os cidadãos são os principais utentes da função pública; e que «todos os funcionários desempenham um trabalho nobre e útil»; e que «este governo é um governo nacional»; e que «o diálogo tem sido exaustivamente praticado pelo governo»...

Assim falou D. Isabel. Assim pela sua boca sábia, é que os trabalhadores da função pública ficaram a saber o que lhes convém. Ora tomem!

O negócio

A propósito da revisão Constitucional, a rúbrica **Parlamento**, com moderação de Helder Freire, organizou um debate de que participaram José Magalhães, do PCP; Alberto Martins, do PS, e José Luís Ramos do PSD.

Televisualmente falando, antes de mais nada, foi notório que a bola da razão esteve sempre na posse do deputado comunista. As intervenções do deputado socialista foram particularmente inofensivas. Claro, é impossível defender o indefensável.

Da participação de José Magalhães vamos transcrever algumas palavras, na impossibilidade de uma transcrição total.

Registe-se, como um convite muito sério para uma reflexão:

«Ontem, a trégua acabou. Durante a interpelação do PS na Assembleia da República, o PS foi metodicamente espancado pelo PSD, quase atingindo níveis de insulto. E porquê? Porque o acordo já produzira os seus efeitos e nisso o PSD é implacável»...

«O Partido Socialista propunha o reforço dos direitos dos jornalistas; decaiu dessa proposta. O Partido Socialista propunha que a legislação sobre as matérias da comunicação social fosse aprovada por dois terços: decaiu dessa proposta. O Partido Socialista propunha que as privatizações não fossem coisas de maioria (laranja) do PSD, mas objecto de aprovação por lei, por dois terços: decaiu dessa proposta; o Partido Socialista propunha o reforço das competências da Assembleia da República: decaiu dessas propostas. Isto é, o Partido Socialista não só abandonou propostas suas, como aceitou propostas do PSD que dissera não aceitar. (...) As alterações que o PS aceitou são da máxima gravidade e não tinha dito ao seu eleitorado que iam fazer isto.

«Quanto ao PSD, aprova todas as revisões constitucionais com reserva mental. Aprovou a de 82, mas logo exclamou que era preciso mais; agora, aprova esta, vai usar esta, mas prepara-se para fazer outras coisas, para fazer letra morta das disposições positivas que continuam na disposição, que continuam na Constituição. Para fazer leituras deturpadas doutras disposições mais ou menos ambíguas que o Partido Socialista aceitou colocar na Constituição e para exigir o cumprimento implacável das normas que são favoráveis ao cavaquismo. Esta é a postura do PSD na vida política portuguesa. O Partido Socialista faz aqui um papel que eu acho francamente triste».

Alberto Martins (PS) — **A lei dos dois terços para a matéria eleitoral vale bem a redução do mínimo de deputados.**

José Magalhães — **Aí vale? Explique porquê...**

A.M. — **Os dois terços valem os cinco deputados que se perdem.**

J.M. — **Mas quem perde? Explique lá...**

A.M. — **Os cinco deputados são perdidos proporcionalmente.**

J.M. — Não, não. São mais perdidos pela CDU. E o Partido Socialista aceita fazer este negócio com o PSD.»

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Economia nos jornais

Além das publicações especializadas, a economia ocupa também um espaço significativo nos jornais de informação geral. E não é por, frequentemente, estar arrumada em suplementos à parte, que se lhe deve dar menos atenção. Aliás, a língua dos economistas até não é assim tão fácil de entender.

FMI: vozes «sem rosto»

«"Portugal está a crescer depressa demais", disse a "O Jornal da Economia" uma fonte próxima da missão do Fundo Monetário Internacional em Lisboa. O crescimento da despesa pública tem sido, repetidamente, objecto de crítica por operadores dos vários sectores da actividade económica e por analistas económicos e, foi agora, também, detectada pelos "homens sem rosto"».

(...)

«Os contactos com as autoridades portuguesas, iniciados por Teresa Ter-Minassian a 22 de Maio, e, que "O Jornal da Economia" tentou acompanhar exaustivamente desde o início, tiveram em especial atenção as áreas das Finanças, da Indústria e do Desenvolvimento Regional.

Encontros com Miguel Beleza, do Banco de Portugal, a equipa das Finanças, Nuno Ribeiro da Silva, resposnável da Energia, e Isabel Mota secretária do Desenvolvimento regional, foram aqueles mais importantes para a técnica do Fundo. À sua chegada a Lisboa esta salientou, para "O Jornal da Economia", a importância que lhes atribuia.

Os contactos prosseguiram esta semana ainda, tendo sido acompanhados, desde terça-feira, por Massimo Russo, responsável do FMI para a Europa».

(«O Jornal», 2 de Junho)

Números e comércio externo

«Os dados preliminares do Instituto Nacional de Estatística referentes ao Comércio Externo do mês de Janeiro referem um aumento de 45,6 por cento do valor das exportações em escudos, uma subida de apenas 25,1 por cento das importações, uma descida de 4,2 por cento do défice comercial e uma melhoria da taxa de cobertura das importações (cif) pelas exportações (fob), que passa de 58,9 por cento em Janeiro de 1988 para 68,5 por cento em Janeiro de 1989.

Se esta fosse a realidade actual da economia portuguesa não haveria razões para grandes preocupações».

(...)

«Tendo em conta a actual representatividade dos dados preliminares, é possível estimar para o mês de Janeiro um crescimento de cerca de 55 por cento do valor em escudos das exportações e de cerca de 45 do valor das importações, quando comparados com o mesmo mês do ano passado. Se estes resultados confirmam o bom andamento das exportações, já detectado na segunda metade do ano passado, revelam igualmente que as importações continuam a evoluir muito intensamente, pelo que se torna inevitável o agravamento do défice comercial. Com base nestas estimativas, é de esperar um défice comercial próximo dos 87 milhões de contos durante o mês de Janeiro de 1989, o que representaria um agravamento de cerca de 30 por cento face ao mesmo mês do ano passado.

Mas mesmo esta interpretação meramente factual se revela insuficiente. Em Janeiro de 1988 o valor das exportações em escudos aumentou apenas dois por cento, enquanto o das importações já aumentava 20,2 por cento. Esta tendência foi depois nitidamente corrigida, tendo as exportações revelado ao longo do segundo semestre um ritmo de crescimento superior a 20 por cento. Assim, o elevado crescimento das exportações no mês de Janeiro se resulta, por um lado, da continuação de uma tendência favorável das exportações é, igualmente, consequência de ter por base de referência um valor bastante baixo em Janeiro do ano passado.

É pois natural que, nos meses posteriores a Janeiro deste ano, o ritmo de crescimento das exportações, como referência ao período homólogo do ano passado, tenha abrandado e tenha sido equilibrado ou ultrapassado pelo das importações, induzindo uma maior tendência de agravamento no défice comercial.»

(«Expresso», 3 de Junho)

Os juros dos bons e os outros juros

"A taxa de juro indicativa para operações a 90 dias, calculada pela Associação Portuguesa de Bancos — uma espécie de *prime rate* à portuguesa, isto é, praticada para clientes normais —, tem vindo a registar contínuas subidas e, em 22 de Maio último, ia já em 19,5625%. Desde que a APB começou a publicar este indicador, em 7 de Novembro de 1988, o acréscimo já ultrapassou os dois pontos.

Mas esta taxa é, por definição, uma taxa *normal*: há os bons clientes, com margem de manobra e capacidade de negociação, que conseguem um pouco menos; e há os clientes em dificuldades, sem qualquer alternativa, que têm que pagar muito mais — é já frequente praticarem-se taxas da ordem dos 25-26%.

Em qualquer dos casos, a estas taxas há que acrescentar as alcavalas: imposto de selo, prémios de transferência, o diabo a sete. Resumindo: um empréstimo bancário, bem feitas as contas, pode hoje atingir a casa dos 30% ao ano. Mas, em contrapartida, do lado de quem arrisca um depósito, a remuneração bruta não vai além de uns 13,5%, o que, líquida de impostos, fica em 10,8%.

Chegados a este ponto, é natural que as pessoas se interroguem: isto é mesmo realidade ou apenas ficção? Que concluir de tudo isto? Para que mundo caminhamos?...

Digamos que a surpresa está... na surpresa.

Quando o Governo, com uma inflação em crescendo, liberalizou as taxas de juro, ao mesmo tempo que limitava os montantes do crédito a conceder, sabia perfeitamente que não poderia ser outra a evolução. Donde, há que concluir que a situação está assim porque o Governo quis»

(«O Jornal», 2 de Junho)

Por enquanto, não me parece aconselhável a privatização da TAP. Primeiro é preciso consolidar os resultados positivos que a companhia está a atingir

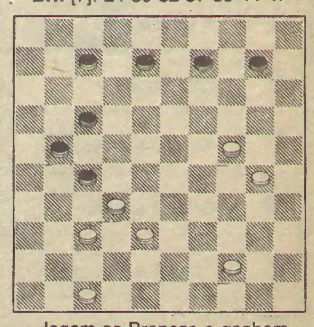
(João Lencastre, presidente do conselho de administração da TP-Air Portugal, em entrevista ao «Semanário» de 3 de Junho)

(«Expresso», 3 de Junho)

Damas

CCVI-8 de Junho de 1989
Proposição N.º 206
Por: Alain Tavernier (F.)
«Dame à la Une» (Bruxelas), N.º 30, 1989

Pr.: [7]: 7-8-9-10-17-21-27
Br.: [7]: 24-30-32-37-38-44-47

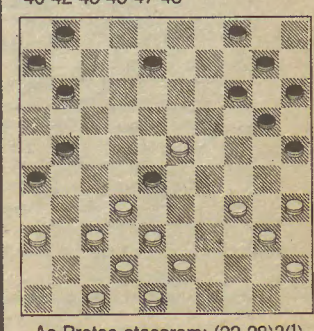


Jogam as Brancas e ganham

*
**

Golpe n.º 206
Por: Vigné (Chatellerault)
Campeonato de França, 1980

Pr.: [13]: 1-4-6-8-10-11-14-15--20-21-25-26-28
Br.: [13]: 23-32-34-35-36-37-38--40-42-43-45-47-48



As Pretas atacaram: (22-28)?(1)
Jogam as Brancas e ganham

*
**

Soluções do N.º CCVI

Miniatura N.º 206 (A.T.): 37-31 (27x36), 47-41 (36x47), 24-20 (47x24x35x49), 20-15 (49x27), 15x31+ Note-se o percurso do peão [27]! Após longa caminhada regressa à origem, coroado, para aí perecer!

Golpe N.º 206 (V.): 43-39 (28x19), 37-31 (26x28) 39-33 (28x30), 35x2=D+

(1) (22-28) para evitar perder um peão por 23-19, seguido de 34-30 ou se: (22-27) por 32-28!

A. de M. M.

Xadrez

CCVI – 8 de Junho de 1989
Proposição N.º 206/A
Por: K. A. L. Kubbel
«Sydsvenska Snallposten», 1909

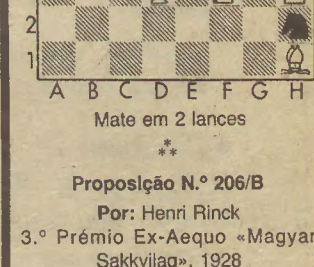
Pr.: [4]: Cs.g7, h2-Té7-Rf4
Br.: [6]: Pd3-Cs. f3, f5-Bh1-Da5--Rh3

Mate em 2 lances

*
**

Proposição N.º 206/B
Por: Henri Rinck
3.º Prémio Ex-Aequo «Magyar Sakkvilag», 1928

Pr.: [2]: Db8-Rb3
Br.: [4]: Cç4-Bé3-Th4-Rç1



Jogam as Brancas e ganham

*
**

Soluções do N.º CCVI

N.º 206/1 (K.A.L.K.):
Chave: 1. Cé3!
1. ..., C:f3, **2.** Cg2++
1. ..., Cf5, **2.** Cd5++

N.º 206/B (H.R.): 1. Ca5+, Rç3; **2.** Tb4, Dg8; **3.** Tb3+, D:b3, **4.** Bd2++

A. de M. M.